

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP

Elisangela Dias Barbosa

**A questão indígena Raposa/Serra do Sol na mídia escrita:
do estereótipo ao racismo**

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SÃO PAULO
2010

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP

Elisangela Dias Barbosa

**A questão indígena Raposa/Serra do Sol na mídia escrita:
do estereótipo ao racismo**

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Língua Portuguesa, sob a orientação da Professora Doutora Ana Rosa Ferreira Dias.

SÃO PAULO

2010

Banca Examinadora

A todos os Povos Indígenas de Roraima

AGRADECIMENTOS

Ao Deus Trino que em seu dinamismo de Amor, de comunhão na diversidade, faz-me descobri-lo sempre mais como Pai-Nosso e aos outros como irmãos queridos, na grande família de Deus que é a humanidade.

Às Missionárias Seculares Scalabrinianas, com as quais caminho pelas estradas do êxodo da migração, migrantes com os migrantes, na radicalidade do seguimento de Jesus Cristo, unidas aos passos dos migrantes e jovens do mundo inteiro. De modo especial, quero agradecer pela comunhão surpreendente e vivificante que pude experimentar com Adelia e Grazia e pela presença amiga, de comunhão e escuta no período da pesquisa, de Nuccia, a qual permaneceu ali, segurando minha mão, nos momentos difíceis do caminho e do resgate da história.

Aos meus queridos pais, Eliésio e Miriam, e aos meus queridos irmãos, Márcio e Eriédson, sem esquecer as cunhadas e os sobrinhos, por compreenderem e acolherem as escolhas que fiz em minha vida e pela aventura maravilhosa de vivermos o diálogo também nas dificuldades e desencontros e por confiarmos, todos juntos, na providência divina que acompanha cada passo nosso, onde quer que estejamos.

Aos meus avôs e avós, Paulo e Teresa, Sebastião e Maria. Todos já se encontram na tão esperada *terra sem males*. Com eles aprendi coisas significativas: de Paulo, o amor profundo a Deus; de Teresa, a bravura dos guerreiros Macuxi e a capacidade de preservar a história; de Sebastião, a festa nas adversidades, pois tocava forró para os filhos dançar e, desse modo, espantar a fome e a desunião; de Maria, a alegria de viver e de partilhar com os outros os momentos bons, com direito a uma cervejinha e um forrozinho.

Ao meu querido amigo Pe. Gabriele Bortolamai, o qual me ensina sempre que a nossa história, a nossa vida, é muito maior do que todos os episódios; e, também, pelo seu testemunho de amor a Deus e aos homens.

À minha Diocese de Roraima, ambiente onde iniciei a minha experiência de fé, maturação cristã e o despertar de uma consciência crítica e política. Aos amigos de caminhada, aos amigos de *Piacenza* (Itália), de modo especial, a Pe. Carlos Dallospedale, a Dom Roque. Valeu!

Ao *Centro Missionario de Piacenza* (Itália), o qual patrocinou meus estudos universitários na PUC/SP, no período da graduação, sem essa etapa não teria chegado até aqui.

À minha querida prof^a Ana Rosa F. Dias, minha professora na graduação e minha orientadora no Mestrado. Obrigada por trilharmos esse caminho juntas e por acolher a minha proposta quanto ao tema da pesquisa. Eterna admiração!

À prof^a Lúcia Rangel, pela sua bravura de guerreira e por sua sensibilidade humana, colocadas a serviço dos povos indígenas no Brasil.

À prof^a Rosane de Sá Amado, pela atenção e precioso cuidado dedicados a esta pesquisa.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Língua Portuguesa, pelo aprendizado e exemplo.

Aos colegas da graduação e Pós, especialmente, Lourdes e Anderson.

Aos membros do Grupo de Pesquisa *Discurso na Mídia Escrita* (DIME), pela busca conjunta em compreender o discurso da mídia escrita e seus mecanismos, pela partilha e convivência.

A todos do Instituto Cristóvão Colombo. Agradeço profundamente a acolhida, eu que vim de um lugar tão diferente como a Amazônia, e o espaço de convivência que pudemos viver reciprocamente. Resta-nos a amizade e essa não acaba porque é divina.

À CAPES, pelo incentivo intelectual com o apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

Por fim, não poderia deixar de agradecer aos povos indígenas de Roraima, pela resistência paciente e pela luta consciente de seus direitos, na diversidade de cada povo, na preservação da história e na promoção do futuro, sem exclusão.

RESUMO

Ao tratarmos da questão indígena Raposa/Serra do Sol na mídia escrita do Estado de Roraima, com esta pesquisa, objetivamos investigar como os povos indígenas da Raposa/Serra do Sol foram representados nas matérias jornalísticas, veiculadas no jornal *Folha de Boa Vista*, que narravam o fato ocorrido no dia 05 de maio de 2008, na Fazenda Depósito, dentro da reserva indígena em litígio. Priorizamos esse fato devido ao modo como a notícia foi construída por esse jornal, que o caracterizou como uma ocorrência entre indígenas e funcionários da fazenda. Diante do exposto, para o nosso *corpus*, selecionamos quatro matérias jornalísticas que estão relacionadas com esse fato.

Considerando os povos indígenas uma minoria social e o discurso midiático como discurso das elites capaz de agir na opinião pública e de alimentar estereótipos e racismo, situamos nossa pesquisa com parâmetros teóricos advindos dos *Estudos Críticos do Discurso*, por meio do pensamento de Teun A. Van Dijk, servimo-nos também da abordagem crítica e filosófica de Walter Lippmann e dos parâmetros metodológicos discursivos em contexto midiático de Patrick Charaudeau.

A análise do *corpus* revelou os seguintes pontos: a) a mídia, como elite simbólica, em seu discurso noticioso, tende a excluir as minorias; b) o tratamento dado pelo jornal *Folha de Boa Vista*, nas matérias jornalísticas analisadas, é desfavorável para com os indígenas e tende a alimentar o estereótipo do indígena rebelde e a reproduzir o racismo na sociedade roraimense; c) a *Folha de Boa Vista*, ao se posicionar favoravelmente aos não-indígenas, revela o seu despreparo para a abordagem de assuntos interétnicos em um contexto como o da Amazônia.

Palavras-chave: Discurso jornalístico; Povos indígenas; Estereótipo; Racismo.

ABSTRACT

The aim of this research is to treat the indigenous issue Raposa/Serra do Sol in the print media. To achieve this, the study investigated how the indigenous populations of Raposa/Serra do Sol have been represented in the journalistic material produced by the newspaper *Folha de Boa Vista*, covering the incident occurred on May 5th 2008 in the Plantation Depósito, situated in the indigenous reservation under dispute. The importance given to this incident is due to the way the news has been shaped by this newspaper, which characterized it as an episode between indigenous and plantation workers. According to what has been said, we have chosen for our *corpus* four articles which refer to this incident.

Considering that the indigenous people are a social minority and that the media discourse is an elite discourse capable of influencing the public opinion and increasing stereotypes and racism, we have based our research on theoretical parameters derived from *Critical Discourse Studies*, according to Teun A. Van Dijk's thought, using also Walter Lippmann's critical and philosophical approach as well as Patrick Charaudeau's methodological parameters of discourse in the media context.

The analysis of the *corpus* has highlighted the following points: a) the media, as symbolic elite, in their news discourse tend to exclude the minorities; b) the procedure used by the newspaper *Folha de Boa Vista*, in the analysed journalistic materials, is adverse to the indigenous people and tends to feed stereotypes of the rebellious indigenous and to reproduce racism in the society of Roraima; c) the *Folha de Boa Vista*, by favouring the non-indigenous people, reveals itself as unprepared to approach interethnic topics in contexts such as the Amazon.

Key words: Journalistic discourse; Indigenous populations; Stereotypes; Racism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 – Jornal <i>Folha de Boa Vista</i>	14
Mapa 1 – Mapa demonstrativo dos Estados coloniais do Maranhão e Grão-Pará e do Brasil.....	21
Mapa 2 – Mapa demonstrativo dos Tratados de Tordesilhas (1495) e de Madri (1750)	24
Mapa 3 – Estado de Roraima e fronteiras.....	34
Mapa 4 – Terra indígena Raposa/Serra do Sol	36
Esquema 1 – O processo de construção da notícia	58
Tabela 2 – A identificação das fontes	60
Foto 1 – Atentado contra indígenas na Terra Indígena Raposa/Serra do Sol.....	65
Tabela 3 – Personagens da Narrativa.....	70
Tabela 4 – Progressão referencial das personagens da narrativa midiática	75
Esquema 2 – Matéria jornalística A2.....	82
Tabela 5 – Verbos introdutórios de discurso	105

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	01
CAPÍTULO I – O <i>CORPUS</i>	
1.1 Considerações gerais	09
1.2 O jornal impresso na Amazônia e em Roraima	11
1.3 O jornal <i>Folha de Boa Vista</i>	13
CAPÍTULO II: A QUESTÃO INDÍGENA EM RORAIMA	
2.1 Considerações gerais	16
2.2 A questão indígena no Brasil e seus desafios	16
2.3 A expansão portuguesa na Amazônia.....	20
2.4 Povos indígenas sob tutela do Estado	26
2.5 Povos indígenas em Roraima	27
2.5.1 A colonização do vale do Rio Branco	28
2.5.2 Nova estratégia de ocupação.....	30
2.5.3 O resgate da dignidade	31
2.5.4 A homologação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol	34
CAPÍTULO III: ESTEREÓTIPO E RACISMO NO DISCURSO DAS MÍDIAS	
3.1 Considerações gerais	41
3.2 Van Dijk: Discurso e poder.....	43
3.2.1 Discurso e racismo.....	47
3.2.2 A mídia na reprodução do racismo.....	50
3.3 Lippmann: O uso de estereótipos	52
3.3.1 Estereótipos	53
3.3.2 A estereotipia como defesa.....	55
3.4 Charaudeau: A construção da notícia	57
CAPÍTULO IV: ANÁLISE	
4.1 <i>O mundo a comentar</i>	64
4.2 <i>O mundo comentado</i>	66
4.2.1 Matéria jornalística A1.....	67
4.2.2 Matéria jornalística A2.....	77
4.2.3 Matéria jornalística B1.....	87

4.2.4 Matéria jornalística B2.....	93
4.3 O <i>mundo interpretado</i>	101
4.3.1 Acionamento e manutenção do estereótipo de índio	101
4.3.2 Apagamento do rosto indígena	102
4.3.3 O silenciar da voz indígena	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	110
ANEXOS.....	116

Manifesto Macuxi

Cansei de espíritos desbravadores
 Que se acham heróis
 Mas, na verdade, são exploradores.
 Exploram nossa amizade
 E nos roubam a terra;
 Exploram nosso convívio
 E roubam nossos direitos;
 Exploram nossa bondade
 E nos massacram;
 Exploram nossas vidas
 E roubam nossas histórias;
 Exploram nossa paciência
 Com sua intolerância.

Até quando tudo isso?
 Roraima não é terra de ninguém não!
 Roraima, serra verde, é terra de nossos ancestrais
 E de seus filhos que ainda lutam e resistem.
 Filhos diferentes entre si
 Que a sociedade envolvente chama genericamente de "índio"...
 Mas somos Macuxi, Taurepang, Wapixana, Patamona,
 Ingaricó, Wai-Wai, Yanomani e tantos outros...
 O nosso nome é nossa história, é nossa vida,
 Nosso jeito de ser com as pessoas e com o mundo.

Diferentes entre si,
 Aprendemos a conviver entre nós,
 Ora pela força ora pela solidariedade,
 Diante da dor da opressão colonizadora.

Hoje, os irmãos que vivem em nossa terra nos rejeitam,
 São hostis para conosco,
 Como se houvéssemos roubado suas terras e esperança.

Mas somos guerreiros e suportamos a dor
 E no silêncio de nosso coração, nossa Mãe Terra nos diz:
*"Filhinhos,
 Não levem em consideração
 os sentimentos negativos de seus outros irmãos;
 Eles não sabem o que fazem, eles não têm consciência da história
 De que se eles estão aqui, pisando este solo,
 É porque vocês atravessaram
 Longos séculos lutando por este espaço.
 Mas eu estou com vocês.
 Continuem bravos guerreiros a enfrentar as adversidades,
 Vocês já viveram coisas piores;
 Eu sou a Mãe Terra, não desamparo meus filhos;
 Eu sou a Vida, não vos deixarei na morte.
 Muitos falarão contra vocês;
 Muitos utilizarão a inteligência e artimanhas estranhas
 Para suscitar a divisão, a discórdia, a incompreensão, a guerra.
 Mas sigam livres, como pássaros,
 Cantando a melodia da vida a todos, sem distinção."*

E. D. B.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ponto de partida desta pesquisa, iniciada em fevereiro de 2008, foi investigar como as mídias impressas abordam, em seu discurso midiático, as minorias de nosso país, tendo em vista que muito do que falamos sobre as minorias, em nosso cotidiano, provém da mídia, pois, de modo rotineiro, nossos comentários de conhecimento e opinião sobre as minorias, têm como referência a televisão e os jornais (Van Dijk, 2008).

É claro que falar de minorias no Brasil, ao nosso olhar, surge uma gama de comunidades sociais que se encontra na situação de minoria. Um paradoxo, porque, na verdade, todas as minorias sociais acabam por revelar uma maioria excluída da sociedade, resultado de um sistema político-econômico injusto, “que age em nome dos privilégios alcançados por uma minoria mediante a espoliação da maioria, privilégios que não se deseja ver, sequer, esmaecidos” (Bicudo, 1994, p.10).

O importante é termos consciência de que as minorias sociais de nosso país estão aí: estão se mobilizando, nos vários movimentos sociais, da melhor maneira que podem, para fazer valer os seus direitos. Poderíamos nos perguntar: *como observamos a mobilização dos movimentos sociais que reivindicam os seus direitos em um país de política democrática? Qual a imagem que nos é passada pela TV, pelo jornal, pelos políticos? O que está por trás de suas reivindicações? Por que lutam?*

A princípio, a nossa pesquisa, diante de um mundo cada vez mais globalizado, tinha o interesse de investigar como os imigrantes, sobretudo os refugiados, eram representados na mídia escrita e como era o olhar da sociedade brasileira sobre essa realidade social pouco conhecida. Essa era a minoria social que tínhamos em mente, partindo de experiências interpessoais, em um curso de português para estrangeiros, na sede do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), próxima à Praça da Sé, na cidade de São Paulo.

Porém, enquanto iniciávamos nossa pesquisa, os principais jornais do Estado de São Paulo começavam a veicular, com mais frequência, notícias sobre a questão indígena de Roraima. Foi noticiado, em maio de 2008, o conflito entre indígenas e funcionários de uma fazenda, a qual se localizava dentro da reserva indígena em litígio, a Raposa/Serra do Sol, desse conflito cerca de 10 indígenas encontravam-se feridos. Esse fato ocorreu no dia 05 de maio de 2008. A partir desse “incidente”, fazia-se necessário explicar o motivo de tal conflito, então, a sociedade brasileira passou a acompanhar por meio das mídias a questão indígena Raposa/Serra do Sol.

O debate que essa questão gerou foi em torno da questão se era o caso de demarcar a Terra Indígena Raposa/Serra do Sol em área contínua. Afinal, esta se localiza em uma área de fronteira, o que pode acarretar perigo para a soberania nacional; além de ter uma área correspondente a 1.678.800 hectares, o que representa ser muita terra para poucos indígenas. Enfim, a sociedade foi bastante solicitada a se posicionar sobre o caso, porém, as comunidades indígenas foram deixadas de lado nessa discussão. Por outro lado, o teor das discussões sobre a questão indígena Raposa/Serra do Sol assumiu características anti-indígenas, conforme observação de Baldi, em seu artigo “*Indígenas: Constituição, racismo e colonialismo*”, publicado pelo Ministério Público Federal, em seu site¹.

Para aprofundar o caso, dirigimo-nos para os periódicos do próprio Estado de Roraima e nos deparamos com a mesma situação: as comunidades indígenas eram deixadas de lado na discussão e, mais ainda, as matérias jornalísticas eram escritas de tal modo que pareciam desconsiderar as comunidades indígenas, abrindo espaços para falas com teor racista e preconceituoso. Quanto às falas das comunidades indígenas, essas eram elaboradas de forma rápida e no discurso indireto.

Alves (1999), em seu trabalho, intitulado “*A difusão da questão indígena pela imprensa mato-grossense*”, já ressaltava que, matérias jornalísticas que abordavam assuntos referentes aos indígenas, na imprensa de Mato Grosso, não consideravam os indígenas como fontes. Para ele, isso era uma falta grave que a imprensa cometia, “pois quando os jornalistas vão atrás somente das fontes oficiais (Funai, Polícia Federal e Ministério Público) as notícias têm uma tendência maior de sair enviesada.” (Alves, 1999). Infelizmente, esta é uma realidade que tende a ser vivenciada por todos os povos indígenas, nos mais diversos estados do Brasil.

Quanto ao tratamento observado na mídia escrita de Roraima, essa situação de desigualdade no discurso midiático chamou a nossa atenção, dado que o ponto de partida da nossa pesquisa eram as minorias no discurso midiático. O fato do dia 05 de maio de 2008, noticiado pelas mídias nacionais, devido à visita extraordinária do ministro da Justiça a Roraima, tornou-se nosso ponto de referência. A partir dele, buscaríamos dados referentes à questão indígena Raposa/Serra do Sol. A opção foi reforçada quando soubemos que tal fato havia sido registrado em vídeo por um dos indígenas. Porém, ao lermos matérias jornalísticas referente ao fato, veiculadas em um dos jornais locais de Roraima, percebemos que pouco era falado desse vídeo. Perguntamo-nos: *por que o vídeo não foi valorizado pelas instâncias midiáticas? Por*

¹ Artigo disponível em: <<http://ccr6.pgr.mpf.gov.br>>.

que a notícia foi construída desse modo, desconsiderando uma peça importante? Qual o interesse que está por trás de tudo isso?

Diante de tantas perguntas, optamos, finalmente, por assumir como tema central de nossa pesquisa a questão indígena Raposa/Serra do Sol e estudarmos, por meio de análises do discurso midiático, o fato do dia 05 de maio de 2008. Deixamos para outro momento aquela minoria de nosso interesse, os imigrantes, e, iniciamos a aventura de aprofundar como era abordada, pela mídia local, uma das minorias do Estado de Roraima, os povos indígenas. Essa condição de minoria é confirmada nesta declaração feita pelo atual bispo da Diocese de Roraima, Roque Paloschi, durante a 46ª Assembléia Geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), em Indaiatuba (SP), na qual ele apresentava a realidade da questão indígena em Roraima: “A situação dos indígenas da terra Raposa Serra do Sol é uma forma de abuso generalizado aos povos indígenas” (CNBB, 2008, p.03).

O Estado de Roraima, no período colonial conhecido como vale do Rio Branco, é uma das unidades federativas do Brasil que tem um baixo percentual populacional. Segundo a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado (SEPLAN), em 2008, a população de Roraima era estimada em 412.783 habitantes, com uma densidade demográfica de 1,84 hab/km². Desse total de habitantes, 260.930 encontravam-se na capital Boa Vista (SEPLAN, 2009).

Ao tratar da questão indígena em Roraima e, especificamente, da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, existe uma fala bastante corrente: *trata-se de muita terra para pouco indígena* (Vieira, 2007). Porém se avaliarmos os números fornecidos pela própria Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado, podemos também concluir de que as terras do Estado de Roraima podem ser consideradas ser também muita terra para poucos habitantes.

A superfície do Estado de Roraima é calculada em 224.298,980 km², o que resultaria em 2,63% do território nacional, o qual tem a superfície calculada em 8.514.876,999 km² (SEPLAN, 2009). São dimensões grandes que, infelizmente, por vezes, são deixadas de lado, quando o assunto em nosso país é demarcação de terras indígenas, limitando a atenção aos números enormes que essas comportam e esquecendo aqueles números exorbitantes do latifúndio.

Podemos dizer que Roraima é um grande mosaico de culturas e diversidades étnicas, que se encontraram ao longo do processo histórico de colonização na Amazônia. Hoje, o Estado abriga, além dos povos indígenas originários daquela região, muitos migrantes, e filhos de migrantes, provenientes dos diversos Estados do Brasil.

Nos anos de 2008 e 2009, Roraima esteve em pauta na mídia nacional, em decorrência do julgamento da homologação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol (TIRSS), pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Um debate emblemático que suscitou temas, tais como: o perigo de internacionalização da Amazônia, a questão da Soberania Nacional, o progresso e desenvolvimento econômico naquela região, a questão da TIRSS comportar muita terra para poucos índios, entre outros.

Essa notoriedade, a nível nacional, trouxe a tona os conflitos já existentes, há anos, entre grandes produtores agrícolas e povos indígenas, entre a ação política regional e a ação daqueles que se colocam ao lado das minorias do Estado de Roraima e, que muitas vezes, são perseguidos por defender os direitos dessas minorias, como os povos indígenas, os pequenos produtores rurais e trabalhadores urbanos. Trouxe a tona também a difícil trajetória dos povos indígenas na reivindicação do reconhecimento de suas terras e a morosidade dos poderes públicos em atender tais reivindicações. Essa tensão, comum para os Estados brasileiros que compõem a região amazônica, já era descrita por Bicudo (1994), o qual dizia:

a situação indígena configura um quadro de extrema gravidade: as constantes invasões de suas terras por posseiros e garimpeiros, as arbitrariedades policiais e os freqüentes assassinatos a mando de fazendeiros continuam uma realidade nos estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Amazonas, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso. (Bicudo, 1994, p.57)

Mesmo com toda tensão, gerada pelos grupos de interesses e elites locais, por volta dos anos 70, os povos indígenas de Roraima começaram a se organizar e se mobilizar para reivindicar os seus direitos promulgados pela Constituição Federal de 1988. Uma das reivindicações era aquela de terem suas terras originárias demarcadas.

Segundo dados estatísticos do SEPLAN (2009), o Estado de Roraima é constituído por 32 terras indígenas, distribuídas entre os 15 municípios que compõem todo o Estado. Destas, 30 já se encontram registradas, como é o caso da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, as outras 2 terras indígenas aguardam a conclusão de seu processo de reconhecimento, sendo que uma já foi demarcada e a outra foi identificada (SEPLAN, 2009).

Das terras indígenas já demarcadas em Roraima, a maior de todas é a Terra Indígena Yanomami², a qual, no Estado de Roraima, conta com uma área de 5.792.669 ha, ou seja, três vezes maior que a Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, porém, esta foi a que gerou maior polêmica a nível nacional.

O percurso de mobilização dos povos indígenas, como veremos no Capítulo II, não foi fácil e encontrou resistência por parte das elites locais e dos grupos de interesse. A opinião pública local era formada pelo discurso de políticos (dos quais alguns eram também grandes produtores rurais) que afirmavam que a demarcação e homologação da referida terra indígena era um perigo para a soberania nacional e, também, pelo discurso da ala dos produtores rurais, que tinham alto investimento no agronegócio de exportação, de que toda a terra indígena Raposa/Serra do Sol em área contínua acabava por ser muita terra para pouco indígena, como já comentamos antes. Por outro lado, as elites locais e esses grupos de interesse não reconheciam o poder de articulação dos povos indígenas, pois afirmavam que os mesmos eram manobrados, como marionetes, pela Igreja Católica de Roraima, uma das instituições que defende a causa indígena naquele local, e, dessa forma, condenavam a atuação da Diocese de Roraima, sobretudo do Clero e religiosos que ali estavam presentes, os quais eram vistos como ameaça de internacionalização da Amazônia e da exploração fácil das riquezas minerais (Vieira, 2007).

A questão indígena em Roraima é bastante conflituosa. Primeiramente, porque a historiografia local não condiz com a realidade histórica vivida pelos povos indígenas de Roraima, desde o período colonial (Vieira, 2007). Em segundo, os políticos do Estado de Roraima desconsideram a causa indígena e estabelecem outros parâmetros de progresso e sustentabilidade para o próprio Estado e, muitas vezes, visam o próprio lucro, em detrimento do bem comum coletivo³ (Vieira, 2007). E, por fim, grande parte da sociedade roraimense, sobretudo as elites locais, caracterizou-se com traços anti-indígena, algo visível até mesmo na manifestação cultural do Estado, como no caso da música. Exemplo disso é uma das canções da *Banda Pipoquinha de Normandia*, uma banda de forró bastante famosa na região. Na década de 1990, quando se intensificavam os trabalhos da FUNAI para a demarcação da terra indígena

² Conforme dados da *Comissão Pró-Yanomami* (CCPY), a Terra Indígena Yanomami foi homologada pelo presidente Fernando Collor, em 25 de maio de 1992. A sua área total abrange partes dos Estados brasileiros do Amazonas e de Roraima e mais uma parte da Venezuela.

³ Reflexo disso foi a *Operação Praga do Egito*, também conhecida como *Operação Gafanhoto*, realizada pela Polícia Federal, em 2003. Segundo dados da Polícia Federal, no dia 26 de novembro de 2003, a mesma prendia, em Brasília, o ex-governador do estado de Roraima, Neudo Campos. A sua prisão fazia parte da operação *Praga do Egito*, que ocorreu em quatro estados e conseguiu prender 53 pessoas, um número alto ao compararmos com as outras operações efetuadas pela Polícia Federal em 2003, e desmontou um esquema de corrupção que contava com a participação de muitos políticos. O esquema era a contratação de funcionários “fantasmas” com recursos federais.

Raposa/Serra do Sol, uma das canções que fazia parte do repertório da banda era “Área contínua, não!”⁴. Leiamos a canção:

Não sou preconceituoso / Mas certas coisas não aceito
Se o índio é igual a gente / Por que ele tem mais direito?
Roubar gado, tocar fogo em ponte / pro índio, é uma diversão
Rouba tudo do fazendeiro / e ainda quer uma demarcação!
Área contínua, não! / Área contínua não
o índio tá querendo / é ser nosso patrão!
Tem índio vice-prefeito / Tem índio vereador
Se for reparar direito / Tem até índio doutor!
Área contínua, não! / Área contínua não
o índio tá querendo / é ser nosso patrão!

Por meio da canção, podemos perceber que a imagem do indígena é descrita como alguém que é baderneiro, ladrão, oportunista. A canção faz uma chamada à sociedade a se unir contra a demarcação da referida terra indígena em área contínua e à ameaça do indígena passar para a categoria de patrão e a sociedade à categoria de servidores. Só por esta canção podemos intuir a existência de conflito entre a sociedade envolvente e povos indígenas e podemos perceber como é forte a intolerância para com os indígenas.

Como já dissemos antes, após a opção por essa temática, acompanhamos com interesse, por meio das mídias impressas e *on-line*, o debate nacional em torno da homologação ou não da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol em área contínua. Nas leituras diárias de jornais, como *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, percebemos que o tratamento dado aos indígenas era o mesmo daquele dado pelas mídias locais no Estado de Roraima: a pessoa de etnia indígena não era sujeito na discussão de um tema que tocava diretamente a sua vida, a vida de sua comunidade e o futuro histórico da mesma; essa pessoa, que genericamente foi categorizada de indígena (Junqueira, 2008), era apenas objeto de discussão, pois os sujeitos que refletiam sobre o seu futuro, a sua vida e a vida de sua comunidade, eram os grande latifundiários, os políticos regionais e nacionais, especialistas em questões fundiárias, antropológicas e sociais, e o Governo Federal.

A esse propósito, o *Instituto Socioambiental* (ISA), elaborou um Dossiê *on-line*, reunindo documentos oficiais, notícias jornalísticas, artigos científicos, com o título: *Terra Indígena Raposa Serra do Sol – polêmica sobre demarcação, soberania e*

⁴ As canções dos primeiros tempos da Banda Pipoquinha de Normandia foram divulgadas em K7, de produção informal. Para ratificar a canção explicitada, indicamos a seguinte fonte: <<http://www.interney.net/blogs/cintaliga/>>.

desenvolvimento na fronteira de Roraima. A motivação do ISA⁵ para tal iniciativa foi a percepção de que, ao debater o caso da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, os índios foram, literalmente, deixados de lado. É o que constatamos neste trecho de abertura do Dossiê:

O tratamento do caso, freqüentemente, tem ignorado os próprios índios. Embora sejam quase vinte mil naquela área, de distintos povos, falando suas próprias línguas, agrupados em quase duzentas aldeias e organizados em entidades próprias, os índios são reduzidos a peças de tabuleiros, ou simplesmente desaparecem da história, substituindo-se os seus direitos e anseios por supostos interesses de terceiros.

Para repor a história do caso, recuperar a memória dos intelectuais e prevenir a opinião brasileira e as autoridades com poder de decisão, o ISA publica este dossiê que contém documentos, mapas, artigos assinados e notícias.

Sob a ótica dos *Estudos Críticos do Discurso*, esta nossa pesquisa, também, quer propor-se como uma contribuição a reflexão sobre os discursos das elites de poder e elites simbólicas, como a mídia (Van Dijk, 2008).

Ao abordarmos temas referentes às minorias sociais, como os povos indígenas, podemos perceber como é forte o poder das elites na formação da opinião pública e o jornal impresso torna-se, implicitamente, o porta-voz de suas ideologias, pois teria a sua disposição os recursos simbólicos para dar forma ao “capital simbólico” e teria, também, grande acesso às mentes do grande público (Van Dijk, 2008).

Quanto à terminologia *Estudos Críticos do Discurso*, vale ressaltar que essa nova terminologia é apresentada por Van Dijk (2008) em substituição da terminologia mais usada e conhecida, a *Análise Crítica do Discurso*. Quanto a essa transição, o autor diz:

Embora o rótulo *Critical Discourse Analysis* (CDA) ou, em português, *Análise Crítica do Discurso* (ACD) seja agora amplamente adotado, gostaria de propor uma mudança dessa expressão para *Critical Discourse Studies* (CDS), isto é, *Estudos Críticos do Discurso* (ECD) por uma série de razões óbvias. A principal razão é que os ECD *não* são, como freqüentemente se presume – especialmente nas ciências sociais –, um *método* de *análise* do discurso. Não existe esse tipo de método. Os ECD usam qualquer método que seja relevante para os objetivos dos seus projetos de pesquisa e tais métodos são, em grande parte, aqueles utilizados em estudos de discurso em geral.

(Van Dijk, 2008, p.10)

⁵ Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/inst/esp/raposa/>>.

Voltando à pesquisa, objetivo da mesma, portanto, é investigar como os povos indígenas envolvidos na questão indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, foram tratados nas notícias da mídia escrita local e se há manifestações de racismo contra os indígenas. Em outras palavras, procuramos responder às seguintes questões: qual o tratamento dado pelo jornal *Folha de Boa Vista*, nas matérias jornalísticas, que reportam o fato do dia 05 de maio de 2008, envolvendo os povos indígenas da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol e as elites locais e grupos de interesse? No tratamento dado, há manifestações de racismo?

Diante desse objetivo, a nossa fundamentação teórica compreenderá parâmetros teóricos advindos dos *Estudos Críticos do Discurso*, com o pensamento de Teun A. Van Dijk (2008); abordagem crítica e filosófica sobre as Mídias, aproveitando da reflexão de Walter Lippmann (2008) sobre os estereótipos e parâmetros metodológicos discursivos em contexto midiático, apoiados em Patrick Charaudeau (2007), no que se refere à construção da notícia midiática.

A presente pesquisa divide-se em quatro capítulos. No primeiro capítulo, trataremos da constituição do *corpus*. Por se tratarem de matérias jornalísticas veiculadas no Estado de Roraima, ou seja, fora dos grandes eixos da imprensa escrita, nesse capítulo, propomos uma breve contextualização da trajetória do jornal escrito na região Amazônica e, mais especificamente, em Roraima.

Para aprofundarmos melhor a situação dos povos indígenas de Roraima, no segundo capítulo, apresentamos a trajetória histórica do processo de colonização na Amazônia. Um olhar ao passado para compreendermos a realidade presente, a luta e resistência desses povos.

O terceiro capítulo é constituído da fundamentação teórica que norteia o nosso estudo. Aprofundaremos alguns pressupostos de Van Dijk (2008), Lippmann (2008) e Charaudeau (2007). Olhares diferentes para o mesmo tema: o discurso das mídias. Cada um dará a sua contribuição específica no que se refere às mídias: ora aprofundando as mídias como elites simbólicas, capazes de excluir as minorias e suscitar na sociedade o racismo (Van Dijk); ora relacionando essa força de poder simbólico com a manutenção de estereótipos (Lippmann); e ora mostrando os mecanismos utilizados pela máquina midiática na construção das notícias (Charaudeau).

No quarto capítulo, à luz das teorias apresentadas no capítulo anterior, apresentaremos a análise do *corpus*. Por fim, as conclusões que chegamos a respeito do tratamento dado aos indígenas da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, nas matérias jornalísticas analisadas do jornal *Folha de Boa Vista*.

CAPÍTULO I

O CORPUS

1.1 Considerações gerais

Após a assinatura do decreto⁶, em 15 de abril de 2005, em que o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva homologava as regiões da Raposa e Serra do Sol em terras indígenas por área contínua, os políticos do Estado de Roraima e os grandes produtores agrícolas procuraram sensibilizar a sociedade local e o Governo Federal para que a homologação, instituída em terra contínua, fosse mudada para uma homologação em ilhas, deixando de fora as grandes propriedades agrícolas e novos municípios.

De acordo com Santilli (2000), a terminologia *homologação* significa uma das etapas finais no processo administrativo de demarcação de terra indígena, ou seja, é um ato presidencial, após amplos estudos realizados por Grupo de Trabalho, instituído pelo Governo Federal. A terminologia *demarcação* expressa que

demarcar uma terra indígena significa, antes de mais nada, declarar oficialmente os seus limites. As terras indígenas não são criadas pelo processo de demarcação. Elas preexistem, os direitos de ocupação indígena já se exerciam sobre elas, e o poder público apenas vem declarar, de forma fundamentada, as referências geográficas e cartográficas do seu perímetro. (Santilli, 2000, p.112)

Por isso, podemos concluir que, apesar da polêmica e da tensão em torno da demarcação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, o ato presidencial de homologação não foi um ato imprudente, mas um ato que reconhecia, após estudos antropológicos e históricos, o legítimo direito à terra dos povos indígenas daquela região.

No âmbito nacional, pouco se falava da tensão local, gerada pela assinatura do decreto. No âmbito local, as mídias locais noticiavam essa tensão, sobretudo os jornais impressos, intensificando-se no segundo semestre de 2007, quando o Governo

⁶ O Decreto de Homologação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol encontra-se disponível em Anexo 1 (p.117).

Federal, por meio da ação da Polícia Federal, começou o processo de desintrusão, ou seja, a retirada de não-indígenas da respectiva terra indígena. Tal ação acirrou, mais ainda, os ânimos dos políticos e produtores agrícolas, que buscaram estratégias de sensibilização contra a homologação de 15 de abril de 2005⁷.

Para a sociedade roraimense, os jornais impressos locais tornaram-se uma das principais fontes para se ter conhecimento do embate que envolvia, de uma parte, políticos e grandes produtores agrícolas e, da outra parte, os povos indígenas.

Em 2008, a questão indígena Raposa/Serra do Sol ganhou destaque nas mídias nacionais e, também, no Supremo Tribunal Federal (STF). Com o processo de desintrusão, muitas foram as manifestações contrárias à demarcação da terra, algumas com o uso da força e violência. O fato mais agravante aconteceu em 05 de maio de 2008, quando 10 indígenas ficaram feridos, após um ataque violento, realizado pelos funcionários da Fazenda Depósito, a mando do proprietário e político Paulo César Quartiero. A partir de então, o STF assumiu com prioridade o julgamento da Ação Popular impetrada contra a homologação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol em área contínua.

Todo o processo do julgamento foi acompanhado pelas mídias nacionais⁸. Assim, a questão indígena Raposa/Serra do Sol tornou-se um dos debates mais emblemáticos da sociedade brasileira, pois trouxe à tona temas como progresso e desenvolvimento econômico da Amazônia e, sobretudo, a Soberania Nacional, dado que a reserva indígena situa-se em área fronteira do país.

Para a nossa pesquisa, na constituição do *corpus*, optamos por fazer um recorte fora dos grandes eixos da mídia nacional, como São Paulo e Rio de Janeiro. Resolvemos situar a nossa pesquisa no fato que foi pivô para início do debate nacional sobre essa questão indígena, ou seja, focalizaremos a nossa atenção ao fato acontecido no dia 05 de maio de 2008 e veiculado pela mídia local nos dias posteriores. Outro fator que reforçou a nossa delimitação é aquele de que o fato foi registrado em vídeo, por um dos indígenas que estava naquele local, mas esse vídeo foi pouco comentado e o que dele se vê pouco foi questionado⁹. Tudo permaneceu em torno do conflito entre indígenas e pistoleiros, em decorrência da “invasão” a uma das

⁷ Durante o percurso da pesquisa, elaboramos um dossiê com matérias jornalísticas veiculadas pelo jornal *Folha de Boa Vista*, no período de 2006 até o primeiro semestre de 2008. Tal iniciativa partiu da exigência de termos uma contextualização maior do fato do dia 05 de maio de 2008, para que não fosse visto de modo isolado. Colocamos o índice desse dossiê em Anexo 2 (p.119).

⁸ Em Anexo 4 (p.127), apresentamos algumas fotos, extraídas da Galeria de Fotos do jornal *Folha de S. Paulo*, que datam do período em que essa instância midiática acompanhava o processo de julgamento.

⁹ O vídeo foi citado por Rangel (2009) e encontra-se disponível em: <<http://www.cir.org.br>>.

grandes fazendas da região. Mas o vídeo revela que foram os indígenas a serem atacados com bombas caseiras (tipo molotov) e com disparos de tiros.

Selecionamos para a constituição do *corpus* quatro matérias jornalísticas do jornal *Folha de Boa Vista*, as quais serão apresentadas no final deste capítulo. A nossa opção pelo jornal *Folha de Boa Vista* dá-se pelo fato de ser o jornal local, mais difundido e mais lido pela sociedade roraimense, pois o mesmo, apesar de ter o nome da capital do Estado de Roraima, Boa Vista, tem ampla circulação nas demais cidades e foi o que mais perdurou ao longo dos anos, se compararmos com os outros jornais que surgiram em Roraima. O jornal *Folha de Boa Vista*, diferentemente dos outros jornais, *A Gazeta de Roraima* e *O Diário*, tem a periodicidade de circulação de 7 dias, ao passo que os outros jornais, respectivamente, têm a periodicidade semanal e de 5 dias da semana (Lima, 2008).

Antes de especificarmos mais o nosso *corpus*, queremos fazer uma abordagem da trajetória do jornal impresso na região amazônica e, conseqüentemente, do jornal *Folha de Boa Vista*. Aproveitaremos de um estudo realizado pela professora Maria Goretti Leite de Lima, formada em Comunicação Social/Jornalismo; a mesma atua na Universidade Federal de Roraima (UFRR) há mais de 17 anos, no curso de Comunicação Social.

1.2 O jornal impresso na Amazônia e em Roraima

Lima (2008), em *O Índio na mídia impressa em Roraima*, apresenta alguns aspectos da mídia impressa na Amazônia, além de reportar dados referentes ao jornal *Folha de Boa Vista*. O livro é fruto de sua pesquisa no campo do Jornalismo, a qual teve como tema a problematização dos conflitos fundiários interétnicos, no Estado de Roraima, de modo especial, entre indígenas e não-indígenas, focalizando a questão indígena Raposa/Serra do Sol e o massacre dos Yanomani de Haximu¹⁰.

A partir das leituras diárias dos jornais locais, que circulavam na capital e demais municípios vizinhos, chamou-lhe a atenção um anúncio, na página dos Classificados da *Folha de Boa Vista*, sobre uma vaga de trabalho como empregada doméstica, a qual apresentava uma restrição: “a candidata ao cargo não poderia ser cabocla (macuxi)” (Lima, 2008, p.5). Segue comentário da autora:

¹⁰ Segundo dados fornecidos pelo antropólogo Bruce Albert, o massacre dos Yanomami do Haximu, ocorreu em 1993, de modo hediondo, vitimando homens, mulheres, crianças e idosos, por causa da corrida do ouro, pois os ataques foram feitos por garimpeiros que haviam se instalado naquela região. O caso foi enquadrado como genocídio e chamou a atenção da comunidade internacional.

Convivendo com essa realidade, a partir de abril de 1991, é que surge o nosso interesse em pesquisar as formas pelas quais a mídia impressa de Roraima constrói a imagem do índio. Essa percepção cotidiana foi captando o uso repetitivo de palavras depreciativas, de natureza preconceituosa, que desqualificavam o índio nas notícias locais. (Lima, 2008, p.15)

Para Lima (2008), é importante perceber como essas notícias constituem uma grande peça para compreender

o tratamento dado às questões indígenas no âmbito de Roraima, e entender a atuação da mídia impressa na construção do imaginário roraimense, dentro do contexto sociocultural local. (Lima, 2008, p.15)

Segundo a autora, a história da mídia impressa na região amazônica apresenta uma trajetória peculiar daquela das outras regiões do Brasil. Ela inicia-se mais tarde, em 1850, após o desmembramento do Amazonas da Província do Pará, com o primeiro jornal impresso da região, de nome *Cinco de Setembro*, que circulava semanalmente, com características áulicas, pois, limitava-se, na maioria das vezes, em publicar os atos do governo da Província e do Império e, também, os anúncios de classificados de recompensas pela restituição de escravos fugidos e objetos roubados (Lima, 2008).

Ainda nas palavras de Lima:

A implantação e o desenvolvimento da mídia impressa nessa região, dentro dos padrões da imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo, não se tornaram possíveis. Nessa época, muitos foram os impedimentos, dentre eles o de os portugueses instalados na Província não estarem preparados para desenvolver essa atividade e o fato de a população amazonense não falar o português como língua materna. A persistência da tradição oral nas comunidades indígenas e a ausência do hábito de leitura, inclusive da população lusa, de grande maioria analfabeta, criou dificuldades para o desenvolvimento da mídia impressa. (Lima, 2008, p.22-3)

Lima (2008) diz que os jornais impressos, no decorrer do tempo, mudavam de nome e direção, conforme a conveniência do grupo ou empresa, porém preservavam, em grande parte, a linha editorial e a equipe de trabalho, os quais estavam a serviço de políticos. Outra característica, apresentada pela autora, era o fato da mídia impressa na Amazônia estar ligada com aqueles políticos que detinham o poder, “pois os governantes, ao assumirem seus cargos, implantavam de imediato um jornal” (Lima, 2008, p.23).

Em Roraima, o período mais significativo para o surgimento de vários jornais foram as décadas de 1980 e 1990. Em 1983, o governo de Roraima decidiu fechar o seu periódico, o *Jornal Boa Vista*, e dessa forma cedeu amplo espaço para iniciativas privadas. Surgem, nesse período, os jornais *Folha de Boa Vista*, *A Gazeta de Roraima* e *O Diário*. A autora destaca que apesar do surgimento de novos jornais, numa média de 20 periódicos, não observou-se um aumento e sim um ciclo de substituição de veículos de imprensa. Segundo ela,

os jornais que circulam no atual estado lutaram para manter seus estilos, em suas várias fases e, de certa forma, contribuíram para o aprimoramento sociocultural do povo roraimense. (Lima, 2008, p.24)

Vejamos com mais detalhe a trajetória do jornal *Folha de Boa Vista*, do qual é constituído o nosso *corpus*.

1.3 O jornal *Folha de Boa Vista*

Atualmente, o jornal *Folha de Boa Vista* é um dos periódicos de grande circulação no Estado de Roraima, sobretudo na capital Boa Vista. Os leitores dispõem das notícias também pelo uso da internet, pois o Grupo Folha, o complexo midiático do qual faz parte o jornal em questão, disponibiliza a versão impressa do jornal na *FolhaWeb*. As matérias analisadas foram adquiridas pelo sistema *on-line* da Folha, aproveitando da versão impressa disponibilizada em seu acervo *on-line*¹¹.

Lima (2008) apresenta como deu-se a criação do jornal:

A idéia da criação do jornal *Folha de Boa Vista* surgiu durante uma conversa em mesa de bar, na beira do rio Branco. A proposta defendida era a de fundar um periódico independente, desvinculado de qualquer grupo político. Os idealizadores foram três jornalistas: Fernando Estrella, Cosette Spíndola, Sandra Tarcitano, além do economista Cícero Cruz Pessoa, que se uniram para implantar a *Folha de Boa Vista*, pois havia uma perspectiva de o governo de Roraima fechar o *Jornal Boa Vista*, de sua propriedade, visando abrir espaço à iniciativa privada. (Lima, 2008, p.27)

Os idealizadores do jornal marcaram a data de sua circulação para outubro de 1983. Após seis meses da sua criação, a *Folha de Boa Vista* passava a ser semanal.

¹¹ Folha de Boa Vista: <<http://www.folhabv.com.br>>.

O jornal foi o pioneiro na implantação de vendas avulsas de jornais. Foram instalados postos de vendas, além de serem vendidos pelas ruas da cidade, com bancas de vendas nas praças do centro da capital (Lima, 2008).

Quanto à linha editorial do jornal, Lima (2008) diz:

A linha editorial estava centrada no compromisso com o leitor, por ser um veículo mais informativo e menos político, com a temática voltada para os problemas da comunidade. (Lima, 2008, p.29)

Em 1988, Getúlio Cruz, ex-governador do então Território Federal de Roraima, assumiu o controle majoritário das ações da *Folha de Boa Vista*. Uma decisão feita por parte dos outros acionistas que transferiram suas cotas para Getúlio, que assumiu o empenho de recuperar financeiramente a empresa, pois, nesse período, o jornal atravessava muitos problemas financeiros.

No quadro abaixo, apresentamos dados gerais quanto ao jornal *Folha de Boa Vista*, os mesmos foram fornecidos por Lima (2008), em sua obra:

Jornal <i>Folha de Boa Vista</i>	
Praça	Roraima
Circulação	Boa Vista, todo o Estado de Roraima e Internet
Fundação	21 de outubro de 1983
Publicação	Editora Boa Vista Ltda
Formato	<i>Standard</i>
Impressão	Off-set, em cores
Periodicidade	7 dias por semana
Tiragem semanal	4 mil exemplares
Cadernos Permanentes	Dois: Primeiro e Segundo

Tabela 1 - Fonte: Lima, 2008, p.31.

Cada edição é composta pelas seguintes seções: *Opinião*, *Política*, *Cidades*, *Social*, *Variedades*, *Parabólica*, *Polícia*, *Esporte* e *ClassiFolha*. As matérias a serem analisadas foram veiculadas na seção *Cidades*.

São quatro matérias jornalísticas, veiculadas nos dias 06 e 07 de maio de 2008. As duas primeiras, veiculadas no dia 06, comentam o incidente ocorrido na

Fazenda Depósito e apresentam os seguintes títulos: 1) *Raposa Serra do Sol – Nove índios em invasão à fazenda*; 2) *Tiros durante invasão – Quartiero diz que foi legítima defesa*.

As duas últimas foram veiculadas no dia 07, estas comentam a visita extraordinária do então Ministro da Justiça, Tarso Genro, que foi a Roraima em virtude do incidente. São elas: 1) *Fazenda Depósito – Ministro negocia saída de indígenas*; 2) *Raposa Serra do Sol – Ministro diz que veio investigar tiroteio*.

Com o intuito de compreender melhor o fato do dia 05 de maio de 2008, reportado nas quatro matérias citadas acima, no Capítulo II, apresentaremos uma breve contextualização histórica do processo colonizador na região amazônica e o percurso de mobilização dos povos indígenas de Roraima, fixando-nos na questão indígena Raposa/Serra do Sol.

CAPÍTULO II

A QUESTÃO INDÍGENA EM RORAIMA

2.1 Considerações gerais

Em março de 2009, os povos indígenas de Roraima viveram uma grande conquista: tiveram o reconhecimento oficial de uma de suas terras indígenas reivindicadas, a Raposa/Serra do Sol, após longo processo e ações populares que solicitavam a demarcação da referida terra indígena em ilhas. Uma conquista surpreendente, mas muito esperada por todos eles, pois foi fruto de um longo caminho, constituído de conscientização de seus direitos, mobilização e perseverança diante das adversidades de uma sociedade envolvente que se tornava cada vez mais anti-indígena.

Neste capítulo, para uma contextualização maior de nossa pesquisa, trataremos dos povos indígenas de Roraima, valendo-nos de estudos dos campos das Ciências Sociais e da História, que abordaram a temática indígena na Amazônia e, sobretudo, o processo de colonização no vale do Rio Branco, hoje, conhecido como Estado de Roraima.

Acreditamos que tal contextualização histórica permitir-nos-á entender melhor o fato acontecido no dia 05 de maio de 2008, em Roraima, o qual é comentado pelo jornal *Folha de Boa Vista* nas quatro matérias jornalísticas a serem analisadas nesta pesquisa.

Faremos também uma breve panorâmica sobre a questão indígena em nosso país e seus desafios e qual a política indigenista aplicada pelo Governo Federal.

2.2 A questão indígena no Brasil e seus desafios

Atualmente, o movimento de resistência indígena em nosso país está cada vez mais se consolidando. Diferentes entre si, os muitos povos indígenas existentes em nosso país se uniram em organizações indígenas e estão se articulando cada vez, por meio de suas lideranças, para fazer valer os seus direitos, em vista da preservação de sua diversidade cultural e retomadas de suas terras.

As comunidades indígenas estão criando os seus espaços para que possam manifestar seus pensamentos sobre sua história, sua cultura, manifestar, também, seus questionamentos diante de escolhas governamentais que visam o progresso econômico em detrimento das populações locais (como exemplo, citamos o projeto governamental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte), e, sobretudo, estão reivindicando seus direitos à dignidade cultural, à saúde, à educação, à retomada de terras indígenas. Para tudo isso, não falta criatividade, a sua mensagem chega até a sociedade envolvente por meio da poesia, com seus poetas indígenas, como é o caso de Eliane Potiguara; por meio de um filme, como o *Terra Vermelha* (2008), o qual foi o filme de abertura em um dos maiores festivais da Europa, o Festival de Veneza, e contou com a participação de indígenas Kaiowá-Guarani; por meio da música, com o coro infantil dos Guarani (CD *Cântico das Crianças*); e tantas outras iniciativas.

Falar da questão indígena, a nosso ver, é falar das tentativas de diálogo que as comunidades indígenas estão tentando estabelecer com a sociedade envolvente. Elas estão ali a nos dizer: *nós estamos aqui, nós resistimos ao processo histórico de colonização, mas queremos dizer que somos diferentes, queremos pedir que vocês nos acolham em nossa diversidade cultural.*

Recentemente, o Ministério de Educação e Cultura (MEC) publicou em seu site, no Portal do Professor, a série *Índios no Brasil*¹², um documentário realizado pela TV Escola, em parceria com o projeto *Vídeo nas aldeias*, o qual contou com a participação de lideranças indígenas das várias regiões do país. A série é dividida em 10 programas, com mais ou menos 20 minutos, tempo ideal para serem utilizados pelos professores em sala de aula. O intuito desse projeto é fazer conhecer aos estudantes do ensino fundamental e médio a realidade dos povos indígenas no Brasil, para acabar com tantos mitos que giram em torno da sua imagem. Sem dúvida, fazem-se necessárias estratégias de diálogo e encontro nas diversidades culturais. Pois, no contato com os povos indígenas, o caminho do encontro era unilateral: eram eles que deviam integrar-se à sociedade envolvente.

Tal percurso unilateral deixou “feridas invisíveis” e lacunas na História de nosso país. Mas, os seus efeitos estão aí. Não é exagero dizer que, infelizmente, na interação que se estabelece com os povos indígenas, sobressai a discriminação, o preconceito, o descaso. A esse propósito, Rangel (2001) comenta:

No plano local, particularmente nos municípios e entorno das áreas indígenas, predomina o racismo e a discriminação, pano de fundo da intolerância e da humilhação das quais a população indígena é alvo

¹² O acervo está disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br>>.

privilegiado. Em âmbito nacional, o tratamento dispensado aos índios revela as contradições profundas pelas quais passa o Brasil de hoje. (Rangel, 2001)¹³

Rangel prossegue dizendo que a Constituição Federal, de 1988, reconhece os direitos dos povos indígenas sobre suas terras originárias, os reconhece também em sua diversidade cultural e promove o respeito a todos os povos indígenas, mas a prática social é bem outra:

a nação ao guiar-se pela linha de conduta propugnada pela carta magna, depara-se com uma prática social que não só não respeita aqueles direitos, como revela uma classe dominante que não quer abrir mão do modelo construído desde os tempos coloniais, cujo pilar é a violência, a concentração da propriedade da terra e o menosprezo absoluto pelos direitos dos “despossuídos”; é a tradição escravocrata imperando em linha de mão única, como se os direitos das elites fossem os únicos possíveis de serem realizados. (Rangel, 2001)

Da integração à interação, esse seria o percurso a ser feito, hoje, o qual é já indicado pela Constituição Federal e pela Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Quanto à presença indígena em nosso país, segundo dados da FUNAI¹⁴ (Fundação Nacional do Índio), no Brasil, atualmente, existem 225 povos indígenas, com uma população estimada em 460 mil indígenas, o que resultaria em 0,25% da população brasileira. Já o Instituto Socioambiental (ISA) estima essa população em torno de 600 mil indígenas, considerando que 120 mil estão distribuídos pelas capitais do país (ISA, 2006). Apesar da diferença entre os dados, pois oficialmente, no Brasil, não temos um censo indígena ou um levantamento demográfico desses povos, uma coisa é certa, ambas as entidades concordam em um ponto: observa-se um crescimento das populações indígenas no país, o que reforça a luta pela demarcação e reconhecimento de suas terras originárias, pois o processo da vida, o futuro dos povos indígenas, está bastante ligado com a terra.

Mas falar de terra não é tão simples assim em um país marcado pelo latifúndio exacerbado, herança da Lei de Terra de 1850. Podemos dizer que, ao tratarmos da questão indígena em nosso país, um tema que provoca bastante conflito dentro da sociedade envolvente é aquele das terras indígenas: reconhecer ou não os direitos

¹³ Disponível em:
<<http://www2.mre.gov.br/ipri/Rodrigo/RACISMO/BELEM%5CPAPERS%5C2%20LUCIA%20RANGEL.rtf>>.

¹⁴ Os dados foram coletados no próprio site da instituição, disponível em: <<http://www.funai.gov.br>>.

que os povos indígenas têm sobre suas terras originárias gera discussão na sociedade, debate nos ambientes políticos, represálias por parte de alguns latifundiários. Aqueles que mais sofrem são os povos indígenas, pois acabam por ser forçosamente silenciados e, muitas vezes, ridicularizados em sua diversidade cultural.

A terra é a base da existência para esses povos. A luta por ela não é a luta armada, o enfrentamento, mas a luta da resistência, que espera resposta também dos poderes públicos: a atuação, de fato, de seus direitos já garantidos pela Constituição Federal, que lhes reconhece o direito às terras.

A própria FUNAI reconhece a situação de conflito existente entre as populações indígenas e a sociedade envolvente, tanto é que, em seu site, afirma: “As populações indígenas são vistas pela sociedade brasileira ora de forma preconceituosa, ora de forma idealizada”. Afirma ainda que o preconceito parte, na maioria das vezes, das populações rurais, as quais estão em maior contato com as populações indígenas.

Nas palavras da própria instituição, encontramos a seguinte afirmação:

Dominadas política, ideológica e economicamente por elites municipais com fortes interesses nas terras dos índios e em seus recursos ambientais, tais como madeira e minérios, muitas vezes as populações rurais necessitam disputar as escassas oportunidades de sobrevivência em sua região com membros de sociedades indígenas que aí vivem. Por isso, utilizam estereótipos, chamando-os de “ladrões”, “traídores”, “preguiçosos” e “beberões”, enfim, de tudo que possa desqualificá-los. Procuram justificar, desta forma, todo tipo de ação contra os índios e a invasão de seus territórios. (FUNAI)¹⁵

Consideramos verdadeiro o fato de que os povos indígenas sofrem preconceitos, mas discordamos quando a FUNAI diz que esse preconceito parte, muitas vezes, das populações rurais, pois se elas são conduzidas, dominadas por elites locais e por grupos de interesses, então, é ali a raiz do problema. Também as populações urbanas não estão isentas de viver o preconceito para com os povos indígenas.

Atualmente, a violência contra os povos indígenas adquire um aspecto multifacetado: invasões possessórias; exploração ilegal de recursos naturais; danos ambientais; processo moroso do poder público com relação aos procedimentos de demarcação e também a paralisação de processos de retirada dos ocupantes das

¹⁵ Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.html>>.

áreas já homologadas; violência quanto ao patrimônio cultural; além da violência física (Rangel, 2009).

Podemos dizer que esse quadro é resultado do processo colonizador, que teve o seu início com a exploração dos recursos naturais e a escravização dos povos indígenas, pois a ocupação do território brasileiro ocorreu por vias da escravização dos vencidos e do extermínio dos rebeldes. No período colonizador, era considerado rico aquele que mais possuía escravos. A escravização indígena, no período colonial, caracteriza-se por quatro fases. São conhecidas como: a fase litorânea, a fase bandeirista, a fase sertaneja e a fase amazônica (CIMI, 2001). As fases de escravização de índios foram fases de avanços geográficos em nosso território, as quais deixaram “feridas invisíveis” nos povos indígenas de cada região específica, e a maior delas é aquela de serem como estrangeiros em suas próprias terras.

Para a nossa pesquisa, interessa-nos a fase amazônica. Esta corresponde à expansão portuguesa nessa região, não diferente das demais fases, pois também foi marcada pela violência e exploração contra os povos indígenas que ali viviam. O extrativismo vegetal e a captura de índios para o trabalho escravo tornaram-se as causas principais da ocupação da Amazônia (CIMI, 2001; Vieira, 2007).

A conquista da Amazônia, o massacre e o extermínio sistemático dos diversos povos que ali viviam ocorreram nos séculos XVII e XVIII. A violência contínua estava ligada com a escravização indígena, mas no início do século XIX, a causa já não era apenas essa. A usurpação das terras indígenas tornou-se também um dos motivos que levou ao extermínio muitos povos, um processo intenso e violento que caminhava paralelo à exploração dos recursos naturais existentes na Amazônia (CIMI, 2001).

Escravidão de índios, usurpação de suas terras, exploração dos recursos naturais, esses eram os fatores que, em dimensões trágicas e violentas, desestruturavam a cultura dos povos indígenas e, conseqüentemente, buscava anular a sua história, o seu rosto.

2.3 A expansão portuguesa na Amazônia

Em pleno terceiro milênio, a região amazônica continua a ser alvo de cobiça: para a exploração de madeira; para a mineração; para a produção de energia, por meio dos recursos hídricos que esta comporta; pela conquista de terras agrícolas, com o desflorestamento (Piro, 2009). Essa região caracteriza-se como uma das últimas etapas de colonização empreendidas pela Coroa Portuguesa.

Segundo Ribeiro (1995), a figura do *invasor* é pertinente até mesmo na história: “Ele é quem nos fala de suas façanhas. É ele, também, que relata o que sucedeu aos índios e aos negros, raramente lhes dando a palavra de registro de suas próprias falas.” (Ribeiro, 1995, p.30). Por isso, abriremos espaço para estudos que tentaram elucidar alguns pontos na história de colonização da Amazônia, sobretudo no que se refere às conseqüências que a colonização portuguesa, pelo modo como foi feito, deixou aos povos indígenas, desde o século XVII.

Em 1621, a Coroa portuguesa instituiu o Estado do Maranhão e Grão-Pará¹⁶ como unidade administrativa diretamente vinculada a Lisboa. Essa medida foi tomada em decorrência de fatores geográficos que resultavam no difícil acesso a essa região, tanto por terra quanto por mar. Até por volta do século XVIII, essa unidade administrativa era constituída por toda a Amazônia portuguesa e mais os Estados do Ceará e Piauí (Farage, 1991).



Mapa 1

Fonte: <<http://www.almanaquebrasil.com.br>>. Acesso em: 01/06/2010.

Segundo Farage, ainda que administrativa, “tal divisão veio a configurar uma real e profunda diferença de cunho político-econômico” (1991, p.23) entre as regiões administradas pelo Brasil e por Lisboa.

¹⁶ Antes de ser nominado como Estado do Maranhão e Grão-Pará, essa unidade administrativa era nominada somente como Estado do Maranhão e sua sede situava-se em São Luís. Posteriormente, a sua sede transferiu-se para Belém, passando a ser chamado como Estado de Maranhão e Grão-Pará. A outra administração era conhecida como Estado do Brasil e, até 1763, a sua sede era em Salvador, passando, mais tarde, para o Rio de Janeiro (Silva e Bastos, 1983).

A autora diz ainda que os primeiros passos da colonização do Maranhão e Grão-Pará se estabeleceram pelo sistema de *plantation*, como o foi também para as demais capitanias do Brasil. Porém o resultado não foi tão promissor como o era nas capitanias do Nordeste brasileiro, primeiramente, por falta de investimento necessário à *plantation* e, posteriormente, porque o material necessário e a mão-de-obra escrava negra adquiriam preços bastante elevados se comparados com os de Pernambuco e Bahia. Dessa forma, no aspecto econômico, a região apresentava-se pouco atraente e a agricultura, com a produção de açúcar e tabaco, tornou-se efetiva somente no Maranhão e em outras áreas, como aquelas próximas ao delta do Amazonas (Farage, 1991).

Porém, no vale amazônico, tem-se início a atividade extrativista, a qual era considerada uma atividade mais acessível aos colonos da região, por ter um investimento de capital bastante inferior ao da *plantation*. As chamadas *drogas do sertão* eram, ao mesmo tempo, produtos de exportação e moeda interna da região (Farage, 1991).

No que se refere à mão-de-obra para essa atividade extrativista, Farage diz:

O problema de mão-de-obra veio a se agravar no contexto do extrativismo. A produção extrativista poderia ter um grande valor por unidade, mas era irregular de ano para ano. Assim sendo, representava empresa arriscada demais para permitir uma demanda estável de mão-de-obra, condição essencial exigida pelos traficantes de escravos africanos. Além da instabilidade da produção, os coletores do Pará não possuíam, como os senhores de engenho de Pernambuco ou Bahia, bens que pudessem empenhar como garantia de pagamento de suas dívidas. O resultado era que, para compensar os riscos, o preço do escravo africano no Maranhão e Grão-Pará era extorsivo, e, portanto, a mão-de-obra escrava negra, considerada inviável (D. Sweet, 1974, I: 58-59). (Farage, 1991, p.25)

Apesar de todas as dificuldades, até por volta do século XVII, a economia na Amazônia foi bastante marcada pela atividade extrativista, com exclusiva utilização da mão-de-obra indígena: “Dos índios dependiam não só a extração das ‘drogas do sertão’, como também todos os outros serviços voltados para a vida cotidiana dos colonos” (Farage, 1991, p.26).

Um dado interessante é a medida de riqueza entre os colonos daquela época. De acordo com Farage (1991), a riqueza de um morador era medida pelo número de indígenas que ele possuía. Dessa forma, “para a implementação da sociedade colonial, a disputa pelo acesso e controle da mão-de-obra indígena” foi o fio que teceu “a história política do Maranhão e Grão-Pará.” (Farage, 1991, p.26)

Antes do período pombalino¹⁷, a mão-de-obra indígena era caracterizada por duas categorias: escravizados e livres. Para a categoria dos escravizados, a legislação daquele período instituíra duas modalidades: a) escravos de fato ou indígenas aprisionados em guerra justa; b) escravos obtidos pelo sistema de resgate (Farage, 1991).

Para o conceito de guerra justa, Farage (1991) explica:

A lei de 1688, retomando as diretrizes de 1665, estabelecia que por *guerra justa defensiva* dever-se-ia entender a guerra em caso de invasão dos índios aos estabelecimentos portugueses e, ainda, quando aqueles impedissem a livre circulação dos missionários e colonos. A *guerra justa ofensiva* seria cabível quando houvesse ‘temor certo e infalível’ de ataque por parte dos índios (Lei de 9.4.1611 in J. J. Andrade e Silva, 1858, vol. X). (Farage, 1991, p.28)

Quanto ao conceito de resgate, a autora diz:

Erigido em sistema ao longo do período colonial, o resgate referia-se basicamente à compra, pelos portugueses, de prisioneiros de guerra entre as nações indígenas, entre os quais se incluíam os chamados ‘índios presos a corda’, em referência à corda que os Tupi atavam ao pescoço de seus prisioneiros destinados à devoração. Assim ‘resgatados’ das mãos de seus captores, deviam a vida a quem os comprava, e eram obrigados a pagar-lhe com seu trabalho por tempo determinado, de acordo com seu preço de compra. (Farage, 1991, p.28)

Diante do exposto, quanto a essas duas categorias de escravização indígena, Farage (1991) ressalta ainda o apresamento clandestino, o qual foi muito praticado, ocasionando, muitas vezes, o aprisionamento de aldeias inteiras.

Quanto à categoria de mão-de-obra indígena livre, a autora diz que esta consistia naqueles indígenas aldeados pelos missionários. Os mesmos chegavam aos aldeamentos missionários por meio do sistema de *descimento*, no qual os indígenas eram persuadidos pelos missionários, ou seus representantes, a se deslocarem de suas terras originárias para se estabelecerem nesses aldeamentos (Farage, 1991).

A distribuição do trabalho indígena livre se estabelecia por alguns tipos de aldeamentos daquele período pré-pombalino, reflexo da tríade Estado-Igreja-Colonos. São eles: a) *aldeias do serviço das ordens religiosas*, na qual os indígenas estavam a serviço dos missionários e se tornavam fonte geradora de renda; b) *aldeias do Serviço*

¹⁷ De acordo com Silva e Bastos (1983), a administração pombalina ocorreu entre os anos de 1750 e 1777.

Real, na qual a mão-de-obra indígena era utilizada para os interesses do Estado; c) *aldeias de repartição*, na qual a mão-de-obra destinava-se aos colonos; d) missões afastadas dos pequenos centros urbanos, porém, unidades autônomas de produção (Farage, 1991).

Dessa mão-de-obra livre, as ordens religiosas detinham dois terços, ao passo que para o Estado e os colonos restava apenas um terço, sendo que o Estado detinha certa prioridade. Tal situação resultou em um forte embate entre colonos e missionários, pois estes detinham grande poder de decisão quanto à escravização e ao acesso e controle da mão-de-obra indígena. Posteriormente, nem o Estado olhava com bons olhos a atuação dos missionários, sobretudo dos jesuítas, e, conseqüentemente tem-se a expulsão dos jesuítas do Brasil e a quebra da aliança Estado-Igreja (Farage, 1991).

No período pombalino, o Estado do Maranhão e Grão-Pará teve uma atenção privilegiada da Coroa. Isso por causa do Tratado de Madri (1750), recém-assinado, o qual delimitava as áreas de possessões luso-espanholas na América.



Mapa 2

Fonte: <www.tiberiogeo.com.br/indez.php?id=11>. Acesso em: 01/06/2010.

De acordo com Farage e Santilli (2009), foi a partir do Tratado de Madri que a ocupação do vale do Rio Branco foi efetivada, pois o Tratado instituía que cada parte envolvida, naquela área de fronteira, deteria os territórios até então ocupados e

povoados. Dessa forma, o indígena deixava de ser objeto de mercadoria e do trabalho escravo para tornar-se peça importante na delimitação de terras para Portugal, passando a integrar a sociedade colonial. Uma estratégia para atender ao incentivo geral do governo de Marquês de Pombal que queria povoar as terras em grande escala.

A Coroa portuguesa, em várias cartas régias, recomendava o bom tratamento aos indígenas, pois estes eram vistos como *porta de entrada* para o domínio da Amazônia (Farage e Santilli, 2009). Em outras palavras: o interesse da Coroa portuguesa era estratégico, pois usavam os índios para que delimitassem as terras para Portugal, dado que eram em grande quantidade.

Vejamos algumas mudanças estabelecidas pelo ministério pombalino, quanto ao tratamento dado aos indígenas: a abolição da escravização indígena; a inserção da população indígena à sociedade colonial; a adoção, por parte dos indígenas, de sobrenomes oriundos do repertório utilizados pelos portugueses; obrigatoriedade do pagamento do dízimo (tributos), por parte dos indígenas, por meio do qual se reconheceria a sua subordinação à Coroa; a utilização obrigatória da língua portuguesa, em detrimento das línguas indígenas (Farage, 1991).

Ainda sobre essas mudanças, Farage diz:

Grande parte das povoações indígenas, antigos aldeamentos, foi elevada à condição de vilas, que ostentavam nomes portugueses, como Oeiras, Óbidos, Moura, Alemquer e outros. Em tais vilas deveriam conviver brancos e índios, para acabar com uma 'odiosa separação'; a lei recomendava ainda estritamente que os brancos não poderiam ser preferidos para cargos honoríficos em detrimento dos índios (Diretório, §§ 80 e segs.). (Farage, 1991, p.43)

Para Farage, todas essas mudanças, a situação de aparente liberdade dos indígenas, a não exploração de sua mão-de-obra, representavam apenas uma ficção política (1991, p.47). Ou seja, a prática não era o reflexo da teoria, dado que um documento oficial não poderia ter a força de mudar a mentalidade de uma sociedade que olhava a população indígena como uma cultura inferior à sua. Basta pensarmos na criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), o qual foi instituído pelo Estado, em 1910, com o objetivo de proteger os indígenas, mas concretamente, tudo permaneceu apenas no papel.

2.4 Povos indígenas sob tutela do Estado

A criação do SPI ocorreu em um período bastante conflituoso. De acordo com informações do ISA¹⁸, em 1908, em decorrência do XVI Congresso dos Americanistas, ocorrido em Viena, o Brasil foi acusado publicamente pelo massacre de indígenas, vítimas das disputas no interior do país que promoviam o extermínio das populações indígenas que fossem contrárias ao processo civilizatório. Diante de tal denúncia, o Brasil, para se retratar, funda o Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Além da proteção aos indígenas, o SPI deveria promover a sua integração, nas várias colônias fundadas pelo Estado. Porém, essa integração visava o indígena como mão-de-obra e o contemplava em um estado transitório, como se com o passar do tempo, ele pudesse sair da condição de indígena e assumir papéis como trabalhador rural ou um proletariado.

Ainda segundo informações do ISA, essa política de administração dos indígenas foi consagrada pelo Código Civil de 1916 e ainda pela lei nº 5.484 (1928), que estabelecia para as populações indígenas a sua incapacidade jurídica e, dessa forma, institucionalizava o poder de tutela ao SPI. Na atuação, o SPI não foi tão comprometido com o destino dos povos indígenas. Em sua administração passaram pessoas que não possuíam nenhum preparo ou interesse para o trabalho com os indígenas. Por volta da década de 1960, vêm à tona as acusações de genocídio, corrupção e ineficiência do órgão e, dessa forma, é instituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), da qual resultou a demissão de muitos funcionários. Assim, em meio à crise institucional e o início da ditadura, o SPI foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

A atuação da FUNAI também foi bastante marcada pela atuação integracionista. Conforme o ISA, a sua política era a mesma do SPI: procuravam agregar os indígenas em lugares estratégicos, tais como os batalhões de fronteira, colônias agrícolas, postos indígenas e missões religiosas. Ao mesmo tempo em que agregavam os indígenas, isolavam-nos, procurando afastá-los das áreas de interesse estratégico. A FUNAI esteve vinculada, até 1991, ao Ministério do Interior, o qual, em suas ações, era pouco comprometido com os interesses das populações indígenas. Durante o governo Collor, foi realizada uma grande reforma dentro da FUNAI. Muitas das suas responsabilidades foram atribuídas aos Ministérios da Saúde, Educação, do Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente. Dessa forma, a instituição passou a focalizar a sua atuação nas políticas de regularização fundiária.

¹⁸ Dados colhidos em: <<http://pib.socioambiental.org>>.

Responsável pela demarcação das Terras no país, atualmente, um dos maiores desafios que a FUNAI enfrenta é atender as inúmeras reivindicações dos povos indígenas em terem suas terras demarcadas. A Terra Indígena Raposa/Serra do Sol foi uma das reivindicações atendidas. É sobre essa questão indígena que passaremos a tratar mais adiante.

2.5 Povos indígenas em Roraima

Vieira (2007), em *Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980*, apresenta um relevante estudo, fruto de sua tese de doutorado, na Universidade Federal de Pernambuco, em 2003. O autor faz uma análise historiográfica, partindo da necessidade de uma revisão das produções bibliográficas existentes em Roraima, que tratam da história de colonização no extremo norte do país. Seu estudo favorece elementos para elucidação e desmistificação de alguns argumentos muito usados pelas elites locais e consagrados pela historiografia local.

Professor de História, na Universidade Federal de Roraima, Vieira afirma que seu estudo nasceu do fato de ter-se deparado com uma situação inesperada: o conflito existente entre não-indígenas e indígenas, muito marcado na sociedade roraimense (Vieira, 2007). Dessa forma, ele tenta demonstrar o equívoco que permeia o discurso das elites locais e, conseqüentemente, da sociedade local, ao dizer que, até por volta dos anos 60 do século XX, o clima entre os indígenas e não-indígenas era pacífico e harmonioso e que os conflitos com os indígenas só começaram com a chegada dos missionários da Consolata e de Dom Aldo Mongiano, ligados à Igreja Católica.

Para a nossa pesquisa, o seu estudo é muito importante, pois ele trata diretamente do tema “terras indígenas” e pode nos auxiliar em uma compreensão maior do episódio do dia 05 de maio de 2008, comentado pela mídia local e que é objeto central em nosso *corpus*. Assim, podemos entrever o que está por trás da ação dos indígenas, ao ocuparem uma fazenda, como forma de protesto, e, conseqüentemente, qual o pensamento ideológico que orienta as ações dos grupos de interesse, os quais se manifestam contra a demarcação das terras indígenas em Roraima e utilizam a Igreja Católica de Roraima como *bode expiatório*, quanto à mobilização dos povos indígenas daquela região.

Sobre esse conflito, Vieira comenta:

A história do atual estado de Roraima, nas últimas décadas, tem sido a história do conflito entre os que defendem e os que são contra a criação de áreas indígenas. Para os diversos grupos de interesse e para o Estado, a demarcação das terras indígenas e a criação de reservas florestais inviabilizam o desenvolvimento econômico da região que, desde o fim do período colonial, esteve baseado em atividades primárias como a pecuária e posteriormente na extração de minérios. (Vieira, 2007, p.5)

O autor diz ainda que essa situação de conflito é algo que vem acontecendo desde o período colonial, sobretudo, do período da Reforma Pombalina de 1757, discordando, assim, da historiografia local, a qual afirma que o conflito sobre a questão das terras indígenas é algo recente, e que foi provocado pela atuação de alguns padres marxistas (Vieira, 2007).

2.5.1 A colonização do vale do Rio Branco

De acordo com Vieira (2007), com a presença de estrangeiros, Portugal passou a buscar estratégias para ter a posse por completo da região amazônica. O então vale do Rio Branco, hoje, conhecido como Estado de Roraima, demonstrava ser uma fronteira bastante frágil, “pois já se sabia como sair para o Caribe, ou chegar até ele, através dos rios Negros e Caciquiari” (Vieira, 2007, p.19).

O avanço de grupos espanhóis e holandeses sobre o Rio Branco, todos eles com o intuito tanto de capturar indígenas e de estabelecer o comércio com outras nações indígenas, fez com que a Coroa pensasse em estratégias políticas que definissem a posse da região. Uma das estratégias foi a fixação de cinco aldeamentos dentro do vale do Rio Branco, para os quais eram deslocadas várias etnias indígenas, em um novo tipo de descimento, com o objetivo claro de demarcar suas fronteiras. O autor comenta que tal procedimento foi a solução encontrada para garantir a ocupação dessa região e, dessa forma, os indígenas foram considerados atores importantes na sustentação da posse de terra para a Coroa portuguesa (Vieira, 2007).

Vale ressaltar que esses aldeamentos tinham um caráter secular, pois naquele período os jesuítas já haviam sido expulsos do país e, também, o Regimento das Missões, que vigorou por um bom tempo no período colonial, desde 1686, já não era válido com a Reforma Pombalina. Assim sendo, o Estado metropolitano assumia diretamente a política indigenista, com o forte intuito de integrar as populações indígenas à sociedade envolvente da época (Vieira, 2007).

Farage e Santilli (2009) dizem que o vale do Rio Branco foi uma das últimas áreas a serem ocupadas pela colonização portuguesa na Amazônia. Isso porque a

área não oferecia nenhum produto de fácil exploração e, também, que fosse lucrativo para o comércio colonial. Mas, apesar do pouco interesse, os índios dessa região não foram poupados do apresamento oficial e clandestino. A esse propósito, Vieira diz que, no vale do Rio Branco, “o que mais despertava o interesse comercial, sem sombra de dúvida, eram os próprios corpos indígenas” (Vieira, 2007, p.16).

O primeiro núcleo habitacional foi constituído próximo ao Forte São Joaquim, o qual havia sido construído no período de 1775 e 1778, e nos arredores foram feitos os outros aldeamentos, estes próximos aos rios Branco, Tacutu e Uraricuera. Também nesses aldeamentos, não era permitido aos povos indígenas fazer uso de suas próprias línguas nativas. A obrigatoriedade era o uso da língua portuguesa, uma medida para que eles se identificassem mais com o Estado português (Vieira, 2001).

Mas tal medida de integração não foi uma tarefa fácil para o Estado, pois alguns grupos indígenas resistiram de forma heróica a esse contato, por exemplo, os indígenas da etnia Macuxi, os quais eram caracterizados

como guerreiros excessivamente arduos e bravos. Esses só foram aldeados a partir da segunda fase dos aldeamentos no Rio Branco, em 1789, e em pequeno número. (Vieira, 2007, p.25)

Dentro desse ritmo de política integratória aplicada pelo Estado, mesmo que a Reforma Pombalina pedisse o bom trato para com as populações indígenas, os indígenas no Rio Branco foram vítimas de todo tipo de abuso. A violência contra eles era física e cultural. Assim, no final do século XVIII, esses aldeamentos foram totalmente destruídos, pois as etnias indígenas viveram uma insurreição contra os soldados portugueses (Vieira, 2007).

Segundo Vieira, o fracasso desses aldeamentos ocorreu em toda a Amazônia. Mas tal fracasso não acabaria com a determinação do Estado em ocupar a região. A esse propósito, o autor comenta:

O fracasso dos aldeamentos nessa primeira fase não impediu uma segunda tentativa de submeter os índios a novos aldeamentos, porque teria a Coroa dificuldades financeiras para trazer não-índios, evidenciando, mais uma vez, que o domínio do Rio Branco passava pela aliança com os verdadeiros atores da região: Macuxi, os Wapixana e outros grupos menos numerosos. (Vieira, 2007, p.28)

Seria, então, necessária outra estratégia de ocupação, porém, sem abrir mão das populações indígenas.

2.5.2 Nova estratégia de ocupação

O novo projeto de ocupação da região do Rio Branco foi a fundação das fazendas reais, no final do século XVIII, conhecidas também como fazendas nacionais. As mesmas se localizavam em áreas distintas e estratégicas, entre os rios Branco, Tacutu e Uraricuera. São elas: *Fazenda São Bento* (entre os rios Uraricuera e Branco); *Fazenda São José* (próximo ao Forte São Joaquim); *Fazenda São Marcos* (entre os rios Uraricuera e Tacutu). Desse modo, um projeto de pecuária se instalava como ocupação definitiva do Rio Branco (Vieira, 2001).

As fazendas reais possuíam grandes extensões de terras, fazendo com que o Estado fosse o maior proprietário da região, algo típico nos vários pontos de colonização imperial. A particularidade para Roraima (o então vale do Rio Branco) está no fato de que essas terras eram terras indígenas e foram utilizadas para a pecuária (Farage e Santilli, 2009).

Foi no final do século XIX que surgiu a presença de civis naquela região e, com eles, a problemática do crescimento de fazendas particulares de gado. Segundo Vieira (2007), as fazendas particulares de gado aumentaram não só nas terras das fazendas nacionais, mas fora delas também. O que não era esperado era que algumas dessas fazendas, como as fazendas de São Bento e São José, fossem ocupadas por posseiros e, até mesmo, arrendadas por grandes fazendeiros à custa do Patrimônio da União, sobretudo com a proclamação da República.

A usurpação das terras indígenas e, posteriormente, das terras da União podemos constatar nesta fala de Vieira:

Nesse mesmo período, segundo relatórios oficiais da Província do Amazonas, encontramos o discurso fácil do “vazio demográfico”, evocado tantas e tantas vezes na região. Em 1886, outro relatório já apontava a existência de 80 fazendas particulares, movimento que só tenderia a aumentar no início do Século XX, apoiado por políticos da região que incentivavam o governo federal a arrendar as terras do Rio Branco, sem que a população indígena fosse levada em questão ou sequer fosse mencionada nos projetos. (Vieira, 2007, p.35)

A pecuária, atividade já desenvolvida com a fundação das fazendas nacionais, teve sua continuidade com as fazendas particulares, o que causou certa tensão entre os primeiros fazendeiros, pois, estes, disputavam a mão-de-obra indígena. Enquanto nasciam os grandes latifúndios, as terras indígenas eram ocupadas, por meio da violência, da escravidão e também pela corrupção de alguns órgãos do Estado. Foi

por meio da usurpação das terras indígenas que a base econômica daquela região do país tornou-se sustentável (Vieira, 2007).

A mão-de-obra indígena era utilizada com muita regularidade pelos grandes pecuaristas e, na maioria das vezes, de forma excessiva e negligente. Para Vieira, o trabalho indígena nas fazendas de gado era tal e qual ao trabalho escravo das grandes lavouras, feito pela mão-de-obra escrava negra, ainda que o trabalho indígena fosse aparentemente livre. E mesmo com a abolição da escravatura no país (1888), os índios, no extremo norte do país, continuaram a ser escravizados (Vieira, 2007).

Percebemos que o progresso do vale do Rio Branco, elevado, posteriormente à categoria de Território do Rio Branco, foi à custa dos povos indígenas de Roraima, que, em um primeiro momento, serviram para delimitar as terras pertencentes à Coroa Portuguesa e, posteriormente, foram deixados de lado, vítimas da exploração de mão-de-obra e da usurpação de suas terras originárias.

A região Amazônia, bem como o Território do Rio Branco, atravessou momentos de auge econômico e momentos de crise, com o ciclo da borracha. O progresso econômico para essa região veio lentamente, mas foi bastante violento para com os povos indígenas daquela região, que, do período colonial ao republicano, viram simplesmente suas terras serem roubadas e várias etnias desaparecerem (Vieira, 2007). A coleta da borracha, a criação de bovino e a exploração mineral só fizeram com que eles perdessem aquilo que haviam de mais precioso: a terra e, com ela, a própria dignidade.

2.5.3 O resgate da dignidade

Neste tópico, queremos abordar como se estabeleceu o processo de conscientização dos povos indígenas, na luta pelos seus direitos. O início desse processo coincide com o início da reivindicação dos grupos indígenas de terem suas terras demarcadas.

De acordo com Vieira (2007), nos primeiros anos da República, no que se refere ao Plano Nacional, “não existia qualquer projeto definido para a catequização dos povos indígenas.” (Vieira, 2007, p.86) Somente no governo de Floriano Peixoto, em 1891, os projetos para as missões são retomados na região Amazônica. Essas missões passaram a ser conduzidas diretamente pela Santa Sé, por meio de Congregações e Ordens Religiosas que se empenhavam nessa missão. Para os campos de missões foram constituídas Prelazias, espaços administrativos da Santa Sé.

Os primeiros missionários a chegarem ao então vale do Rio Branco foram os da Ordem Beneditina, em junho de 1909. Dessa forma nascia uma nova prelazia na região amazônica, a Prelazia do Rio Branco (Vieira, 2007). O objetivo era a catequização dos povos indígenas da região, além da administração dos sacramentos para a sociedade local.

A missão beneditina foi constituída por duas fases. Na primeira fase, a qual durou muito pouco, os monges sofreram, logo na chegada, uma forte perseguição política por parte de um político da região, o Coronel Bento Brasil: o mesmo era responsável pela administração de bens da Igreja, antes da chegada dos monges, os quais deveriam assumir por completo essa administração. Então, de certo modo, essa resistência era mais uma luta de poder e *status*. Além dessa dificuldade, os monges tiveram também complicações na saúde, em virtude das doenças tropicais, como malária e febre amarela. Por isso, eles permaneceram pouco tempo em Boa Vista, o pequeno centro urbano da época, e, também, no interior, entre os grupos indígenas (Vieira, 2007).

Após um bom tempo, em 1923, a missão beneditina voltou a ser reaberta. Esse ano marcou o início da segunda fase. As perseguições aos beneditinos já nem eram mais lembradas e até mesmo os inimigos políticos tornaram-se aliados. A nova fase da missão beneditina era caracterizada pelo favorecimento do desenvolvimento econômico da região. Com isso, a Igreja passava a estabelecer laços estreitos com as elites locais (Vieira, 2007).

Com relação à missão desenvolvida junto aos povos indígenas, Vieira diz:

o discurso que prevaleceu na Ordem beneditina, até o final da década de 1940, foi o de convencer as populações indígenas a integrar-se à sociedade envolvente, através, entre outros meios, da evangelização e da educação profissional, para torná-los trabalhadores 'úteis' dentro da estrutura da sociedade do Rio Branco. Significava ensinar-lhes um ofício para servirem de mão-de-obra principalmente aos fazendeiros, usando a ideologia da salvação, cuja principal função era de torná-los dóceis. (Vieira, 2007, p.128-9)

A missão desenvolvida entre os povos indígenas se limitava aos batismos, casamentos, confissões, além da educação profissional que visava a sua integração na sociedade local, qualificando a mão-de-obra. A Igreja Católica, diferentemente do período pombalino, desfrutava de boa convivência com a sociedade local e, de modo particular, os monges beneditinos ajudaram muito no desenvolvimento econômico local. A missão beneditina permaneceu na região do Rio Branco até a década de 40,

cedendo espaço aos Missionários da Consolata, que, em 1948, chegaram ao recém instalado Território Federal do Rio Branco (1943) (Vieira, 2007).

A princípio, os missionários recém chegados também encontraram acolhida e mantiveram um bom relacionamento com as elites locais, dando continuidade ao trabalho desenvolvido pelos monges beneditinos junto às populações indígenas. Encontraram uma sociedade que não tinha perspectiva de crescimento econômico. Na época, surgiam, então, diversos programas de colonização rural, os quais atraíam migrantes provenientes do Nordeste brasileiro. Outro fator que desencadeou a chegada de novos migrantes na região foi o garimpo (Vieira, 2007).

É nesse contexto que a atuação da Igreja Católica muda com relação aos povos indígenas. Por volta de 1968, período após o Concílio Vaticano II, a Igreja Católica, representada pelos missionários da Consolata, fez a sua opção pelos menos favorecidos. E naquele ambiente, na região do Rio Branco, os menos favorecidos eram os povos indígenas. Conseqüentemente, estabeleceu-se um conflito entre a Igreja e as elites locais e a incompreensão, por muitos da sociedade local, da nova atitude evangelizadora da Igreja Católica. Por isso, ainda hoje, ressoa o discurso, promovido pelas elites, de que os padres são os culpados pela rebeldia dos indígenas em Roraima (Vieira, 2007).

A evangelização dos missionários da Consolata consistia também em uma conscientização política às populações indígenas, com os encontros informais com suas lideranças. Desses encontros, nasceram as assembléias indígenas de Roraima. Um percurso de conscientização para que os indígenas se tornassem eles mesmos protagonistas de sua luta e da reivindicação de seus direitos, pois até mesmo os órgãos responsáveis pelas políticas indigenistas eram negligentes e corruptos naquela região (Vieira, 2007).

Nascia assim o movimento indígena em Roraima, o qual iniciaria o seu percurso na luta pela demarcação das terras indígenas em Roraima. Em janeiro de 1977, realizava-se a I Assembléia Indígena, um dos maiores encontros vividos, até então, pelos indígenas. Participaram da Assembléia cerca de 140 indígenas de vários grupos étnicos (Vieira, 2007).

Toda essa mobilização dos indígenas, a princípio, passou despercebida pelas elites locais e pela própria FUNAI. Todos pensavam que os indígenas se reuniam no ambiente da missão dos padres para rezar. O que acontecia, na verdade, eram reuniões, as quais iniciavam com alguma formação cristã e conscientização política, promovida por um missionário e, posteriormente, deixava-se um amplo espaço para que os próprios indígenas discutissem os seus problemas comuns (Vieira, 2007). Por isso, quando se fala da questão indígena Raposa/Serra do Sol não podemos esquecer

esses primeiros passos de mobilização das populações indígenas em Roraima, sobretudo, das comunidades indígenas que estão situadas dentro dessa terra indígena. É aqui que começa a reivindicação de suas terras originárias.

2.5.4 A homologação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol¹⁹

No dia 15 de abril de 2005, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinava o decreto de homologação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol. Uma medida que se tornou possível devido ao Supremo Tribunal Federal (STF) ter extinguido, de forma unânime, todas as liminares e processos que questionavam a demarcação da referida terra indígena.



Mapa 3

Fonte: < www.brasildefato.com.br/.../mapa-raposa.gif>. Acesso em: 01/06/2010.

O ato de assinatura da homologação parecia colocar ao término um dos processos de reconhecimento de território indígena mais conturbado já realizado em nosso país. Pois, como vimos anteriormente, há mais de três décadas os povos indígenas Macuxi, Wapixana, Taurepang, Ingaricó e Patamona reivindicavam o direito

¹⁹ As informações deste tópico foram extraídas do site oficial do Conselho Indígena de Roraima (disponível em: <<http://www.cir.org.br>>) e também de subsídios de entidades não governamentais que acompanham a situação dos povos indígenas.

às suas terras originárias. Um longo processo que transcorreu de forma conflituosa: inúmeros processos e ações populares; ataques e violência contra as comunidades indígenas.

Além de uma intensa batalha judicial, a questão indígena Raposa/Serra do Sol repercutiu internacionalmente, levando o Brasil a ser denunciado por violação dos direitos humanos, na Comissão de Direitos Humanos da OEA, em Washington, por causa dos ataques realizados nas aldeias indígenas, em 2004.

Infelizmente, a assinatura da homologação não concluía um assunto pendente. Com a homologação, os grupos de interesse intensificaram suas “metodologias” de ações contrárias à demarcação e homologação da referida terra indígena, com represálias às populações indígenas e aos que se identificavam com a causa indígena em Roraima, como, por exemplo, o atentado contra um professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR), o professor Fábio Almeida de Carvalho, e sua família. Ele, na época, coordenava o Núcleo Insikiran de Formação Superior Indígena da UFRR. Quatro dias após assinatura da homologação, na madrugada do dia 19 de abril, uma bomba de fabricação caseira foi lançada contra a sua casa. Após registro de Boletim de Ocorrência na polícia, ainda na manhã do dia 19, a sua família recebeu duas ligações telefônicas de anônimos que ameaçavam a vida das filhas do professor e mandando que ele saísse do Estado nos próximos dias. O ato violento foi repudiado por lideranças indígenas ligadas ao Conselho Indígena de Roraima, por entidades não governamentais que se identificavam com a causa indígena, incluindo a UFRR, entidade em que trabalhava o professor²⁰.

Além desse fato, outro fato curioso aconteceu. No dia 18 de abril, o então governador do Estado de Roraima, Ottomar Pinto, além de protocolar na Justiça Federal uma ação popular contra o decreto presidencial que homologava a demarcação da reserva indígena em questão, decretava luto oficial, por 7 dias, no Estado de Roraima. Ele justificava o seu decreto de luto oficial com a afirmação de que todo o Estado de Roraima era acometido de um sentimento de pesar, como se um pedaço de todo o povo roraimense fosse arrancado e que tal sentimento era visível nas muitas bandeiras de luto que circulavam pelas ruas da cidade de Boa Vista, penduradas nos carros, e também pelas muitas velas acesas deixadas na Praça do Centro Cívico. Tal episódio foi noticiado pela Agência Brasil, no mesmo dia. Tudo isso fazia entrever que outra e talvez longa batalha estaria começando. As lideranças

²⁰ Fato comentado pelo Conselho Indígena de Roraima, sob título “Tensão em Roraima leva ao cancelamento de atividades da Semana dos Povos Indígenas”, em 19/04/2005, disponível em: <<http://www.cir.org.br>>.

indígenas a favor da demarcação da referida terra indígena em área contínua deveriam viver mais uma batalha para garantir os seus direitos fundamentais.

As elites locais e grupos de interesse conseguiram cooptar outras lideranças indígenas com o intuito de dividir o movimento indígena, os quais passaram a usar como argumento que não queriam se isolar da sociedade, como o queriam aqueles indígenas que defendem a demarcação da terra indígena Raposa/Serra do Sol em área contínua.



Mapa 4

Fonte: <<http://edsonrodrigues.wordpress.com>>. Acesso em: 01/06/2010.

Após vários atentados, tanto contra os indígenas quanto contra aqueles que defendem essa causa indígena em Roraima, o Conselho Indígena de Roraima (CIR), organização representativa da maioria das populações indígenas do Estado, começou a fazer uma campanha de sensibilização e denúncia dos abusos sofridos. Dessa forma, surgiu a campanha “*Terra livre Raposa Serra do Sol: resistir até o último índio*”.

No informativo da campanha²¹ o CIR apresenta a trajetória de luta quanto à homologação dessa terra indígena e apresenta esclarecimentos quanto às questões

²¹ O informativo da campanha encontra-se em Anexo 3 (p.124).

levantadas pelas elites locais. Uma das principais questões é discurso de que as terras indígenas nas regiões fronteiriças colocam em risco a soberania e a integridade do Brasil. Sobre isso, no informativo da campanha, o CIR esclarece:

Conforme estabelece a Constituição Federal as terras indígenas são patrimônio da União e destinam-se à posse permanente dos povos indígenas, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. No mesmo Estado e também na fronteira fica a área yanomani, homologada em 1992, seis vezes maior, que nem por isso tornou-se uma nação independente. Ao contrário, as terras indígenas dão mais segurança ao país, pois são duplamente protegidas, por serem propriedade da União e, quando em faixa de fronteira, terem proteção constitucional especial das Forças Armadas. (CIR, [s.d.])

Quanto ao comentário de que a terra indígena em área contínua tratava por ser “muita terra para pouco índio”, a entidade explica:

A terra indígena Raposa Serra do Sol (RSS) tem uma extensão de 1,7 milhões de hectares. Não resta dúvida de que é uma grande área, pois equivale à cerca de 80% do Estado de Sergipe. No entanto, isso representa menos de 8% do território de Roraima. Apenas somando outras 31 terras indígenas no Estado, obtêm-se os 46% de sua superfície reservada. Nos outros 54% cabem Rio de Janeiro, Espírito Santo e Alagoas, onde vivem 22 milhões de pessoas. A população de Roraima não chega a 400 mil, segundo o IBGE. (CIR, [s.d.])

Enquanto os povos indígenas se mobilizavam para sensibilizar quanto ao seu direito, os grupos de interesse e as elites locais se articulavam, muitas vezes, utilizando de sua influência política e da violência, por meio de ameaças e represálias.

Na edição de nº 296 do *Porantim*²², encontramos a seguinte matéria jornalística: *Raposa segue invadida por fazendeiros que agridem os indígenas*. Um dado que evidencia a forte tensão após a assinatura da homologação, em 2005. A matéria reporta informações quanto ao processo de desintrusão, ou seja, a retirada dos ocupantes não-indígenas do interior da área demarcada: 179 ocupantes, após receberem as indenizações devidas, se retiraram do local. Ao passo que 63 ocupantes permaneceram na região, entre estes, 7 seriam arroteiros e os demais seriam pecuaristas e garimpeiros. Outro dado importante é a violência praticada aos indígenas favoráveis à demarcação em área contínua. Ondas de violência dentro da

²² Publicação do CIMI (Conselho Indigenista Missionário).

reserva em litígio. A seguir trecho da matéria jornalística que narra um episódio de violência:

No dia 17 de junho, um carro dirigido pelo Tuxaua Anselmo Dionísio Filho foi perseguido por uma caminhonete que levava o rizicultor Paulo César Quartiero (ex-prefeito de Pacaraima), Márcio Junqueira (Deputado Federal de Roraima) e uma equipe de televisão.

Mais tarde, Quartiero e o ex-vice-prefeito Anísio Pedrosa foram até a comunidade Parawani. Entraram na área em uma caminhonete branca, observaram a situação e voltaram para a estrada, onde estavam dois caminhões. Em seguida, a caminhonete, seguida pelos caminhões, invadiu a comunidade. Homens armados e encapuzados saíram dos veículos e começaram a cercar e ameaçar os indígenas. Fizeram alguns disparos. As pessoas correram assustadas e, até o dia 20 de junho, um jovem de 19 anos, que fugiu na confusão, ainda estava desaparecido.

Os índios foram levados no caminhão e, sob insultos, foram largados na estrada alguns quilômetros depois da aldeia. Os agressores quebraram o barracão da comunidade, derramaram óleo diesel nos alimentos e levaram as ferramentas dos indígenas.

O CIR denunciou o fato ao Ministério Público Federal em Roraima, à Polícia Federal e à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. (CIMI, In: *Porantim*, nº 296, p.3, 2007)

Posteriormente, encontramos outros dados que evidenciam a resistência de alguns produtores de arroz em sair da região demarcada. Na edição de nº 299, do *Porantim*, temos a seguinte matéria jornalística: *Povos de Raposa Serra do Sol continuam aguardando a retirada de invasores*, assinado por Clarisse Tavares. Além da notícia de resistência dos poucos rizicultores, tem-se, também, a informação de que militares estariam resistindo em apoiar a retirada dos ocupantes não-indígenas, ao passo que a ONU, por meio de seu *Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial* (CERD) recomendava ao país medidas que respondessem à problemática da terra e da violência na terra indígena Raposa/Serra do Sol (Tavares, 2007, p.6).

Em 2008, após várias tentativas de desintrusão por parte da Polícia Federal, o clima em Roraima era bastante acirrado. A intransigência dos produtores de arroz em querer permanecer na região assumia características de táticas guerrilheiras. Podemos constatar por meio da edição nº 304, do *Porantim*. Com o início da operação de retirada dos ocupantes, aumentam as agressões às comunidades indígenas da região e à Polícia Federal: Pontes que dão acesso à região da Raposa/Serra do Sol foram incendiadas; estradas foram bloqueadas com tratores, carros e pneus (Tavares e Rosha, 2008, p.8-9).

Nas edições de nº 305 e nº 306, o *Porantim* traz matérias jornalísticas que fazem uma leitura crítica do impasse existente na Terra Indígena Raposa/Serra do Sol e da atuação dos meios de comunicação. Na edição de nº 305, Francisco Loebens escreve “*A elite brasileira sem argumentos*”, na qual ele faz uma leitura crítica sobre os argumentos contrários à demarcação da referida terra indígena. Quanto aos meios de comunicação, leiamos os primeiros parágrafos da matéria:

A utilização de bombas de fabricação caseira, a queima de pontes, os atentados e as ameaças a lideranças e comunidades indígenas pelos fazendeiros para se manterem ilegalmente em Raposa Serra do Sol, numa clara afronta ao Estado Democrático de Direito, curiosamente não mereceram a condenação de muitos comentaristas e articulistas da grande imprensa. Pelo contrário, passaram a justificar esses atos de insubordinação, repetindo à exaustão os argumentos, completamente vazios e eivados de preconceito, de uma pequena elite de privilégios contra a demarcação dessa terra indígena.

De forma tendenciosa e através da insistência tentaram conseguir a adesão da opinião pública para a causa mesquinha daqueles que às custas da exploração, da intimidação e da violência querem continuar exercendo a dominação econômica e política em Roraima. (Loebens, 2008, p. 3)

Encontramos o comentário sobre o descaso da mídia também na edição de nº 306, na qual Roberto Antonio Liebgott escreve “*O governo Lula e as notícias da mídia sobre os povos indígenas*”. O autor comenta que a mídia tende a apoiar o modelo desenvolvimentista do Governo Federal, colocando as populações indígenas em situação de empecilho para o progresso:

Os acontecimentos recentes envolvendo povos indígenas têm, portanto, uma relação direta com o modelo desenvolvimentista colocado em curso pelo governo Lula, que conta com a adesão quase absoluta da grande imprensa. O modo como são noticiados os fatos mostra que a imprensa tem servido como porta-voz de interesses econômicos e políticos, em especial aos que se articulam em torno das grandes obras. O objetivo parece ser o de colocar em descrédito todos aqueles que se manifestam contrários aos empreendimentos do governo federal e para tanto divulgam informações de maneira unilateral, criminalizando os movimentos de luta e resistência indígena. (Liebgott, 2008, p. 3)

Liebgott compara a atuação da mídia para fatos diferentes dentro da temática indígena. Para o fato ocorrido em Altamira (Pará), no dia 20 de maio, em que os Kayapó, durante uma conflituosa reunião, reagiram contra um engenheiro da

Eletronorte com um golpe de facão no braço, ele diz que a mídia saturou o fato avaliando a reação dos indígenas como selvageria e barbárie. Enquanto era explorado exaustivamente esse fato, pouco era revelado das ocorrências de violência contra as comunidades indígenas, as quais aconteciam no mesmo período, como foi o fato do dia 05 de maio de 2008, na terra indígena Raposa/Serra do Sol, e, também, do fato ocorrido com o povo Guajajara. Sobre esses fatos, o autor comenta:

No dia cinco de maio, na terra indígena Raposa Serra do Sol, 10 índios foram feridos por ocasião de um ataque com bombas e tiros de espingarda, numa ação violenta promovida por pistoleiros encapuzados a mando do prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero. Apesar da forma covarde e violenta do ataque, a maioria dos meios de comunicação tratou o episódio como se tivesse havido um confronto entre indígenas e seguranças do prefeito invasor da terra indígena.

Ainda em maio, no Maranhão, dois homens encapuzados invadiram a aldeia Anajá, mataram uma menina de seis anos do povo Guajajara e deixaram seu irmão ferido. Duas semanas depois, motoqueiros, igualmente encapuzados, abordaram um casal Guajajara que caminhava à beira da MA-006 e dispararam tiros, ferindo-os gravemente. Nos dois casos, suspeita-se que os agressores estavam a serviço de madeireiros invasores da terra indígena. Nada foi feito pelas autoridades federais para apurar os fatos e as notícias não entraram no rol das divulgações televisivas e nem foram veiculadas em jornais de grande circulação. Por que será? (Liebgott, 2008, p. 3)

Como dissemos no início do capítulo, as populações indígenas da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, após um longo processo judicial, tiveram suas terras originárias reconhecidas e devolvidas. Em março de 2009, o Supremo Tribunal Federal votou a favor da homologação em área contínua. Uma vitória que foi fruto da mobilização, resistência e reivindicação de seus direitos contemplados pela Constituição Federal de 1988. Hoje, para os povos indígenas da região da Raposa/Serra do Sol, os desafios são outros; mas, mesmo com novos desafios, eles têm que lidar com uma sociedade que se caracterizou, por meio de estratégias políticas das elites locais e grupos de interesse, com um rosto anti-indígena. O jornal impresso acaba por ser uma dessas estratégias de manipulação e de formação da opinião de uma sociedade. Por isso, vale à pena conhecer e compreender seus mecanismos para que possamos ter uma leitura crítica da realidade.

Em vista disso, o próximo capítulo nos auxiliará quanto à compreensão do papel do jornal na sociedade, dos recursos por ele explorado e de seus mecanismos utilizados para a construção da notícia.

CAPÍTULO III

ESTEREÓTIPO E RACISMO NO DISCURSO DAS MÍDIAS

3.1 Considerações gerais

Silvia Ramos, em *Mídia e racismo* (2002), já dizia que “a mídia desempenha um papel central e único na produção e manutenção do racismo.” (2002, p.9). Para tal produção e manutenção do racismo, os estereótipos seriam os recursos mais utilizados por aqueles que elaboram as notícias.

Sobre o racismo, encontramos ainda a reflexão de Castoriadis (1987-92), o qual nos faz compreender o nosso modo de agir coletivo, como sociedade, em relação aos *outros* humanos e *outras* sociedades. Segundo o autor, tudo parte de como as sociedades se vêem entre si. O perceber os *outros* teria três possibilidades: olhar os *outros* humanos e *outras* sociedades como superiores, ou como inferiores ou como equivalentes. Porém, torna-se quase impossível, ou até mesmo um “suicídio”, que uma determinada sociedade olhe para outra sociedade como superior a sua. Dessa forma, entre as instituições sociais se estabelecem as outras duas possibilidades: os *outros* humanos e as *outras* sociedades são inferiores ou equivalentes à sociedade “x”.

Castoriadis (1987-92) comenta que, na maioria das vezes, a possibilidade mais seguida é aquela de considerar os *outros* humanos e as *outras* sociedades como inferiores. Mas essa inferioridade ainda é algo natural entre as instituições humanas, pois, quando uma sociedade afirma a inferioridade de outra (ou outras), está simplesmente afirmando a *verdade própria* da sua sociedade. Em outras palavras, a inferioridade de uma sociedade não especifica o racismo de uma sociedade que se coloca na condição de superioridade. O racismo torna-se presente quando uma sociedade, em sua condição de superioridade, ultrapassa a fronteira de olhar para outra como inferior à sua e ultrapassa os limites com a discriminação, com o desprezo, com o confinamento, podendo chegar ao ódio e à raiva (Castoriadis, 1987-92).

Vale a pena refletir sobre o nosso modo de olhar a realidade, o mundo em que vivemos, as outras pessoas, as outras sociedades, para que possamos estar vigilantes em não ultrapassar aquela fronteira da “inferioridade” dos *outros* humanos e das *outras* sociedades, dado que, poucas vezes, tendemos a considerar os outros

humanos e as outras sociedades como equivalentes, segundo Castoriadis (1987-92). Nessa vigilância, vale a pena também discutir o papel das Mídias, de seu discurso, muitas vezes interligado com o discurso das elites, quando o assunto são os *outros* humanos e as *outras* sociedades.

Van Dijk (2008b) recentemente publicou no Brasil um livro que reuniu pesquisas de estudiosos dos mais diversos países da América Latina. A obra intitula-se “*Racismo e discurso na América Latina*”²³. Por reunir estudiosos de diversos países que compõem a América Latina em torno do tema do racismo, podemos perceber que a comunidade acadêmica ainda tem muito caminho a percorrer e, infelizmente, muito “material” para estudar e aprofundar. Segundo Van Dijk (2008b): “O interesse acadêmico pelo estudo do racismo e a luta contra essa prática na América Latina (como também é o caso na Europa e na América do Norte) emergiu pouco a pouco e relativamente tarde.” (Van Dijk, 2008b, p.13)

Em uma leitura geral sobre esse estudo em vários campos, Van Dijk comenta:

Do México ao Chile e do Pacífico ao Atlântico, por conseguinte, as comunidades indígenas continuaram a ser exploradas e oprimidas com formas mais ou menos explícitas de legitimação baseadas em atitudes penetrantes sobre sua alegada inferioridade ou primitivismo, por um lado, ou sua rebeldia e falta de integração, por outro lado. Com variações e flutuações em vários países, e com o aumento das formas de resistência, esse sistema de desigualdade racista e socioeconômico subsiste até hoje, mesmo em países onde a população indígena constitui a maioria da população. (Van Dijk, 2008b, p.12)

Diante dessa leitura, compreendemos como o racismo ainda é um tema tão atual e tão presente no espaço público e social. É preciso conhecer os novos modos de sua manifestação, o *novo racismo*, o qual não é instituído, como no velho racismo, pela escravidão, *apartheid*, segregação ou confinamento (Van Dijk, 2005). Em seu artigo “*Nuevo racismo y noticias: um enfoque discursivo*”, Van Dijk (2005) diz que esse *novo racismo* apresenta-se muito democrático e respeitador e nega-se como racismo. A sua natureza é sutil e simbólica, por isso, as muitas formas do *novo racismo* são discursivas, como por exemplo as notícias jornalísticas. É por meio das formas discursivas, oral e escrita, que tal racismo se expressará, se propagará. Comparado com o velho racismo, essas formas discursivas do *novo racismo* são igualmente eficazes e causam maiores danos, pois marginalizam e excluem as minorias e a

²³ O referente livro é a edição em português do original *Racismo y discurso en América Latina*, publicado em 2007.

sociedade dominante tende a falar negativamente das minorias, em suas várias formas discursivas, como algo normal, natural, apresentando visões de *senso comum*.

Diante desse universo discursivo, nas abordagens das minorias, o discurso das mídias é um forte propagador, e de modo sutil, do racismo contemporâneo. Por isso, é preciso aprofundar seus mecanismos de transmissão da notícia e seu poder simbólico na formação da opinião pública.

Para tanto, aprofundaremos, neste capítulo, três teóricos. São eles: Teun A. Van Dijk, Walter Lippmann e Patrick Charaudeau. De cada um, servir-nos-emos de alguns pontos específicos para a pesquisa. Um ponto comum entre os três é o de reconhecer que o discurso da Mídia é um discurso que age sobre aqueles que o recebem.

Para Van Dijk (2008), o discurso da Mídia, vista como *elite simbólica*, evidencia a relação entre poder e discurso, mostrando-nos como esse discurso é excludente para com as minorias, suscitando na sociedade a produção e/ou manutenção do racismo.

Para Lippmann (2008), o discurso da Mídia é formador de opinião pública, uma “manobra” muito utilizada por aqueles que detêm o poder, e uma das fortes estratégias seria o uso de estereótipos.

Para Charaudeau (2007), o discurso da Mídia é o discurso de um mundo “filtrado” pelas instâncias midiáticas, o qual resultará em um *mundo comentado* para as instâncias receptoras, as quais, por sua vez, deverão operar o *mundo interpretado*.

Os três se complementam reciprocamente: ora com a reflexão do discurso midiático na esfera do poder e na exclusão das minorias, ora com a reflexão de nossa visão de mundo sobre quem é o outro, ora na descrição do desempenho da máquina midiática.

3.2 Van Dijk: Discurso e poder

Em *Discurso e poder* (2008), Van Dijk apresenta um denso estudo sobre o discurso e o poder das elites, o qual revela como a população, os grupos e as classes sociais podem ser manipulados, influenciados em aderirem o pensamento ideológico daqueles que detêm o poder. A adesão causaria uma homogeneidade de pensamento, ou seja, um estabelecimento do *senso comum*, e, conseqüentemente, seria a porta de entrada para a ativação de estereótipos e, também, para a reprodução do racismo.

Segundo o autor, é importante fazer um estudo no campo da língua para estudar criticamente como o poder se manifesta nas várias situações lingüísticas, pois, geralmente, o estudo do poder se desenvolve nos campos da Sociologia e das Ciências Políticas.

Mas qual a relação entre discurso e poder?

Antes, vale dizer que a palavra “poder”, nos estudos de Van Dijk, remete ao poder social, definido por ele como

controle exercido por um grupo ou organização (ou seus integrantes) sobre as ações e/ou as mentes de (membros de) outro grupo, limitando dessa forma a liberdade de ação dos outros ou influenciando seus conhecimentos ou ideologias. (Van Dijk, 2008, p.88)

A relação do poder social com o discurso se estabelece no fato de que o poder “é exercido e expresso diretamente por meio do acesso diferenciado aos vários gêneros, conteúdos e estilo do discurso.” (Van Dijk, 2008, p.44)

O controle do discurso, e a sua produção pelos que detêm o poder, é uma condição importante para o exercício do controle social, ou seja, nem todos podem ou têm o direito de falar ou escrever no espaço público do poder²⁴: “Quanto menos poderosa for uma pessoa, menor o seu acesso às várias formas de escrita e fala.” (Van Dijk, 2008, p.44)

Ainda nas palavras do autor:

No dia-a-dia, a maior parte das pessoas, na qualidade de falantes, possui um acesso ativo apenas nas conversas com membros da família, amigos ou colegas de trabalho. De vez em quando, em diálogos mais formais, essas pessoas podem falar como representantes institucionais ou com superiores no trabalho, mas nesse caso assumem um papel passivo e reativo. (Van Dijk, 2008, p.44)

²⁴ Exemplo disso foi a publicação de Aldo Rebelo, em fevereiro de 2010, de “*Raposa-Serra do Sol – o índio e a questão nacional*”. Nesse livro, o autor apresenta seu argumento contra a demarcação da terra indígena Raposa/Serra do Sol em área contínua. O autor trata da questão indígena, ou seja, de um assunto que atinge a vida de várias comunidades indígenas, sob o argumento principal de que o indígena tem que deixar de ser tutelado por instituições governamentais e sociais e assumir o seu protagonismo na história do Brasil, pois ele é parte integrante da sociedade brasileira. Porém, publicar um livro que quer mostrar a incoerência da demarcação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol é fazer com que as comunidades indígenas permaneçam nas margens da sociedade, mendigando seus direitos, na condição de tutelados. Além disso, é desconsiderar também o movimento de resistência indígena, presente em todo o Brasil com suas organizações indígenas. A publicação do livro reforça a idéia de que, no âmbito social e político, os indígenas não são sujeitos na discussão, mas são objetos de discussão. Reforça o pensamento de Van Dijk (2008) quanto ao uso do discurso para as elites. Elas têm sempre maior acesso para expressar a opinião à sociedade e, dessa forma, têm a capacidade de articular o senso comum, pois a minoria tem menor espaço para manifestar a sua argumentação para assuntos que lhes dizem respeito.

Assim, no discurso manifesta-se a linguagem das elites institucionais e das elites simbólicas (setores educativo, jornalístico, artístico etc.), o uso e abuso de seu poder, do controle social das mentes. É por meio do discurso que as elites, com o seu poder, podem transmitir aos que não detêm o poder a sua ideologia ou práticas ideológicas derivadas dela.

Quanto à ideologia, para o autor esta é uma forma de cognição social, pois

uma ideologia é uma estrutura cognitiva complexa que controla a formação, transformação e aplicação de outros tipos de cognição social, tais como o conhecimento, as opiniões e as posturas, e de representações sociais, como os preconceitos sociais. Essa estrutura ideológica em si consiste em normas, valores, metas, princípios socialmente relevantes que são selecionados, combinados e aplicados de forma tal a favorecer a percepção, interpretação e ação nas práticas sociais que beneficiam os interesses do grupo tomado como um todo. Dessa forma, uma ideologia proporciona coerência às atitudes sociais, que, por sua vez, co-determinam as práticas sociais. (Van Dijk, 2008, p.48)

Podemos perceber, então, que o discurso, de um modo metafórico, é a “estrada” para se fazer assimilar, apreender uma ideologia, além de ter também, como diz Van Dijk, um papel importante na (trans)formação da ideologia.

As dimensões de poder podem ser caracterizadas da seguinte forma: pelas grandes instituições de poder, com suas diversidades de eventos comunicativos, tópicos, estilos, retóricas; pela hierarquia de *status* dentro dessas instituições de poder; pela hierarquia nas relações de poder entre grupos, ou seja, na relação de poder entre binômio *Nós* e *Eles*; pelo próprio exercício do poder, no que se refere ao seu domínio, abrangência e tipo de influência, por meio dos atos discursivos que podem ter grande impacto na sociedade local e global; pela distinção da legitimidade do poder, ou formas de controle social, em alguns casos um controle social imposto ou mantido à força, em outros casos, um controle parcial.

Percebemos como o discurso é inerente em todas essas dimensões do poder. Segundo o autor,

os poderosos têm acesso a várias estratégias capazes de permitir-lhes controlar a produção material simbólica da escrita e da fala e, assim, parte dos processos cognitivos que subjazem à administração cognitiva e à fabricação de consenso entre os menos poderosos. (Van Dijk, 2008, p.57)

Assim, as várias estruturas da escrita e da fala podem manifestar, sinalizar, reproduzir, ou legitimar efetivamente o poder. A esse propósito, Van Dijk apresenta alguns tipos de discurso que podem incorporar relações específicas de poder, sobretudo a de poder social, nos quais podemos examinar as suas estratégias discursivas: conversa entre pais e filhos, conversa entre homens e mulheres, diálogo institucional, entrevistas de emprego, discurso médico-paciente, discurso nos tribunais, discurso organizacional, discurso político, textos institucionais, discurso da mídia, livros didáticos.

Para a nossa pesquisa nos deteremos no tópico “discurso da mídia”, no qual o autor faz uma leitura aprofundada de como a própria mídia, constituindo-se uma elite simbólica, é capaz de legitimar o poder, ao mesmo tempo, que pode ser o reflexo do uso abusivo do poder das elites.

Conforme Van Dijk, os textos impressos dos meios de comunicação, comparados com os textos jornalísticos da televisão e rádio, são os mais lembrados no cotidiano das pessoas, porém, todos eles exercem grande influência na sociedade. Sobre essa influência, o autor comenta:

A aquisição de conhecimento e a formação de opiniões sobre a maior parte dos eventos do mundo parecem basear-se largamente no discurso jornalístico presente na imprensa e na televisão, compartilhado diariamente por milhões de pessoas. Provavelmente, nenhum outro tipo de discurso é tão penetrante e tão compartilhado e lido por tantas pessoas de maneira mais ou menos simultânea. Seu poder potencial, então, é enorme e uma observação minuciosa dos esquemas, assuntos e estilo das matérias jornalísticas é, portanto, crucial para compreendermos o exercício do poder político, econômico, social e cultural, além da comunicação e da aquisição de ideologias que lhe dão apoio. (Van Dijk, 2008, p.77)

Esse potencial dos meios de comunicação varia de acordo com as diferenças socioeconômicas e socioculturais, pois haverá outras formas de as pessoas interpretarem, representarem e avaliarem as matérias jornalísticas, o que resultará em opiniões, atitudes e ideologias diferentes.

Percebe-se o grande poder persuasivo da mídia, pois como diz Van Dijk, hoje, o poder nas sociedades democráticas “é mais persuasivo e manipulador que coercitivo” (Van Dijk, 2008, p.89). Dessa forma, o discurso tem importante papel no controle social, na construção do “senso comum” das pessoas:

A menos que os leitores e ouvintes tenham acesso a informações alternativas ou a recursos mentais para se opor a tais mensagens persuasivas, o

resultado dessa manipulação pode ser a formação de *modelos preferidos* para certas situações (por exemplo, revoltas étnicas), os quais, por sua vez, podem ser generalizados em conhecimentos, atitudes ou ideologias preferidas mais gerais (por exemplo, sobre negros ou sobre jovens). (Van Dijk, 2008, p.89)

Essa falta de acesso, em alguns casos, é o que suscita ainda mais o abuso de poder por parte das elites. A mídia também estaria dentro desse “jogo” de poder, pois ela pode abrir espaço ou não para as minorias, e pode contribuir para ativação de representações sociais, os estereótipos.

3.2.1 Discurso e racismo

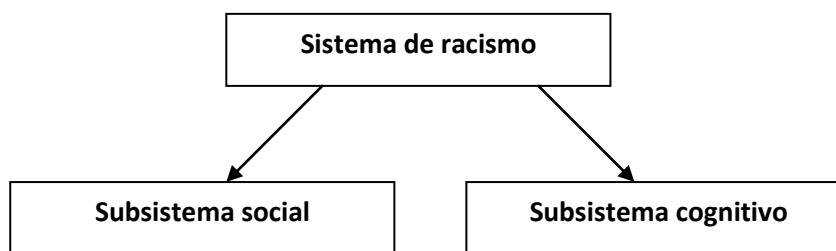
Van Dijk afirma que, geralmente, a noção de racismo não é associada à noção de discurso. Mas ele reforça que, atualmente, tanto a fala quanto a escrita exercem grande papel na reprodução do racismo, e o pior racismo de nossos tempos é aquele das elites, sendo elas, políticas, burocráticas, jornalísticas, educacionais e acadêmicas. São elas que

controlam as mais cruciais dimensões e decisões da vida cotidiana de imigrantes e minorias: entrada, residência, trabalho, moradia, bem-estar, conhecimento, informação e cultura. (Van Dijk, 2008, p.133)

Todo esse controle é executado falando e escrevendo nas mais variadas situações de comunicação, tais como: reuniões de gabinete; debates parlamentares; entrevistas de empregos; notícias jornalísticas, publicidades; aulas; livros didáticos, artigos acadêmicos, filmes.

Em outras palavras, o discurso pode contribuir para o racismo, consciente ou inconscientemente, pois para as sociedades contemporâneas, “o discurso reside no coração do racismo” (Van Dijk, 2008, p.134).

Para o autor, o racismo seria “um complexo sistema social de dominação, fundamentado étnica ou ‘racialmente’, e sua conseqüente desigualdade” (Van Dijk, 2008, p.134). E que esse sistema é composto por dois subsistemas, sendo eles, o subsistema social e o subsistema cognitivo, conforme esquema abaixo:



O subsistema social “é constituído por práticas sociais de discriminação no (micro) nível social, e por relações de abuso de poder por grupos, organizações e instituições dominantes em um (macro) nível de análise” (Van Dijk, p.134). Nesse subsistema, a prática discriminatória encontra no discurso um tipo influente da mesma.

O subsistema cognitivo seria “uma base mental que consiste em modelos tendenciosos de interações e eventos étnicos, que por sua vez encontram-se enraizados em preconceitos e ideologias racistas” (Van Dijk, 2008, p.134-5). Segundo Van Dijk, as práticas discriminatórias nem sempre são intencionais, mas “elas pressupõem representações mentais socialmente compartilhadas e negativamente orientadas acerca de Nós sobre Eles.” (Van Dijk, 2008, p.135)

Na dimensão cognitiva do racismo, o discurso desempenha um papel importante, pois o pensamento ideológico, bem como os preconceitos para com aqueles que são diferentes por cultura, etnia, religião, não são comportamentos inatos, ou seja, a ideologia e o preconceito são adquiridos e assimilados, e isso ocorre, muitas vezes, pela comunicação:

essas representações mentais do racismo são tipicamente expressas, formuladas, defendidas e legitimadas no discurso e podem assim ser reproduzidas e compartilhadas dentro do grupo dominante. (Van Dijk, 2008, p.135)

Van Dijk, em sua análise sobre o racismo, afirma que o não conhecimento sobre o racismo implica não saber que o discurso está vinculado à sua reprodução; a mesma coisa vale para o nosso conhecimento de discurso, pois este já se tornou uma expressão tão popular que acabou por perder a sua especificidade, muitas vezes, usada de forma genérica, para significar alguns tipos de discursos, ou classe de discurso, como *discurso médico*, *discurso político* ou, até mesmo, *discurso racista*. Ele enfatiza que discurso não é uma filosofia, ou ideologia e movimento social, como podemos observar com as expressões *discurso do liberalismo*, *discurso da modernidade*. Para ele, o discurso seria “um evento comunicativo específico, em geral,

e uma forma oral ou escrita de interação verbal ou uso da língua, em particular.” (Van Dijk, 2008, p.135)

Em uma análise estrutural do discurso, percebe-se que este possui várias estruturas, diferentes entre si e que, para uma análise adequada, requer também formas diferentes de análises, levando em conta as perspectivas adotadas ou os gêneros analisados (conversação, notícias jornalísticas, poesia, etc.). Assim, o autor diz que tanto a fala quanto a escrita podem ser analisadas em vários níveis e diferentes dimensões. Por meio delas podem se propagar ou reproduzir o racismo, pois

com muitas estruturas sutis de sentidos, forma e ação, o discurso racista geralmente enfatiza as Nossas coisas boas e as coisas más Deles, e desenfaziza (atenua, oculta) Nossas coisas más e as coisas boas Deles. Esse quadro “ideológico” aplica-se não apenas à dominação racista, mas também, em geral, à polarização intragrupal-extragrupal em práticas sociais, discurso e pensamentos. (Van Dijk, p.137)

Dessa forma, o discurso, além de manifestar práticas de interação social, expressa e transmite sentido, o qual pode influenciar nossas crenças sobre as minorias. Por isso, é importante conhecer como o discurso tem a capacidade de manejar a nossa mente e de expressar o que pensamos. Quanto às estruturas do discurso, Van Dijk diz que estas

podem influenciar os modelos mentais específicos que possuímos acerca de eventos étnicos ou representações sociais mais gerais (atitudes, ideologias) que temos sobre Nós mesmos e sobre os Outros. E uma vez que essas representações mentais têm sido influenciadas tal como intencionado pelo discurso racista, elas também podem ser usadas para se engajar em outras práticas racistas. É desse modo que o círculo do racismo e de sua reprodução é fechado. (Van Dijk, p.138)

É importante analisar o contexto social sob a perspectiva do discurso, para examinar quem são os falantes e escritores desse contexto. Isso para se conhecer mais a fundo as elites. E tal conhecimento não quer dizer que as elites sejam mais racistas do que as não elites, mas para perceber que, por terem mais acesso e influência aos discursos públicos, elas tendem a ser a forma mais danosa de reprodução do racismo.

Van Dijk acrescenta uma nova dimensão para as elites, ou de modo simples, uma nova categoria, que seriam as *elites simbólicas*. Estas teriam à sua disposição os

recursos simbólicos para dar forma ao “capital simbólico” e teriam, também, grande acesso às mentes do grande público.

Sobre esse poder simbólico, ele ainda diz:

Como líderes ideológicos da sociedade, estabelecem valores, objetivos e interesses comuns, formulam o senso comum, assim como o consenso, tanto como indivíduos quanto como líderes das instituições dominantes da sociedade. (Van Dijk, 2008, p.139)

O autor apresenta uma grande estratégia de ação: se os modos de influenciar o racismo na mente das pessoas vêm daqueles que detêm o poder, é também por eles que se devem operar as mudanças.

3.2.2 A mídia na reprodução do racismo

Sobre o papel da mídia na reprodução do racismo, Van Dijk diz que muito do que falamos sobre as minorias, em nosso cotidiano, provém da mídia, pois, de modo rotineiro, nossos comentários de conhecimento e opinião sobre a minoria, têm como referência a televisão e os jornais. A mídia é fonte de conhecimento até mesmo para as elites.

Outra questão levantada por Van Dijk é que o acesso à mídia para os grupos minoritários é bastante restrito, até mesmo na construção da notícia, pois quando citados, geralmente, são acompanhados “por declarações de membros majoritários críveis” (Van Dijk, 2008, p.148). Sobre esse ponto, ele afirma:

A elaboração das notícias é em grande parte baseada no processamento de um grande número de textos-fontes, tais como outras notícias, entrevistas coletivas, entrevistas, estudos acadêmicos etc. Essa intertextualidade nas notícias se manifesta em formas de citação e referências a outros discursos. Assim, não é surpreendente que os jornais tomam, em geral, textos-fontes da elite (branca) (por exemplo, do governo, dos estudiosos ou da polícia) como mais críveis e de mais valor que textos fontes de membros de grupos minoritários. (Van Dijk, 2008, p.148)

Essa marginalização das minorias não diz respeito somente às notícias, ela se faz presente também quando observamos quem são os jornalistas. Poucos, ou nenhum, são aqueles que provêm das minorias. A maioria deles pertence ao grupo dominante. Por isso, é mais fácil procurar fontes e acreditar naquelas opiniões que são compatíveis com as suas ou com as de seu grupo, excluindo, assim, as minorias.

A esse propósito, Ramos e Paiva (2007), em *Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*, apresentam uma análise significativa sobre o trabalho desenvolvido pela mídia escrita nos últimos anos, no que se refere à cobertura da imprensa brasileira sobre a segurança pública.

Em um dos capítulos da obra, as autoras revelam que constantemente o cenário da violência urbana é sempre o mesmo: favelas e bairros periféricos dos grandes centros urbanos. Essa constância resultaria na manutenção de estereótipos já existentes, como por exemplo, todos aqueles que moram em favelas são delinquentes ou têm alguma ligação com os traficantes. As comunidades que vivem nas periferias e em favelas são conhecidas somente pelas páginas policiais, em matérias que abordam a violência, o tráfico.

Nas entrevistas feitas com jornalistas, grande parte “reconhece que os seus veículos têm grande responsabilidade na caracterização dos territórios populares como espaços exclusivos da violência.” (Ramos e Paiva, 2007, p.77). Uma das dificuldades apresentadas pelos jornalistas para essa deficiência na cobertura da imprensa é o fato de que falta estabelecer espaços de diálogo com as comunidades menos favorecidas, pois, para que haja um salto qualitativo na cobertura da imprensa, e para que não haja sempre a manutenção de estereótipos, é necessário ter acesso às fontes legitimadas e independentes. Outro fator é que, hoje, os jornalistas não são bem recebidos nessas comunidades. Para esse fato, as autoras expõem a seguinte pergunta:

será que os repórteres estão limitando a sua presença nas favelas ao acompanhamento de ações policiais por causa da hostilidade da população ou passaram a encontrar uma recepção hostil por só acompanharem as ações policiais? (Ramos e Paiva, 2007, p.77)

Segundo elas, isso é reflexo das mudanças ocorridas no setor jornalístico:

Desde os anos 70, quando foi regulamentada a lei que exigia o diploma universitário para os jornalistas, as redações brasileiras sofreram uma transformação. Pouco a pouco, os jornalistas ‘da antiga’, muitas vezes de origem humilde, que driblavam os salários reduzidos com bicos e tinham baixa escolaridade, saíram de cena. Os novos jornalistas são pessoas que conseguiram concluir o curso superior e, portanto, pertencem na maioria à classe média. Iniciam-se na vida profissional tecnicamente mais bem preparados. Por outro lado, trazem pouca ou nenhuma experiência relacionada ao cotidiano dos moradores de favelas e periferias. (Ramos e Paiva, 2007, p.78)

Isso reforça o pensamento de Van Dijk, quando ele diz que as minorias não estão presentes na Mídia e os jornalistas descrevem o fato partindo de sua experiência de vida, daquilo que conhecem do mundo.

Percebemos, então, como a mídia tem grande influência na manutenção de estereótipos e na reprodução do racismo, pois muitos dos eventos étnicos comentados pelas pessoas, em seu cotidiano, têm como fonte principal, se não a única, a mídia. Nem sempre a reprodução do racismo se dá pela experiência pessoal.

3.3 Lippmann: O uso de estereótipos

Pudemos perceber como a mídia pode contribuir para exclusão das minorias em seu discurso e, também, como o seu discurso pode alimentar o racismo na sociedade. Vimos que o racismo não é inato, mas assimilado (Van Dijk, 2008). Um dos modos para a sua assimilação é pela transmissão de estereótipos, das visões estereotipadas do outro, do diferente, falando ou escrevendo.

Sobre o uso de estereótipos e a sua manutenção na mídia, aprofundaremos o pensamento do jornalista americano Walter Lippmann. Ele, como jornalista, filósofo e crítico da mídia, em *Opinião Pública* (2008) ²⁵, deixou-nos uma valiosa reflexão sobre o que seria um bom jornal e qual a relação estabelecida entre jornal e leitores. A obra foi publicada em 1922, mas a reflexão de Lippmann é bastante atual se pensarmos na sua visão crítica quanto ao papel do jornalismo na formação da opinião pública. Lippmann já afirmava que o jornalismo não só informa como forma indivíduos e acaba por ser um péssimo educador para o público, pois, ao transmitir visões estereotipadas, submete ao público a meia verdade.

Para Lippmann, a opinião pública é uma ilusão, dado que as pessoas não chegam ao senso comum dos fatos e das ocorrências por um caminho livre que conclua com a unificação de propósito. O que acontece de fato é que elas são conduzidas a um entendimento da realidade, por aqueles atores que controlam o imaginário social. Por isso, o autor diz que a democracia, ao invés de ser um regime do povo, é, na verdade, um regime para o povo.

O conceito de estereótipo, por ele apresentado, acaba por ser o tema central da obra em questão. Um estudo pioneiro que tornou-se referência constante no campo

²⁵ Este é o ano da publicação no Brasil, pois a obra original, *Public opinion*, foi publicada em 1922.

da comunicação humana e que postulou que a notícia jornalística não deve ser compreendida pelo leitor como a verdade.

3.3.1 Estereótipos

Conforme Lippmann (2008), uma situação comum, tanto para aqueles que exercem o poder quanto para aqueles sobre os quais o poder é exercido, é o fato de nosso conhecimento ser limitado, pois são poucas as coisas que realmente conhecemos de modo íntimo. Tal situação nos leva a reconhecer que, por mais bem informados que sejamos, a nossa visão de mundo será sempre em parte, sendo que, onde quer que estejamos, movemo-nos em um espaço de terra e em um espaço social limitados. Aquilo que julgamos conhecer, na verdade, é apenas um fragmento de um todo.

Essa tensão, do conhecido e desconhecido, permeia também os estereótipos: eles chegam à nossa mente ativados pela memória das representações sociais ditas conhecidas. O problema é que, muitas vezes, apenas os reconhecemos e não superamos a fronteira das visões estereotipadas, para descobrir o novo que se apresenta ou até mesmo para colocar em questão essas próprias visões que trazemos dentro de nós.

Em sua abordagem sobre os estereótipos, Lippmann alerta para o fato de que a mídia utiliza muitos dos mesmos ao comentar os eventos (os fatos) ocorridos no mundo.

Ao lermos o jornal, é notório sabermos que a mídia traz ao nosso conhecimento fatos ocorridos, porém, o mais importante é sabermos que seu relato é sempre uma transfiguração da realidade, pois o que observamos, como diz o autor, e isso vale para o jornalista também, depende muito “de onde estamos posicionados e dos hábitos de nossos olhos.” (Lippmann, 2008, p.84)

Na maioria das vezes, os nossos olhos já perderam o hábito de ver primeiro para depois definir. Fomos acostumados a definir primeiro para depois ver. Sobre isso, o autor comenta:

Na confusão brilhante, ruidosa do mundo exterior, pegamos o que nossa cultura já definiu para nós, e tendemos a perceber aquilo que captamos na forma estereotipada para nós por nossa cultura. (Lippmann, 2008, p.85)

Lippmann recorda que essa estereotipia origina-se também de nossos códigos morais e de nossas filosofias sociais e agitações políticas.

Os estereótipos revelam a nossa visão de mundo, a nossa visão sobre as coisas do mundo, sobre como entendemos e conhecemos o mundo. A chave para lidar com eles seria manter a nossa visão de mundo aberta, ou seja, ver as coisas, conhecidas ou não, de maneira nova, sem nos deixarmos levar pela generalização. A esse propósito, Lippmann afirma que a manutenção dos estereótipos se dá porque é muito mais fácil enquadrar do que conhecer. Optamos pelo caminho mais curto e deixamos de lado aquele caminho fadigoso, porém fascinante, de conhecer realmente o outro. Vejamos o que ele diz quanto àqueles que optam por esse percurso mais longo:

Os que mais amamos e mais admiramos são os homens e mulheres cujas consciências são povoados mais pesadamente com pessoas do que com protótipos, que nos conhecem mais do que nos enquadram numa classificação na qual caberíamos. Mesmo sem dizer isso para nós mesmos, sentimos que toda classificação está em relação a algum propósito não necessariamente nosso; que entre dois seres humanos uma associação não tem final digno na qual um não leva em consideração o outro como um fim em si mesmo. (Lippmann, 2008, p.90-1)

Poderíamos nos perguntar o porquê do caminho mais curto. Segundo Lippmann, a opção pelo caminho mais curto para se conhecer o outro, ou seja, o seu enquadramento em uma forma estereotipada, dá-se em virtude da falta de tempo e da oportunidade para um conhecimento mútuo e íntimo. Sem tempo e sem oportunidade de encontro, o inevitável acontece: “observamos um traço que marca um tipo muito conhecido, e o resto da imagem preenchemos com os estereótipos que carregamos em nossas cabeças.” (Lippmann, 2008, p.91)

Em outras palavras, os estereótipos nos proporcionam o modo mais rápido para “conhecer” aquilo que nos é diferente, algo ou alguém. E é disso que se servem aqueles que exercem o poder, conforme afirma Lippmann:

As mais sutis e difundidas de todas as influências são aquelas que criam e mantêm o repertório de estereótipos. Conta-nos sobre o mundo antes de nós o vemos. Imaginamos a maior parte das coisas antes de as experimentarmos. E estas preconcepções, a menos que a educação tenha nos tornado mais agudamente conscientes, governam profundamente todo o processo de percepção. Eles marcam certos objetos como familiar ou estranho, enfatizando a diferença, de forma que o levemente familiar é visto como muito familiar, e o de alguma forma estranho como profundamente alienígena. São despertados por pequenos sinais, que podem variar desde um índice verdadeiro até uma vaga analogia. (Lippmann, 2008, p.92)

A essas influências sutis e difundidas não estaremos imunes. Estaremos sempre diante de algo desconhecido a comentar, a descrever. E o modo como o comentaremos evidenciará se a nossa visão de mundo é fechada ou aberta e em transformação. Nas palavras de Lippmann, como se constitui a nossa filosofia de vida, o nosso modo de olhar o mundo:

Se naquela filosofia supomos que o mundo é codificado de acordo com o código que possuímos, nós provavelmente faremos nossos relatos do que está ocorrendo descrevendo o mundo comandado pelo nosso código. Mas se nossa filosofia nos diz que cada homem é somente uma pequena parte do mundo, que nossa inteligência captura na melhor das hipóteses somente frases e aspectos numa rudimentar rede de idéias, então, quando utilizamos nossos estereótipos, tendemos a saber que são simplesmente estereótipos, considerando-os brandamente, modificando-os alegremente. Tendemos, também, dar-nos conta mais e mais claramente quando nossas idéias começam, onde elas começaram, como vieram a nós, por que as aceitamos. (Lippmann, 2008, p.92)

Ter essa consciência sobre os estereótipos ajuda-nos a termos uma visão crítica da realidade. E no universo midiático, a reconhecer a notícia como notícia e não como a verdade, pois o jornalista, ao narrar o acontecimento, também fará uso seletivo do que contar e como contar, e é nesse “como contar” que se evidencia a sua visão de mundo ou a sua estratégia para nos apresentar um mundo descrito.

3.3.2 A estereotipia como defesa

Além da economia de esforço, Lippmann diz que freqüentemente sustentamos nossos estereótipos como mecanismo de defesa de nossa posição social, ou seja, o sistema de estereótipos nos ajudaria a dizer quem somos e quem é outro.

Para explicar essa teoria, o autor traz como exemplo o filósofo grego Aristóteles. Lippmann lembra que, em seu livro de política, Aristóteles apresentou argumentos em defesa da escravidão utilizando o sistema de estereótipos. No período aristotélico, era difícil distinguir na população ateniense quem era e quem não era escravo. Essa falta de distinção chegaria à anulação da categoria “escravo”. Então, sendo todos parecidos, qual seria o critério para se tratar de modo distinto aquele que era escravo?

Aristóteles “entendeu que para justificar a escravidão ele precisava ensinar aos gregos um jeito de ver seus escravos compatíveis com a continuidade da escravidão.” (Lippmann, 2008, p.97)

Seus argumentos reforçavam a idéia de que existiam pessoas que eram escravos por natureza, sendo assim, existiriam pessoas adaptadas ao trabalho servil e outras ao exercício da vida civil, que, no lugar da força, poderiam fazer uso de sua inteligência.

Esse exemplo, apresentado pelo autor, evidencia que a ativação de estereótipos se estabelece mais pelos nossos sentidos do que pela própria razão. Basta pensar nos gregos atenienses com relação ao estereótipo de escravo. A esse respeito, Lippmann diz que o estereótipo de escravo

é um estereótipo perfeito. Seu selo de qualidade é que precede o uso da razão; é uma forma de percepção, impõe certo caráter nas informações do nosso sentido antes que as informações atinjam a inteligência. (Lippmann, 2008, p.98)

Para explicar essa idéia da subjetividade que compõe as nossas visões estereotipadas, ele afirma que

os estereótipos estão carregados de preferência, cobertos de afeto ou aversão, ligados aos temores, avidez, fortes desejos, orgulho, esperança. Seja lá o que invoque, o estereótipo é julgado como sentimento apropriado. (Lippmann, 2008, p.115)

Essa visão estereotipada tenderá a guiar a nossa visão sobre os fatos, levando-nos a dizer que já conhecemos algo ou alguém sem mesmo fazer a experiência do conhecimento:

Não vemos o que nossos olhos não estão acostumados a levar em conta. Algumas vezes conscientemente, mais freqüentemente sem saber, nos impressionamos por aqueles fatos que se encaixam em nossa filosofia. (Lippmann, 2008, p.115)

Ainda nas palavras de Lippmann:

Se a experiência contradiz o estereótipo, uma das duas coisas acontece. Se o homem não é mais maleável, ou se algum interesse poderoso torna altamente inconveniente reorganizar seus estereótipos, ele despreza a contradição como uma exceção que prova a regra, desacredita a testemunha,

encontra uma falha em algum lugar, e trata de esquecê-lo. Mas se for curioso e aberto, a novidade é trazida para dentro do quadro, permitindo-se que o altere. Às vezes, se o incidente é suficientemente surpreendente, de forma que se sinta desconfortável com seu esquema estabelecido, ele pode ser sacudido ao ponto de não acreditar nas formas usuais de ver a vida, e esperar naturalmente que algo não seja o que geralmente se supõe que seja. (Lippmann, 2008, p.99-100)

O importante, conforme nos indica Lippmann, é ter sempre uma visão aberta de mundo, e isso implica estar sempre aberto ao novo, ao diferente, sem medo de fadigar para conhecer, e sem mecanismos de defesa no encontro com o outro. E para todo conhecimento, o caminho é fazer a experiência.

3.4 Charaudeau: A construção da notícia

Em *Discurso das Mídias* (2007), Patrick Charaudeau descreve aquilo que seria o discurso midiático: um discurso que tem a potencialidade de significar o acontecimento, transformando-o em notícia. E dentro desse universo da significação, a realidade capturada, a realidade empírica, passará pelo filtro de um ponto de vista. Dessa forma, o objeto construído, a notícia, traz-nos um fragmento do real, mas não a própria realidade.

O autor diz que o discurso midiático apresenta, atrás de si, um espaço social que é constituído por

uma realidade empírica compósita, não homogênea, que depende, para sua significação, do olhar lançado sobre ele pelos diferentes atores sociais, através dos discursos que produzem para tentar torná-lo inteligível. (Charaudeau, 2007, p.131)

Para exemplificar tal afirmação, o autor diz o seguinte:

Mortos são mortos, mas para que signifiquem 'genocídio', 'purificação étnica', 'solução final', 'vítimas do destino', é preciso que se insiram em discursos de inteligibilidade do mundo que apontam para sistemas de valores que caracterizam os grupos sociais. Ou seja, para que o acontecimento exista é necessário nomeá-lo. O acontecimento não significa em si. (Charaudeau, 2007, p.131)

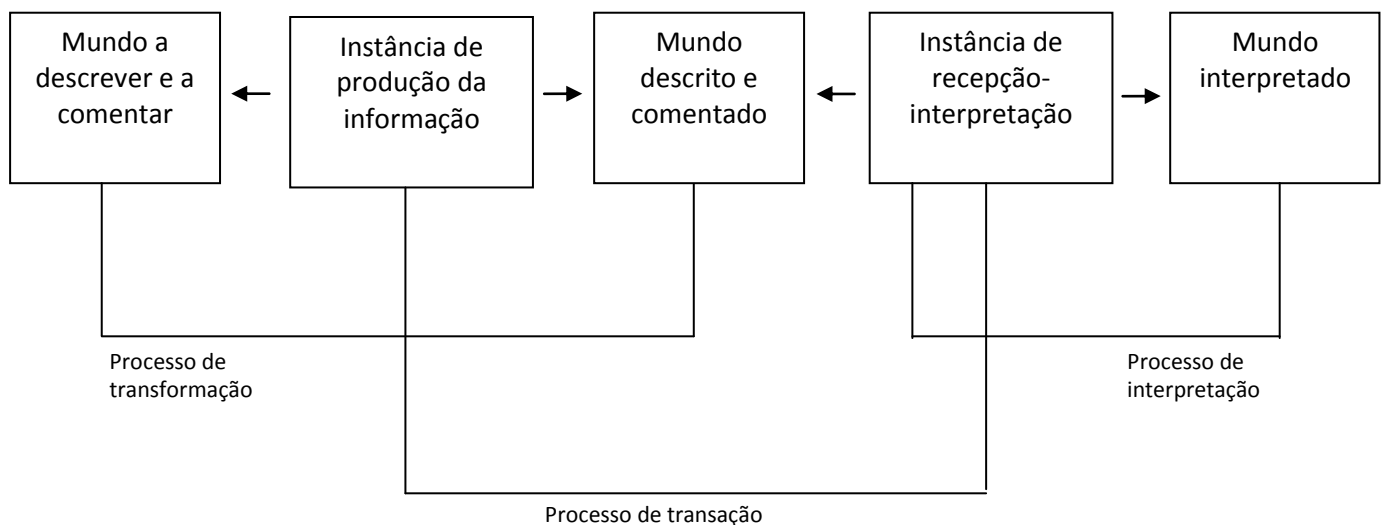
É a partir dessa significação que o acontecimento vira notícia, e a dinâmica da conversão se estabelece por um processo narrativo na construção da notícia. Charaudeau afirma que, no mundo midiático, o acontecimento é sempre construído. Isso por causa do processo que vai do fato acontecido ao fato noticiado, e dentro desse processo encontramos seres humanos não só com a sua função social, no caso da Mídia o jornalista, mas também com a sua subjetividade e visão de mundo. Com as palavras do autor, podemos dizer de outra maneira: “Partindo do acontecimento, o jornalista interpreta e analisa em função de sua própria experiência, de sua própria racionalidade, de sua própria cultura, tudo isso combinado com as técnicas próprias a seu ofício.” (Charaudeau, 2007, p.156)

Charaudeau comenta ainda:

O acontecimento se encontra nesse “mundo a comentar” como surgimento de uma fenomenalidade que se impõe ao sujeito, em estado bruto, antes de uma captura perceptiva e interpretativa. Assim sendo, o acontecimento nunca é transmitido à instância de recepção em seu estado bruto; para sua significação, depende do olhar que se estende sobre ele, olhar de um sujeito que o integra num sistema de pensamento e, assim, fazendo, o torna inteligível. (Charaudeau, 2007, p.95)

Da relação dialética estabelecida nos processos de transformação e transação que se instauram no mecanismo de construção do sentido do discurso, percebe-se que o “mundo a comentar” irá passar por um filtro, ou seja, ele não será transmitido para a instância de recepção (os leitores) tal e qual ele é. Esse *mundo a comentar*, ao passar por esse processo de construção, resultará em *mundo comentado*, o qual, no processo de interpretação, resultará em *mundo interpretado*.

No esquema abaixo, o autor representa esse processo:



Por esse esquema, o autor quer enfatizar que a notícia nunca chegará até nós, receptores da notícia, como ela é realmente, ela passará por um “filtro de um ponto de vista particular, o qual constrói um objeto particular que é dado como um fragmento do real” (Charaudeau, 2007, p.131).

Sobre o tratamento dado ao fato, Charaudeau diz:

A instância midiática está, pois, colocada, diante de um acontecimento exterior a si mesma, o qual deve ser considerado segundo suas potencialidades de atualidade, de diegese, de causalidade e de dramatização, acontecimento que deve ser transformado em narrativa através de escolhas efetuadas a partir de uma série de roteiros possíveis. (Charaudeau, 2007, p.152)

Para Charaudeau, a notícia se caracteriza como “um conjunto de informações que se relaciona a um mesmo *espaço temático*, tendo um caráter de *novidade*, proveniente de uma determinada *fonte* e podendo ser diversamente tratado.” (Charaudeau, 2007, p.132)

Vejamos de modo detalhado:

- **Espaço temático:** o acontecimento, que o autor considera como fato, ocorre em um determinado *domínio* do espaço público, e o mesmo pode ser “transportado” na condição de *minirrelato*;
- **Caráter de novidade:** não significa que o acontecimento reportado não tenha existido no mundo a descrever, mas que ele apresenta um elemento novo ainda desconhecido pelo público;
- **Determinada fonte:** significa dizer que o acontecimento convertido em informação por determinada instância será avaliado, para efeito de credibilidade, de acordo com a natureza da fonte;
- **Diversamente tratado:** significa que o acontecimento como notícia será diversamente tratado sob os aspectos de “*descrever* o que se passou, *reportar* reações, *analisar* os fatos” (Charaudeau, 2007, p.132).

Como as instâncias midiáticas não podem inventar notícia, elas devem utilizar fontes internas ou externas da Mídia. Para a identificação das fontes, Charaudeau apresenta o seguinte esquema:

Tabela 2

A identificação das fontes			
“INT. MÍDIAS”		“EXT. MÍDIAS”	
“int. org. info”	“ext. org. info”	“institucional”	“não institucional”
- Correspondentes - Enviados especiais - Arquivos próprios	- Agências e indústrias de serviço - Outras mídias	(oficiais/oficiosas) - Estado-Governo - Administrações - Org. sociais (partidos, sindicatos) - políticos (representantes sociais)	- Testemunhos - Especialistas - Representantes (corpos profissionais)

Fonte: Charaudeau (2007), p. 148.

Para explicar o esquema, o autor diz que as fontes podem ser identificadas segundo a sua relação com as mídias, podendo ser internas (“int. mídias”) ou externas (“ext. mídias”). Tal relação ainda comportaria em classificação conforme os organismos de informação, podendo ser internas ao organismo de informação (“int. org. info”) e externas ao organismo de informação (“ext. org. info”). Para as fontes externas das mídias, estas poderiam ser classificadas pelo seu caráter institucional ou não.

Sobre o acontecimento midiático, o autor diz o seguinte:

O acontecimento midiático constrói-se segundo três tipos de critérios: de *atualidade*, pois a informação midiática deve dar conta do que ocorre numa temporalidade co-extensiva à do sujeito-informador-informado (princípio de modificação); de *expectativa*, pois a informação midiática deve captar o interesse-atenção do sujeito alvo, logo deve jogar com seu sistema de expectativa, de previsão e de imprevisão (princípio de saliência); de *socialidade*, pois a informação midiática deve tratar daquilo que surge no espaço público, cujo compartilhamento e visibilidade devem ser assegurados (princípio de pregnância). (Charaudeau, 2007, p.150)

Esses critérios são de fundamental importância para que o processo de interação entre a instância de produção e a instância de recepção seja coerente, estabelecendo um vínculo de credibilidade, algo necessário, sobretudo para a instância de produção, a qual trabalha o acontecimento, pois, como já vimos, ele

não é jamais transmitido em seu estado bruto, pois, antes de ser transmitido, ele se torna objeto de racionalizações: pelos critérios de seleção dos fatos e dos atores, pela maneira de encerrá-los em categorias de entendimento. (Charaudeau, 2007, p.151).

Na notícia midiática encontraremos os modos de organização do discurso de informação: o descritivo, o narrativo e o argumentativo. Essas categorias estão ligadas ao tratamento dado ao acontecimento como notícia, sendo esse tratamento o relatar, o comentar, e o provocar: o relatar é referente ao descritivo; o comentar, ao narrativo; e o provocar, ao argumentativo. Interessa-nos, para nossa pesquisa, o comentar, no qual encontramos a narrativa midiática.

Conforme Charaudeau (2007), o contrato de informação midiático é composto por duas visadas, as quais têm como finalidade levar a informação, a notícia, para a instância receptora, que seriam os leitores. Essas duas visadas são diferentes entre si, mas estão intrinsecamente ligadas: a visada de informação e a visada de captação.

A visada de informação seria o “fazer saber ao cidadão o que aconteceu ou que está acontecendo no mundo da vida social.” (Charaudeau, 2007, p.87) Para isso, a instância midiática tem para si dois recursos dentro da atividade languageira: a *descrição-narração* e a *explicação*. Ou seja, para os fatos do mundo, o jornalista reporta-os por meio da *descrição-narração*; e para o esclarecimento junto ao público leitor sobre as causas e conseqüências dos fatos surgidos, ele pode fazer por meio da *explicação*. Os modos organizativos podem se diferenciar, mas na base de tudo está a credibilidade, dado que não é permitido às instâncias midiáticas inventarem acontecimentos. “À instância midiática cabe autenticar os fatos, descrevê-los de maneira verossímil, sugerir as causas e justificar as explicações dadas.” (Charaudeau, 2007, p.88)

Mas como chamar para si o maior número de receptores, dado que são muitos os concorrentes no mercado da informação? A estratégia seria a outra visada: a visada de captação. É aqui que se situa o paradoxo em que se encontra a instância midiática, pois deve ser, ao mesmo tempo, crível, com as informações dadas, e “atraente” para que as informações sejam consumidas por uma gama grande e variada de receptores. Para este último ponto, a visada de captação seria o recurso para estabelecer os parceiros nessa troca languageira, como a dramatização da notícia.

Sobre esse aspecto, Charaudeau diz:

A instância midiática acha-se, então, “condenada” a procurar emocionar seu público, a mobilizar sua afetividade, a fim de desencadear o interesse e a paixão pela informação que lhe é transmitida. O efeito produzido por essa visada encontra-se no extremo oposto ao efeito de racionalidade que deveria direcionar a visada de informação. Daí decorre a tensão que já mencionamos. (Charaudeau, 2007, p.92)

Para suscitar a emoção a

instância midiática deve proceder a uma encenação sutil do discurso da informação, baseando-se, ao mesmo tempo, nos apelos emocionais que prevalecem em cada comunidade sociocultural e no conhecimento dos universos de crenças que aí circulam – pois as emoções não são um inefável aleatório. Elas são socializadas, resultam da regulação coletiva das trocas. Essa regulação, por um lado, segue os movimentos de afetividade e, paralelamente, as representações que atribuem valores às condutas e às reações emocionais. (Charaudeau, 2007, p.92)

Na mídia escrita, diferentemente das mídias que têm recursos de simultaneidade entre acontecimento e notícia (televisão, rádio, internet), os fatos reportados como notícia são reportados com um período de tempo posterior. É na supressão desse espaço de tempo que o jornalista, o qual é uma testemunha esclarecida e sabe da sua responsabilidade em relatar de modo crível os acontecimentos do mundo, torna-se um narrador, pois ele constrói uma narrativa, dentro do contrato de informação, utilizando-se da visada de captação, para o fato acontecido.

A esse respeito, Charaudeau diz que “a instância midiática institui-se num ‘meganarrador’ compósito, incluindo aí a fonte da informação, o jornalista que redige a notícia e a redação que a insere numa determinada encenação.” (Charaudeau, 2007, p.157)

Ao ser considerada como um “meganarrador”, a instância midiática encontra-se diante de dois problemas quanto à designação do que foi escrito: o primeiro seria o de saber quem é o responsável pela notícia veiculada, ou seja, pela narrativa midiática; o segundo, o conselho dado aos jornalistas, nos manuais de redações dos grandes jornais, de se deter ao que é essencial.

O autor diz que o meganarrador fará as suas operações de construção da narrativa nos casos em que o acontecimento bruto desenvolve-se simultaneamente à narrativa, e sob esse aspecto ela será chamada *narrativa em simultaneidade*, e, também, quando o acontecimento bruto já se desenrolou, e aqui será chamada *narrativa reconstituída*.

A *narrativa de simultaneidade* está relacionada com aqueles acontecimentos que são relatados diretamente: eventos esportivos, eventos sociais importantes, eventos religiosos, etc..

Podemos corresponder a *narrativa reconstituída* àquelas reportagens da imprensa e, também, àquelas reportagens televisivas, as quais são gravadas e difundidas posteriormente.

O meganarrador, livre das restrições da simultaneidade, desenvolve algo semelhante a um narrador de narrativa de ficção, pois ele empenha-se no trabalho de montagem e de roteirização do acontecimento. Quaisquer que sejam as variantes da narrativa, o meganarrador, ao narrar um acontecimento, seguirá os seguintes procedimentos da narrativa: Abertura da narrativa; Reconstituição dos fatos; Comentário explicativo e Conclusão da narrativa.

Por meio dos autores apresentados, podemos constatar que o discurso das mídias é um discurso que age sobre aqueles que o recebem. Van Dijk, Lippmann e Charaudeau nos fizeram compreender que esse discurso é “capital simbólico” capaz de manipular a favor das elites de poder; é também formador de opinião pública para a manutenção do poder das elites e é um discurso construído, pois, parte do olhar lançado sobre o fato e da experiência e visão de mundo do jornalista e da instância midiática.

No próximo capítulo, analisaremos o *corpus* à luz dos pensamentos dos três teóricos aqui apresentados. Das matérias jornalísticas que abordaram a questão indígena Raposa/Serra do Sol, nas mídias nacionais e locais, escolhemos quatro, as quais foram veiculadas pelo jornal *Folha de Boa Vista*, um dos periódicos de maior circulação no Estado de Roraima.

Para análise, servir-nos-emos mais especificamente da metodologia de Charaudeau quanto ao processo de construção da notícia, utilizando o seu esquema de *narrativa reconstituída* (abertura da narrativa, reconstituição dos fatos, comentário explicativo e conclusão da narrativa). Ao longo da análise, quando necessário e oportuno, servir-nos-emos também das reflexões de Van Dijk e Lippmann, e, dessa forma, estabelecermos um diálogo a três entre os teóricos.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE

4.1 O mundo a comentar

As matérias, a serem analisadas, referem-se a um fato ocorrido no dia 05 de maio de 2008, dentro das regiões Raposa e Serra do Sol, mais especificamente na Fazenda Depósito, de propriedade de Paulo César Quartiero, então prefeito do município de Pacaraima.

O dia 05 de maio, conforme dados do próprio jornal, é um dia de reivindicação, tanto para quem é contra a homologação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol (TIRSS) quanto para quem é a favor. Na capital, na Praça do Centro Cívico, alguns manifestantes, entre eles proprietários de fazendas na região demarcada e militares da reserva do Exército Brasileiro, fazem um ato público contra a demarcação da TIRSS. Ao nordeste de Roraima, na Vila Surumu, a qual é considerada a entrada principal da reserva, um grupo de indígenas, cerca de 100 pessoas, fazem também a sua manifestação pacífica: eles ocupam a Fazenda Depósito como modo de pedir agilização no processo de desintrusão dos fazendeiros da reserva. Entre eles, homens, mulheres e crianças.

Dentro da fazenda, armam um acampamento: constroem barracas, utilizando-se dos galhos das árvores, cortados com facões. Chegam ao local os funcionários da fazenda. Observam tudo e o grupo continua a construir barracas. Os funcionários vão embora e retornam, pouco tempo depois, agora em maior número, em caminhonetes e motos. Observam tudo, mas dessa vez, agem com violência.

O acontecimento foi registrado por indígena, que naquele momento portava uma filmadora. O ataque e a existência do vídeo foram citados em *Violência contra os povos indígenas no Brasil-2008* (Rangel, 2009), um relatório que reúne “registros de violências contra a pessoa, contra o patrimônio indígena, por omissão do poder público e registros a respeito dos povos isolados e em situação de risco.” (Rangel, 2009, p.13)



Foto 1 - Fonte: Rangel (2009), p.15.

Rangel (2009), na introdução do relatório, descreve o acontecimento:

Apesar de a sociedade estar com a atenção voltada para o julgamento da TIRSS, não se evitou a violência contra os povos indígenas em diversas regiões do Brasil. Um episódio indigno foi filmado na TIRSS, no dia 05 de maio: um grupo de indígenas estava construindo casas na área em litígio com a Fazenda Depósito, quando chegam uma caminhonete e algumas motos, das quais saem homens encapuzados de armas em punho e começam a atirar na direção dos indígenas que estavam trabalhando. Um rapaz filmou o episódio, homens mirando e atirando; ouvem-se os gritos dos atingidos pelos tiros e inicia-se uma correria, o cinegrafista também é alvo dos tiros e põe-se a correr. A filmadora volta-se para o chão e registra a corrida, ora mostrando os pés do cinegrafista, ora mostrando apenas o capim e depois a estrada de terra. A máquina capta o som dos pés do cinegrafista batendo no chão, chap chap chap, na corrida temerosa para fugir dos tiros. Depois a filmagem volta-se para o socorro das vítimas (10 homens e adolescentes). São acomodadas, meio empilhadas, na carroceria de uma caminhonete e são levadas para o posto de saúde e, de lá, para o hospital mais próximo. Enquanto isso, durante o socorro, algumas mulheres gritam, e uma delas grita, em alto e bom, indignada pelo risco de vida de seu filho. (Rangel, 2009, p.14)

Então, diante do fato ocorrido no dia 05 de maio, o qual veio a constituir-se em acontecimento devido à manifestação discursiva, ou seja, alguém falou desse fato, é relevante considerarmos como peça importante o vídeo registrado, pois é por meio dele que se pode constatar o fato comentado.

Por sorte, esse vídeo foi citado por Rangel (2009), ou seja, oficialmente ele foi nominado por uma equipe que analisa e avalia a violência sofrida pelos povos indígenas no Brasil. Por meio desse vídeo, e segundo narração de Rangel (2009), temos os seguintes dados:

- Indígenas ocupam uma fazenda, a qual está dentro da reserva indígena em litígio;
- Constroem barracas;
- Os funcionários da fazenda olham a ocupação, retiram-se do local, voltam em maior número, com caminhonetes e motos;
- Atacam o grupo de indígenas com tiros de bala e bomba caseira;
- Os indígenas tentam escapar do ataque;
- Do lado da comunidade indígena, cerca de 10 homens ficam feridos;
- Alguém, que estava acompanhando a ocupação, registra tudo com uma filmadora e, ainda, tenta fugir dos ataques.

A seguir, passaremos para o tratamento do acontecimento, para analisarmos como o fato foi construído em notícia, pela instância midiática local, e como se estabeleceu o processo de narrativa reconstituída.

4.2 O mundo comentado

Como vimos no Capítulo III, Charaudeau diz que entre o *mundo a descrever e a comentar* e o *mundo descrito e comentado* a instância midiática estaria no centro, viabilizando o acontecimento para a instância de recepção-interpretação, por meio do processo de transação. Sabemos que esse processo de transação, para a mídia escrita, desenvolver-se-á por meio de um esquema narrativo, a *narrativa reconstituída*: abertura de narrativa, reconstituição do fato, comentários explicativos e conclusão da narrativa.

O jornal *Folha de Boa Vista* comentou o acontecimento do dia 05 de maio de 2008 em 06 de maio. Como dissemos antes, as matérias jornalísticas foram veiculadas na seção *Cidades*. São duas as matérias desse dia: a primeira narra o acontecimento, a segunda narra a explicação para o acontecimento em si.

No dia 07 de maio, em virtude da repercussão do fato, o jornal veicula mais duas matérias, também na seção *Cidades*, as quais narram a visita do então Ministro da Justiça, Tarso Genro, e o clima tenso na reserva indígena em litígio.

A análise das matérias será, primeiramente, de forma individual, procurando aplicar o esquema de *narrativa reconstituída*. Posteriormente, reuniremos os resultados da análise no último tópico deste capítulo, intitulado “O mundo interpretado”.

Para distinguir as quatro matérias jornalísticas²⁶, adotaremos as designações a seguir:

- Para as matérias veiculadas no dia 06 de maio de 2008, um dia depois do fato, servir-nos-emos de *matérias jornalísticas A1 e A2*;
- Para as matérias veiculadas no dia 07 de maio de 2008, dois dias depois do fato, servir-nos-emos de *matérias jornalísticas B1 e B2*.

4.2.1 Matéria jornalística A1

A **matéria jornalística A1** tem como título: “RAPOSA SERRA DO SOL – Nove índios feridos em invasão à fazenda”. Leiamos os dois primeiros parágrafos:

1. Nove índios ficaram feridos quando ocupavam a fazenda do prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero (DEM), o maior produtor que briga para permanecer na terra indígena Raposa Serra do Sol, a nordeste de Roraima. Eles foram recebidos a tiros por funcionários do produtor.
2. Cerca de 100 índios ligados ao Conselho Indígena de Roraima (CIR) invadiram uma das propriedades do prefeito, localizada na Vila Surumu, entrada principal da reserva, ontem pela manhã. A Polícia Federal e a Força Nacional de Segurança foram ao local para tentar estabelecer a paz.

Destacamos esses dois parágrafos como a *abertura da narrativa* e nele já encontramos o *lead* da notícia, pois ela se desenvolverá para contar que cerca de 100 indígenas, ligados ao CIR, “invadiram” a fazenda do prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero, do partido DEM, e desse grupo, nove indígenas foram feridos, com armas de fogo e bombas caseiras, pelos funcionários do produtor. O *lead* seria uma estratégia de envolvimento do leitor. A esse propósito, Dias (2006) comenta:

Considerando que a leitura de jornais e revistas é seletiva, pois está à mercê de critérios de interesse, estruturas temáticas, sumarizadoras da notícia, cumprem não só a função de inteirar o leitor sobre o acontecimento tratado, em curto espaço de tempo, mas também visam a lhe instigar a curiosidade para a leitura do restante da matéria. (Dias, 2006, p.114)

²⁶ Todas as matérias jornalísticas encontram-se em Anexos 5, 6, 7 e 8 (p.130-140).

No *Manual de Redação e Estilo de O Estado de São Paulo* (1997), encontramos ainda a seguinte definição para *lead*:

O lead é a abertura da matéria. Nos textos noticiosos, deve incluir, em duas ou três frases, as informações essenciais que transmitam ao leitor um resumo completo do fato. Precisa sempre responder às questões fundamentais do jornalismo: o que, quem, quando, onde, como e por quê. Uma ou outra dessas perguntas pode ser esclarecida no sublead, se as demais exigirem praticamente todo o espaço de abertura. (Martins Filho, 1997, p.154)

Respondendo a essas questões fundamentais, temos:

(a) O que?

“Nove índios ficaram feridos quando ocupavam a fazenda do prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero (DEM), o maior produtor que briga para permanecer na terra indígena Raposa Serra do Sol, a nordeste de Roraima.”

(b) Quem?

“Nove índios”

(c) Quando?

“ontem pela manhã” [05/05/08].

(d) Onde?

Em “uma das propriedades do prefeito, localizada na Vila Surumu, entrada principal da reserva”.

(e) Como?

“Eles foram recebidos a tiros por funcionários do produtor.”

(f) Por quê?

“Cerca de 100 índios ligados ao Conselho Indígena de Roraima (CIR) invadiram uma das propriedades do prefeito, localizada na Vila Surumu, entrada principal da reserva, ontem pela manhã.”

Por meio das respostas, visualizamos que o ponto de partida da narrativa e a proposição de seu tema central será o ferimento causado aos índios, durante ocupação de fazenda. Nas informações contidas no *lead*, encontramos também as personagens principais da narrativa midiática. São elas:

- a) Os índios que reivindicam o reconhecimento de suas terras já homologadas, os quais são apresentados como aqueles “ligados ao Conselho Indígena de Roraima (CIR)”;

- b) O político e proprietário da Fazenda Depósito, Paulo César Quartiero, que representa os grandes fazendeiros que são contra a demarcação indígena e, por ser prefeito, representa também os políticos do Estado de Roraima que são contra a demarcação da reserva indígena em questão;
- c) Os funcionários da Fazenda Depósito, os quais agem com violência para com os manifestantes da comunidade indígena;
- d) Polícia Federal e Força Nacional de Segurança, que foram ao local para tentar estabelecer a paz.

Reuter (2002) comenta que as personagens têm um importante papel na organização narrativa, pois elas são “elementos-chaves da projeção e da identificação dos leitores.” (Reuter, 2002, p.41) Baseado em estudos de Philippe Hamon (apud Reuter, 2002), o autor apresenta ainda seis critérios para a distinção e hierarquização das personagens, os quais seriam como “instruções de leitura” para facilitar a categorização das mesmas (Reuter, 2002, p. 41-3). Seriam eles:

- 1) A *qualificação diferencial*: esse critério refere-se à natureza e às qualificações designadas para as personagens, diz respeito ao seu “ser”;
- 2) A *funcionalidade diferencial*: esse critério diz respeito ao seu “fazer”, ao seu papel na ação, com pouca ou grande importância;
- 3) A *distribuição diferencial*: esse critério articula o fazer e o ser das personagens, refere-se à quantidade de aparições das personagens e ao modo como aparecem;
- 4) A *autonomia diferencial*: esse critério explicita a importância da personagem, pois “quanto mais importante é a personagem, mais possibilidade ela tem de aparecer sozinha em certos momentos, mais oportunidades ela tem de encontrar numerosas outras personagens” (Reuter, 2002, p.42-3);
- 5) A *pré-designação convencional*: “combina o fazer e o ser das personagens em referência a um determinado gênero” (Reuter, 2002, p.43), ou seja, por algumas marcas genéricas tradicionais (traços físicos, ou uma ação específica) pode-se codificar a importância e o *status* da personagem;
- 6) O *comentário explícito*: esse critério diz respeito aos comentários do narrado para a sua personagem, indicando o *status* ou a maneira de categorizar a personagem.

Na **matéria jornalística A1**, traçando um quadro geral, com os papéis desempenhados por cada personagem, teríamos o seguinte esquema:

Personagens da narrativa	
Agente	Atuação
Indígenas (ligados ao CIR)	Ocupam/invadem fazenda de Paulo César Quartiero.
Paulo César Quartiero	“briga” para permanecer na reserva indígena.
Funcionários de Quartiero	Ferem nove indígenas a tiros durante ocupação de fazenda.
Polícia Federal e Força Nacional de Segurança	Tentam estabelecer a paz no local do conflito.

Tabela 3

Por meio desse esquema, queremos mostrar o critério de *funcionalidade diferencial* das personagens. As funções menos importantes seriam aquelas das personagens *indígenas* e *funcionários de Quartiero*, pois uma é ocupante/invasora (dois termos usados pelo narrador midiático) de uma propriedade e a outra é agressora, mas a sua ação é logo justificada pelo conector *durante*, pois não foi uma agressão à toa, foi “durante ocupação de fazenda”.

Maiores créditos teriam as outras personagens, pois uma é lutadora (“briga para permanecer na reserva indígena”) e a outra é símbolo da instituição da paz.

Entre os parágrafos terceiro e oitavo, teríamos a *reconstituição do fato*. Essa reconstituição dá-se por meio da voz do delegado federal Everaldo Eguchi, chefe da Operação Upatakon 3, uma operação destinada a realizar o processo de desintrusão de não-índios da reserva indígena em questão. Vejamos:

3. Segundo o delegado federal Everaldo Eguchi, chefe de operações da Operação Upatakon 3 da base Surumu, era por volta das 8h quando ele estava na sede de Pacaraima e recebeu a informação de que 100 índios estariam se deslocando para a fazenda Depósito, que possui 5 mil hectares, de propriedade de Quartiero.
4. A manifestação, que seria pacífica, contava inclusive com participação de mulheres e crianças. Ele disse que também recebeu a informação de que pistoleiros a mando do rizicultor estariam chegando do Maranhão para defender a fazenda.
5. De posse dessas informações, disse que acionou via rádio a equipe que permanece na base fixa na sede da Vila Surumu, sendo 10 homens da Polícia Federal e 10 homens da Força Nacional de Segurança.
6. Os policiais teriam se deslocado ao local da manifestação, por volta das 9h, já encontrando os nove indígenas feridos. “Os policiais ainda chegaram

a ver dois dos homens que atiraram nos índios fugindo em duas motos”, relatou.

7. Conforme o policial, os índios invadiram a fazenda, como forma de forçar a saída de Paulo César Quartiero da terra indígena. Eles construíram barracões feitos de paus e lona. “Eles [os índios] avisaram que não vão sair, que vão permanecer na fazenda de Paulo César Quartiero até ele sair da região”, disse o delegado.
8. Ainda segundo Eguchi, indígenas do CIR teriam dito que 10 funcionários do rizicultor teriam chegado ao local da invasão munidos de espingardas calibre 12 e bombas de fabricação caseira. “Eles já desceram dos veículos atirando e ateando as bombas nos indígenas de forma irresponsável. Essa tragédia poderia ter proporções piores”, ressaltou.

A *reconstituição do fato*, de modo diegético, segue uma cronologia, evidenciando as seqüências de ações:

A partir das 8h

- o delegado recebe a informação de que um grupo de indígenas se dirige para a Fazenda Depósito;
- O delegado recebe outra informação de que Paulo César Quartiero teria mandado chamar do Maranhão pistoleiros para defender a sua fazenda;
- Com essas duas informações, o delegado aciona a equipe de Operação Upatakon 3, que localizava-se na base mais próxima à fazenda;

A partir das 9h

- Os policiais chegam ao local da manifestação dos indígenas e já encontram nove deles feridos e ainda conseguem ver dois homens fugirem em motos;
- Os indígenas teriam dito aos policiais que 10 funcionários da Fazenda Depósito chegaram já atirando e ateando bomba nos manifestantes;
- Os indígenas, na ocupação, construíram barracas e afirmaram que não iriam sair da fazenda.

Essa *reconstituição do fato* é situada na primeira parte da matéria jornalística. E, como dissemos antes, é na voz do delegado federal. Ao lembrarmos o esquema das personagens, a voz do delegado é aquela voz que tem como função estabelecer a paz. Charaudeau, como foi apresentado no Capítulo III²⁷, delineia um quadro sobre a identificação das fontes. Nesse quadro, o autor apresenta a relação das mídias com as fontes, sendo que estas podem ser internas ou externas à própria mídia. Ele especifica

²⁷ Cf. Tabela 2, p.60.

as fontes externas às mídias como *institucional* e *não institucional*. Para o tópico *institucional*, o autor apresenta as categorias de *Estado-Governo*, *Administração*, *Org. sociais*; e para o tópico *não institucional*, apresenta as categorias *testemunhos*, *especialistas*, *representantes*. Qualificamos a fala do delegado federal como uma *fonte externa à mídia/institucional*, dado que a sua representatividade é federativa. Ressaltamos que não encontramos nenhuma *fonte externa à mídia* que tivesse vínculo com a comunidade indígena.

A segunda parte do artigo inicia-se com o título “Feridos foram levados para hospitais nas cidades de Pacaraima e Boa Vista” e compreende seis parágrafos. Poderíamos considerá-la como a *conclusão da narrativa*, pois destaca o socorro prestado aos feridos e como será a atuação da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança após o fato ocorrido:

1. O delegado federal Everaldo Eguchi informou que dos nove índios feridos, seis foram socorridos em um carro da Funai e encaminhados ao Hospital de Pacaraima. Destes seis, cinco estavam feridos à bala e um a coronhadas. Os outros três, que estavam em estado mais grave, foram levados em um avião monomotor da Funai para o Pronto Socorro, em Boa Vista. Um teria levado um tiro no rosto, o outro no abdome e o terceiro foi alvejado na perna.
2. De acordo com o secretário de Saúde de Pacaraima, Júlio Jordão, no início da tarde outro índio foi encaminhado ao hospital, totalizando sete internados naquela unidade de saúde. Destes, três foram removidos para a Capital de ambulância, por não apresentarem ferimentos graves. Os outros quatro, que inspiravam um cuidado maior, foram encaminhados no final da tarde em avião da Funai e em uma ambulância para a Capital.
3. O delegado ouviu preliminarmente quatro indígenas do CIR que testemunharam o ocorrido, no posto da PF em Pacaraima e os encaminhou à Superintendência Regional da PF em Boa Vista, para prestarem depoimento em um inquérito que será instaurado.
4. “Vamos instaurar um inquérito para apurar os crimes que estes homens cometeram. Só com o que ouvi posso enquadrá-los em tentativa de homicídio e formação de quadrilha”, disse. O delegado também informou que toda a ação criminosa foi registrada por um dos indígenas que estava no local com uma câmera filmadora.
5. Questionado se o efetivo de policiais que permanece no local é insuficiente para o conflito que existe, Eguchi afirmou que o número de policiais era adequado ao clima de tranquilidade que pairava no local. Depois do ocorrido, o número de policiais foi ampliado para 100, podendo aumentar de acordo com a necessidade.
6. Ele disse ainda, que tem a informação de que mais 500 índios vão chegar para se unir aos outros indígenas na manifestação dentro da fazenda

do rizicultor. Mas que sem uma ordem judicial, não podem realizar a retirada dos índios.

No parágrafo 4, além do discurso do delegado, tem-se a informação de que toda a ação de violência contra os indígenas foi registrada por um dos indígenas que portava consigo uma câmera filmadora. Essa é a única vez que, na narrativa midiática, tem-se uma menção ao vídeo, o qual foi citado no relatório *A violência contra os povos indígenas no Brasil*. Os parágrafos quinto e sexto são para contar a atuação dos policiais: o narrador coloca em questão se o número de policiais não era pouco, o delegado responde que era o número ideal para o clima de tranquilidade que se apresentava no local, mas que após o fato ocorrido a tendência será aumentar.

Para o tópico *comentário explicativo*, apresentado por Charaudeau, o qual pode estar inserido na *reconstituição do fato*, na **matéria jornalística A1** encontramos um *box informativo*, sob o título “Entenda o conflito Raposa Serra do Sol”, o qual representa a voz da instância midiática que explica ao leitor a questão indígena Raposa/Serra do Sol. Vejamos:

Entenda o conflito Raposa Serra do Sol

1998

Em 1998 o Ministério da Justiça publica a Portaria nº 820, de 11/12, que declara como de posse permanente indígena a terra Raposa Serra do Sol, com superfície aproximada de 1.678.800 ha e perímetro de 1.000 km.

A partir de então, a Funai e o Incra iniciam o levantamento das benfeitorias realizadas pelos ocupantes da região.

1999

A homologação da Raposa Serra do Sol passa a ser alvo de contestação judicial entre o Estado de Roraima e a União. O Ministério Público Federal pede ao Supremo Tribunal Federal (STF) que se declare competente para julgar as ações de fazendeiros locais contra a portaria 820/98.

2005

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assina decreto que homologa de forma contínua a terra indígena Raposa Serra do Sol. O reconhecimento foi uma reivindicação histórica dos índios da região – etnias Macuxi, Wapixana, Ingarikó, Taurepang e Patamona. Em abril, o STF extingue todas as ações que contestam a demarcação das terras da reserva.

Um dos principais opositores à demarcação, Paulo César Quartiero, é condenado a 12 meses de prisão por agredir um oficial de Justiça encarregado de citá-lo em processo de desocupação de área indígena.

2006

O STF mantém, por unanimidade, decreto sobre a demarcação da reserva.

2007

Junho - O STF determina a desocupação da Raposa Serra do Sol por parte dos não-índios.

Setembro - Líderes indígenas da reserva e representantes do Governo Federal assinam carta-compromisso para evitar conflitos na região.

No documento, representantes das cinco etnias que vivem na reserva afirmam que não querem mais se envolver nos conflitos pela retirada dos não-índios que ainda permanecem no local.

No final do ano, os rizicultores pedem ao Ministério da Justiça que espere a colheita da safra do arroz para deixarem a terra indígena.

São negadas duas liminares que pedem a suspensão da portaria que demarca terra indígena.

O Incra começa o reassentamento dos não-índios da reserva. O órgão pretende reassentar 180 famílias, das quais 130 em lotes de 100 a 500 hectares.

2008

Março - Tendo em vista a escalada de violência no interior da Raposa Serra do Sol, o procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, encaminha recomendação ao presidente da República e ao ministro da Justiça para que promovam a imediata retirada dos ocupantes não-indígenas. A recomendação é enviada a pedido do Ministério Público Federal em Roraima.

Abril - O STF suspende qualquer operação para retirar os não-índios da reserva, impedindo que a Polícia Federal (PF) dê continuidade à Operação Upatakon 3. A decisão é unânime e vale até que a Corte julgue o mérito das ações principais que versem sobre a demarcação da reserva indígena.

Fonte: Ministério da Justiça

É interessante observar que, no *lead* da notícia, encontramos como tema central o fato de que nove índios foram feridos durante ocupação de fazenda, e a matéria jornalística traz como *comentário explicativo* o “conflito Raposa Serra do Sol”. Tal procedimento tende a amenizar o fato principal ou a justificar a ação dos agressores. O verbo “entender”, no imperativo, acaba por ser uma “chamada” para o leitor se posicionar sobre um fato que ele não conhece, como se nas entrelinhas do discurso midiático estivesse a seguinte mensagem: *índios foram feridos, mas tal fato é fruto de um conflito que dura há muito tempo, entenda esse conflito*.

A cronologia apresentada situa-se entre os anos de 1998 e 2008, algo explicável, dado que a instância midiática definiu a questão indígena como conflito, estabelecendo um conflito entre duas partes: índios e não-índios, e, dessa forma, suscitando um embate. Os 10 anos da cronologia ressaltam o processo de desintrusão que culmina em 2008, cujo ano é marcado por ondas de violências e tensões entre índios favoráveis à demarcação da terra e não-índios que possuem propriedades dentro da reserva.

De acordo com dados fornecidos por Almeida e Mura (2003), o processo de reconhecimento da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol é longo, pois desde 1917 foram constituídos Grupos de Trabalho para estudar esse processo de reconhecimento. Muitos foram os grupos constituídos, mas nada resultou de forma favorável para as comunidades indígenas. Por outro lado, a mobilização das comunidades indígenas, para o total reconhecimento de suas terras, intensificou-se a partir dos anos 70.

Então, vale dizer que para entender o “conflito” não basta enquadrá-lo em 10 anos. Dessa forma, o leitor tem uma visão parcial do acontecimento e tem a sua leitura direcionada. Tudo isso, pode evidenciar que o olhar da instância midiática é a favor

dos não-índios e, de certo modo, pode-se caracterizar com um olhar anti-indígena, pois na perspectiva favorável aos índios que reivindicam a demarcação de suas terras, a questão indígena Raposa/Serra do Sol é vista como **reconhecimento** e não como **conflito**.

Após leitura analítica de toda a matéria, podemos concluir que a construção narrativa tende a favor dos não-índios. Um dos primeiros aspectos que pode confirmar tal afirmação é o modo como são descritas as personagens. No esquema anterior sobre as personagens, é visível que os indígenas não possuem nome e a sua atuação é descrita em forma de ataque e não de defensiva, dado que foram eles os agredidos, pois é descrita a invasão. Outro dado, ainda sobre as personagens, é que existe um *déficit* na progressão referencial de algumas delas. Vejamos:

Progressão referencial das personagens da narrativa midiática		
Não-índios	Paulo César Quartiero	“Paulo César Quartiero (DEM)”, “prefeito”, “maior produtor”, “Quartiero”, “rizicultor”.
	Everaldo Eguchi	“delegado federal Everaldo Eguchi”, “chefe de operações da Operação Upatakon 3”, “delegado”, “Eguchi”.
	Júlio Jordão	“secretário de saúde de Pacaraima”.
	Funcionários da fazenda	“funcionários”, “pistoleiros”, “dois homens”, “10 funcionários”
Índios	Indígenas	“Nove índios feridos”, “100 índios ligados ao Conselho Indígena de Roraima (CIR)”, “100 índios”, “nove indígenas feridos”, “os índios”, “indígenas”, “outro índio”, “quatro indígenas do CIR”, “500 índios”, “outros indígenas”.

Tabela 4

Segundo Koch e Elias (2008), o processo de referenciação denomina “as diversas formas de introdução, no texto, de novas entidades ou referentes” (2008, p.123). Ao passo que a progressão referencial significa quando referentes já introduzidos no texto “são retomados mais adiante ou servem de base para a introdução de novos referentes” (ibid., p.123). Na matéria jornalística em questão, a progressão referencial para indígenas é sempre indígenas.

Por esse quadro, constata-se que os não-índios têm nome e sobrenome, têm função social e política, qualidades de empreendedor, tendo um leve apagamento quando é apresentada a categoria “funcionários da fazenda”, mas mesmo assim,

ainda que sem nome e sobrenome, os mesmos têm função social, pois são funcionários da fazenda. Já para os índios, constata-se um apagamento total, pois estes não têm nome e nem sobrenome e representam, na maioria das vezes, números. O máximo do reconhecimento é que estão ligados ao Conselho Indígena de Roraima, ou seja, a uma instituição, e, dessa forma, são caracterizados como seguidores (ou tutelados). São sempre indicados pela palavra “indígena” e o que muda é a quantidade e a situação (feridos).

Essa realidade de apagamento do rosto indígena já foi abordada por Junqueira (2008) quando, em sua obra, ela faz uma crítica ao modo utilizado para a redução da diversidade dos povos indígenas, chamando-os apenas como índios ou indígenas: “Costuma-se chamá-los ‘índios’, como se fossem um povo único e indiferenciado. São, entretanto, grupos étnicos diferentes, com cultura própria; donos de tradições, costumes, língua e história distintos.” (Junqueira, 2008, p.66)

Mas não é só ao rosto indígena que deseja-se cancelar, também a sua voz. Em todo o artigo não encontramos nenhuma voz indígena. As pessoas entrevistadas, ao longo da narrativa, foram o delegado federal e o secretário de saúde de Pacaraima. Isso reforçaria a afirmação de Van Dijk quando ele diz que as minorias têm um acesso bastante restrito às mídias, pois quando são temas nas notícias, na construção das mesmas tem-se sempre a fala de membros majoritários.

Outro aspecto, ainda da análise da matéria, é que o narrador oscila quando fala da ocupação da comunidade indígena: ora chama de ocupação da fazenda, ora de invasão da fazenda. Mas, no *box informativo* “Entenda o conflito Raposa Serra do Sol”, para os não-índios usa o termo “ocupantes da região” (ano de 1998): “a Funai e o Incra iniciam o levantamento das benfeitorias realizadas pelos ocupantes da região”. Até no título da matéria a questão está sob perspectiva de invasão: “Nove índios feridos em invasão à fazenda”.

Sobre as terminologias *invasão* e *ocupação*, Baccega e Citelli (1989), em *Retórica da Manipulação: os Sem-terra nos jornais*, refletem sobre o uso desses vocábulos pelas mídias ao comentar as ações de ocupação do Movimento dos Sem-terra:

Os pares opositivos *invadir* e *ocupar* fixam situações linguisticamente significativas daquilo que chamamos relação retórica-manipulação. Efetivamente, os lexemas *invadir* e *ocupar* promovem conotações completamente diferentes sobre o sentido da ação dos Sem-Terra. *Invadir* carrega semas como “tomar aquilo que não nos pertence”; já o lexema *ocupar* nos indica semas como “estar em lugar devoluto”. Assim poderíamos ter de, retoricamente, partir de um mesmo pressuposto, espécie de lexema

de anterioridade, determinado por um elemento espacial, a *terra* e pelos pontos de vista ideológicos sobre ela. (Baccega e Citelli, 1989, p.24)

Palavras como *conflito*, *invasão*, *indígenas*, ao invés de *reconhecimento*, *ocupação*, *nome próprio/etnia*, e vice-versa, acabam por revelar o tratamento dado aos índios e não-índios, pois como diz Baccega (1995), elas têm vida, preenchendo-se de significados, mascarando-se (Baccega, 1995, p.6). A esse propósito, a autora comenta: “Afirmar que os portugueses ‘descobriram Angola em 1492 e o Brasil em 1500 é sabiamente diferente de conhecer que os portugueses *chegaram* ao Brasil em 1500 e a Angola em 1492.” (Baccega, 1995, p.9) Com isso, queremos dizer que a escolha do léxico para descrição da ação de determinado grupo, reflete os sistemas de valores que cada um traz em si.

Baccega compara a escolha do léxico com o processo fotográfico de um homem que fotografa a realidade:

é ele quem escolhe o quê e em que perspectiva fotografar. Também é ele quem vai revelar essas fotos, escurecendo ou clareando este ou aquele ponto, inserindo figuras por inteiro, recortando-as, para torná-las mais adequadas, mais convenientes. (Baccega, 1995, p.12)

Tal exemplo é para lembrarmos que a fotografia não é a realidade em si, e para o nosso caso, a notícia de um acontecimento não é a máxima verdade e é nela que a instância midiática exprime o seu poder simbólico ao fazer o tratamento do acontecimento bruto.

Ao fim dessa análise, poderíamos nos perguntar: *como a instância receptora interpretará esse mundo comentado? Para quem o jornal está falando?* Mas, procedamos ainda com a análise e levemos conosco tais questionamentos.

4.2.2 Matéria jornalística A2

A **matéria jornalística A2** apresenta os desdobramentos ainda do dia anterior. O título principal da matéria é: “*TIROS DURANTE INVASÃO – Quartiero diz que foi legítima defesa*”. É constituída por quatro partes, sendo um título principal de abertura da narrativa e mais três sub-títulos. As duas primeiras partes poderíamos considerar como um capítulo, pois narra especificamente a permanência dos indígenas na fazenda, ou seja, a manifestação deles e traz, também, a fala de Paulo César Quartiero que defende a ação de seus funcionários.

As outras duas partes constituiriam outro capítulo, pois narram a manifestação daqueles que são contrários à demarcação e homologação da reserva indígena. Essa manifestação aconteceu na capital, no coração da cidade de Boa Vista, no Centro Cívico. Dessa forma, considerando as quatro partes reunidas, conforme tema, em capítulos, teríamos claramente delimitado o espaço para ambas: o primeiro capítulo teria como espaço da narrativa a própria reserva indígena, o segundo capítulo teria como espaço da narrativa a cidade. Indo mais além na leitura analítica, a marcação dos espaços evidenciaria o velho e desgastante embate entre indígenas e colonizadores, entre o que é considerado primitivo e o que é considerado civilizado. Entremos no primeiro capítulo da narrativa.

Iniciemos pelo título principal: “*TIROS DURANTE INVASÃO – Quartiero diz que foi legítima defesa*”. O termo “legítima defesa”, o qual encontra-se no artigo 23 do Código Penal, de acordo com Leite [s.d.], designa

a defesa necessária utilizada contra uma agressão injusta, atual ou iminente, contra direito próprio ou de terceiro que inclui sempre o uso moderado, proporcional e necessário. (Leite, [s.d.])²⁸

O seu uso ligado ao fato comentado reforça, juridicamente, que foram os indígenas a agredir por primeiro e que ainda perturbavam a ordem pública. O leitor é, de certo modo, conduzido pela narrativa midiática a se posicionar com o lado contrário aos indígenas. Leite [s.d.] lembra ainda que quando um cidadão age em legítima defesa, ele está atuando no lugar do Estado, o qual deveria prezar pela segurança pública. Vejamos o que diz a autora:

O indivíduo quando repelindo as agressões atuais e injustas a direito seu, atua em franca substituição do Estado que nem sempre pode atuar em todos os lugares e ao mesmo tempo, através de seus agentes. E, cada vez mais na pele do cidadão comum, arde tal verdade, em face da completa falência e ingerência da segurança pública notadamente nas grandes cidades.

Essa situação de agir em legítima defesa, aqui no caso analisado, e por se tratar de uma ação contra os povos indígenas, leva-nos a comparar com as guerras justas instituídas contra os povos indígenas, do período colonial, as quais eram justificadas quando os colonos eram atacados por indígenas ou quando se sentiam ameaçados e, quase sempre, como foi comentado por Farage (1991), eram praticadas de modo arbitrário.

²⁸ Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=541>>.

Dando continuidade à nossa análise, destacamos os cinco primeiros parágrafos como *abertura da narrativa*:

1. Em entrevista à Folha, o prefeito de Pacaraima e rizicultor Paulo César Quartiero (DEM) confirmou a informação de que os índios do Conselho Indígena de Roraima (CIR) foram feridos por seus funcionários, no entanto disse que eles agiram em legítima defesa.
2. “Dei a recomendação para que não deixassem ninguém invadir a fazenda e dei ordens para que atuassem conforme a situação. Como eles foram recebidos a flechadas e estavam em um número menor, reagiram atirando até para salvarem suas vidas”, defendeu seus funcionários.
3. Conforme Quartiero, caso a ordem e segurança pública não sejam instaladas, ele mesmo irá ao local da invasão para impedir a ação dos indígenas.
4. “As polícias Federal, Civil e Militar dizem que nada podem fazer para conter as ações dos índios que estão invadindo a minha propriedade. Mas se preciso for, eu mesmo irei proteger as minhas terras”, disse.
5. Há a informação extra-oficial de que centenas de índios que defendem a permanência dos produtores de arroz na Raposa Serra do Sol estariam se deslocando hoje para fazenda Depósito para defender a propriedade de Paulo César Quartiero.

No primeiro parágrafo, o *lead* nos responde às duas perguntas: “*o que?*” e “*por quê?*”. De acordo com o título principal da matéria, as questões seriam:

(a) O que?

“o prefeito de Pacaraima e rizicultor Paulo César Quartiero (DEM) confirmou a informação de que os índios do Conselho Indígena de Roraima (CIR) foram feridos por seus funcionários”.

(b) Por quê?

Os funcionários “*agiram em legítima defesa.*”

Assim, ao compararmos com a **matéria jornalística A1**, esta matéria apresenta outra informação importante ao leitor: aquela de que os funcionários agiram em legítima defesa, ou seja, para se defender dos ataques dos indígenas, os quais receberam os funcionários a flechadas, segundo declaração de Quartiero.

Nessa *abertura da narrativa*, temos três informações. A primeira informação é de que foram os indígenas a atacar, por isso, a consequência foi o ferimento. Encontramos evidência de que os indígenas estão no ataque nas seguintes frases:

- “o prefeito de Pacaraima e rizicultor Paulo César Quartiero (DEM) confirmou a informação de que os índios do Conselho Indígena de Roraima (CIR) foram feridos por seus funcionários, no entanto disse que eles agiram em legítima defesa.”
- “‘como eles foram recebidos a flechadas e estavam em um número menor, reagiram atirando até para salvarem suas vidas’, defendeu seus funcionários.”
- “Conforme Quartiero, caso a ordem e segurança pública não sejam instaladas, ele mesmo irá ao local da invasão para impedir a ação dos indígenas.”

Em outras palavras: foram os indígenas que atacaram primeiro, fizeram uso de arcos e flechas, estão perturbando a ordem e a segurança pública do local.

A segunda informação é aquela de que as Polícias Federal, Civil e Militar não conseguem conter a ação dos indígenas, ou seja, são eles os infratores. Dessa forma, o foco da atenção não são os pistoleiros e sim os indígenas.

A terceira informação refere-se aos indígenas. Entre eles há divisão: existe um grupo favorável e outro contrário à demarcação. Este, também em grande número, estaria se dirigindo ao local da fazenda.

Encontramos na *abertura da narrativa* o acionamento de estereótipo de indígena:

“Dei a recomendação para que não deixassem ninguém invadir a fazenda e dei ordens para que atuassem conforme a situação. Como eles foram recebidos a flechadas e estavam em um número menor, reagiram atirando até para salvarem suas vidas”, defendeu seus funcionários.

O acionamento do estereótipo de indígena dá-se para justificar um ato criminoso, e pode amenizar o ato em si, pois, em nosso imaginário social, um dos estereótipos de indígena é aquele primitivo que deve ser domado e é considerado como ameaça. Quanto ao estereótipo de indígena, Santilli (2000), apresenta uma pesquisa, idealizada pelo ISA (Instituto Socioambiental) e realizada pelo Ibope (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística), por ocasião das comemorações dos 500 anos de Brasil.

O autor comenta que ainda existem visões estereotipadas e contraditórias sobre os indígenas, desde o início da colonização, com os primeiros contatos. E dessa forma, teríamos duas vertentes para a imagem de indígena: uma das vertentes seria

aquela do “bom selvagem”, a imagem do indígena “em sintonia perfeita com a natureza, desprovido da maldade européia, heróico por existir” (Santilli, 2000, p.43), muito difundida pela literatura; a outra vertente seria aquela antropofágica, “assustada com a reação violenta de grupos indígenas ao processo de colonização” (Santilli, 2000, p.43). Segundo Santilli, esta vertente “justificou as mais violentas políticas de extermínio físico de índios.” (Santilli, 2000, p.44) Ainda nas palavras do autor:

A qualquer tempo podemos encontrar nas ruas pessoas que reproduzem essas visões estereotipadas. Elas são reforçadas o tempo todo pela literatura e pela mídia. Se um índio estupra, ressurgem o estereótipo do índio violento. Se é assassinado, torna-se candidato a santo. Como os índios são os outros, que se definem por oposição a nós, não devem ser gente como nós. Se forem, correm o risco simbólico de estarem deixando de ser índios. (Santilli, 2000, p.44)

Quanto à pesquisa, o autor diz que para as perguntas que incorporavam essas duas visões estereotipadas, as respostas reafirmaram as mesmas.

A instância midiática faz uso de um desses estereótipos, pois é de sua competência a estruturação da narrativa, ainda que a fala seja do produtor, pois como diz Reuter (2002), na narrativa,

o narrador, pelo próprio fato de contar, assume duas funções básicas: a *função narrativa* (ele conta e evoca um mundo) e a *função de direção* ou controle (ele organiza a narrativa, na qual insere e alterna narração, descrições e falas das personagens). (Reuter, 2002, p.64)

Apoiando-se na declaração de Quartiero de que os funcionários agiram em legítima defesa para se defender do ataque dos indígenas, que estavam em maior número e armados com flechas, a instância midiática acaba contribuindo para a manutenção do repertório de estereótipo de indígena, e aquele estereótipo do selvagem violento. É o que já dizia Lippmann:

As mais sutis e difundidas de todas as influências são aquelas que criam e mantêm o repertório de estereótipos. Conta-nos sobre o mundo antes de nós o vemos. Imaginamos a maior parte das coisas antes de as experimentarmos. (Lippmann, 2008, p.92)

Ainda no que seria o primeiro capítulo da narrativa, teríamos um sub-capítulo, intitulado “Índios permanecem na fazenda”. No espaço da reserva, a jornalista conta

como continuou a ocupação feita pelos indígenas, após o ataque que resultou nove feridos. Consideramos esse trecho como a *reconstituição do fato*, a qual deverá ser levada em consideração juntamente com a primeira reconstituição, feita na **matéria jornalística A1**. Naquela, a reconstituição se dava por uma das personagens da narrativa midiática, ou seja, pelo relato do delegado federal Everaldo Eguchi, como *fonte externa à mídia*. Nesta, a reconstituição é feita pelo próprio narrador midiático, o qual assume a função de *fonte interna à mídia*. É sob seu olhar que tudo é narrado:

1. A Folha chegou à região do conflito por volta do meio-dia, em um carro próprio. Já dentro da terra indígena, a poucos quilômetros da Vila Surumu, a equipe de reportagem cruzou com o carro da Fundação Nacional do Índio (Funai) que socorria os indígenas e com o veículo da Polícia Federal que levava quatro índios do CIR para prestar declarações no posto da PF em Pacaraima.
2. Depois de presenciar o embarque da aeronave da Funai que socorria os índios, ao chegar em Surumu, a equipe seguiu para a região do conflito, distante 6 quilômetros da sede da vila, onde foi realizada a invasão, nos fundos da fazenda Depósito, a maior localizada na terra indígena Raposa Serra do Sol.
3. No local havia aproximadamente 70 índios dentro da propriedade, armados de foices, terçados e bastante nervosos. Uma índia, de aproximadamente 40 anos, gritava que seu marido estava entre os feridos e que ele iria morrer. Mas disse que mesmo assim iria permanecer no local até que o arrozeiro Paulo Quartiero saísse da terra indígena. Também havia sangue no local e em uma das viaturas da PF.
4. Os índios, que já haviam levantado três barracões, construíram mais quatro até às 15h. Ao mesmo tempo, um caminhão se deslocou três vezes até a sede da vila trazendo mais índios para o local da ocupação.
5. Apenas três homens da Força Nacional de Segurança e um policial federal permaneciam no local do conflito, em duas viaturas. Por volta das 13h, outros 16 homens chegaram em mais viaturas para reforçar o policiamento.
6. A equipe de reportagem se deslocou até a sede de Pacaraima onde entrevistou o delegado Everaldo Eguchi e o secretário municipal de Saúde, Júlio Jordão. Ainda registrou a remoção dos feridos do Hospital de Pacaraima para Boa Vista na aeronave da Funai.

Vejamos as seqüências das ações apresentadas pelo narrador midiático:

- A equipe do jornal chega ao local no início da tarde (12h);
- A equipe cruza com os carros da Funai, que prestava socorro aos indígenas feridos, e da Polícia Federal, que levava quatro indígenas para prestar declarações no Posto da PF, localizado em Pacaraima;

- A equipe encontra um grupo grande de indígenas armados com foices e terçados, os quais estavam bastante nervosos;
- Uma mulher indígena gritava que o seu marido iria morrer, mas mesmo assim, iria permanecer no local da manifestação;
- Até às 15h, os indígenas construíram mais barracas no local da ocupação;
- Estão presentes, para manter a segurança no local, apenas quatro homens do efetivo de policiais;
- Por volta das 13h, chegam ao local mais 16 homens para reforçar o policiamento;
- A equipe se dirige até a sede do município de Pacaraima, para entrevistar o delegado federal e o secretário de saúde de Pacaraima;
- A equipe registra a remoção dos feridos, em aeronave da Funai, para o hospital da cidade de Boa Vista.

Poderíamos nos perguntar: por que a instância midiática, dado que foi até o local do acontecimento, na sua narração, não apresentou nenhuma entrevista com os indígenas? Por que não se fala da filmagem feita por um dos indígenas, dado que o produtor Quartiero diz algo que não aconteceu e ainda usa de estereótipos para justificar um ato criminoso? Por que os feridos são feridos e não são vítimas de um atentado violento?

Apesar do narrador midiático não comentar a existência de arco e flecha, objetos utilizados para acionar o estereótipo de indígena, na voz de Quartiero, destacamos que a descrição da tensão no local do conflito, sob sua observação, contribui para alimentar o estereótipo acionado, pois enfatiza os indígenas como nervosos e perigosos: “havia aproximadamente 70 índios dentro da propriedade, armados de foices, terçados e bastante nervosos”, ou seja, o número é relevante e os mesmos estão “armados” e nervosos, suscitando uma situação de perigo, pois o policiamento no local é escasso:

Apenas três homens da Força Nacional de Segurança e um policial federal permaneciam no local do conflito, em duas viaturas. Por volta das 13h, outros 16 homens chegaram em mais viaturas para reforçar o policiamento.

O modalizador “apenas” aparece na voz do narrador midiático e salienta a presença de sua subjetividade, pois se esse modalizador não estivesse no texto, a redação teria outro tom: “Três homens da Força Nacional e um policial federal permaneciam no local do conflito...” A palavra “apenas” reforça a idéia construída na

narrativa de que indígenas nervosos e armados é sinal de perigo, pois para os 70 indígenas há *apenas* um número insignificante de efetivo policial.

Além de alimentar o estereótipo de indígena, o narrador contribui para reforçar a declaração de Quartiero, aquela de que seus funcionários agiram em legítima defesa. Pois com uma descrição que evidencia os indígenas como nervosos, o leitor é levado a considerar que a afirmação de Quartiero é conivente. A narração feita pela instância midiática, para o leitor, torna-se uma fotografia da fala de Quartiero.

Vejamos, agora, o que consideramos como segundo capítulo da narrativa. Em uma narrativa, o narrador onisciente tem a capacidade de passar de um espaço a outro (cf. Reuter, 2002, p.77). É justamente o que acontece nessa matéria analisada. Nesse segundo capítulo, o narrador nos conta sobre a manifestação daqueles que são contrários à demarcação da reserva indígena, ou seja, ele deixa a reserva indígena e passa para o centro da capital de Roraima. O segundo capítulo é constituído por mais dois sub-capítulos. O primeiro intitula-se “Militares da reserva e rizicultores fazem manifestação no Centro Cívico”:

1. Com faixas e cartazes, a Associação dos Militares da Reserva de Roraima, rizicultores e outras entidades pediram atenção dos governos para as ações praticadas por Organizações Não-Governamentais (ONGs) que, segundo eles, ameaçam a soberania nacional.
2. Segundo o reservista Egídio Faitão, a manifestação não tem o objetivo de demonstrar nenhum tipo de revanchismo, mas explicitar que a categoria está atenta para os problemas ocorridos no Estado nos últimos meses e que podem vir a afetar a soberania nacional.
3. “Estamos usando o princípio da liberdade, da vigilância cívica e patriótica”, disse complementando que um dos organismos responsáveis pelos conflitos que estão acontecendo do Estado são as *Ongs* que atuam na Amazônia. “É vergonhoso como as *Ongs* sopram a discórdia e a segregação social. Elas criam conflitos e plantam hoje sementes para fragmentar e facilitar a intervenção dos países europeus e da América no Brasil”, disse.
4. Ele citou como exemplo fatos que já estariam ocorrendo em países como a Bolívia, onde alguns estados estão pedindo independência. Faitão acredita que a intenção dos organismos internacionais é dividir a Amazônia em blocos (que seriam as reservas indígenas) para facilitar a intervenção e o domínio da Amazônia.
5. “Desde a época da colonização esses países já demonstravam cobiça sobre essa região. Com essa fragmentação, fica bem mais fácil uma intervenção internacional, assim como eles fizeram com a Iugoslávia, hoje dividida em vários países”, disse.
6. Outro militar da reserva, Paulo César, alegou que muitas comunidades indígenas estão se julgando acima da lei, pois mesmo com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de suspender a retirada de não-índios da reserva Raposa Serra do Sol, até o julgamento do mérito da questão, uma fazenda foi invadida por indígenas, armados de flechas.

7. “Se é para cumprir a lei, então que cumpramos todos. Os índios por acaso estão acima da lei? A Polícia Federal tem que agir nessa situação. Hoje estamos perdendo o direito de ir e vir em nosso Estado, porque os indígenas já param o cidadão na estrada, proíbem a entrada, ameaçam com flechas”, disse.

Esse trecho, constituído por sete parágrafos, ao analisarmos o título, comparando-o com aquele “Indígenas permanecem na fazenda”, temos a impressão inicial de que o narrador nos contará também sobre a outra manifestação, aquela contrária à demarcação da reserva indígena. Mas a narrativa segue a sua evolução para explicitar julgamentos sobre a demarcação da terra.

Já havíamos dito antes que não foi apresentada nenhuma fala que representasse a comunidade indígena. E avaliamos tal situação como uma confirmação da teoria de Van Dijk, que diz que, na construção da notícia, as minorias não têm espaço e não são consideradas como texto-fonte crível.

Dessa forma, qualificamos as falas dos militares entrevistados, que o narrador apresenta na narrativa em discurso direto, como uma fonte externa à mídia, sob a categoria de especialista, pois são militares da reserva do Exército Brasileiro e o tom da argumentação gira em torno da soberania nacional: (a) “*Estamos usando o princípio da liberdade, da vigilância cívica e patriótica*”; (b) “*É vergonhoso como as Ongs sopram a discórdia e a segregação social. Elas criam conflitos e plantam hoje sementes para fragmentar e facilitar a intervenção dos países europeus e da América no Brasil*”; (c) “*Desde a época da colonização esses países já demonstravam cobiça sobre essa região. Com essa fragmentação, fica bem mais fácil uma intervenção internacional, assim como eles fizeram com a Iugoslávia, hoje dividida em vários países*”.

No último sub-capítulo, intitulado “Rizicultores ficam sabendo de invasão durante manifestação”, temos os seguintes parágrafos:

1. O rizicultor Agenor Faccio lembra que a questão da retirada dos não-índios da Raposa Serra do Sol não é só dos rizicultores, e sim de toda a sociedade. “Por isso viemos aqui unir forças nessa manifestação”, disse. Ele cultivava arroz há 30 anos na região do Surumu e disse ter ficado preocupado com a notícia recebida durante a manifestação de que uma fazenda foi invadida por índios na região de Surumu, entrada principal da terra indígena.
2. “Esperamos que a Polícia Federal esteja lá realmente para manter a ordem. Nós estamos aguardando a decisão da Justiça, só que os indígenas não estão”, disse.
3. A esposa de um rizicultor que também tem propriedade na região dos conflitos, Regina Barili, disse que a sensação da família é de total

insegurança nesse momento. “Estamos aqui para apoiar a manifestação, porque essa é uma questão que vai bem além dos rizicultores. Agora fiquei sabendo da invasão de uma fazenda e fiquei preocupada. Nós trabalhamos e lutamos a vida toda e agora somos tratados como invasores. É uma pena que os direitos humanos não são para seres humanos direitos”, disse.

Nesses três parágrafos, o *mundo comentado*, ou seja, a outra manifestação, que ocorre na capital de Roraima, as personagens continuam a ter nome, sobrenome e função social. Diferentemente para as personagens da outra manifestação, aquela que ocorre na reserva indígena em litígio.

Consideramos esse último trecho como a *conclusão da narrativa*, o que não significa ser a conclusão do fato em si. Mas é interessante observar que a *conclusão da narrativa* termina com a voz não-índia: “Estamos aqui para apoiar a manifestação, porque essa é uma questão que vai bem além dos rizicultores. Agora fiquei sabendo da invasão de uma fazenda e fiquei preocupada. Nós trabalhamos e lutamos a vida toda e agora somos tratados como invasores. É uma pena que os direitos humanos não são para seres humanos direitos”. E desse discurso reportado pela jornalista, permanece a última palavra, aquela de que “os direitos humanos não são para seres humanos direitos”. E os indígenas, quem são eles e quais os seus direitos?

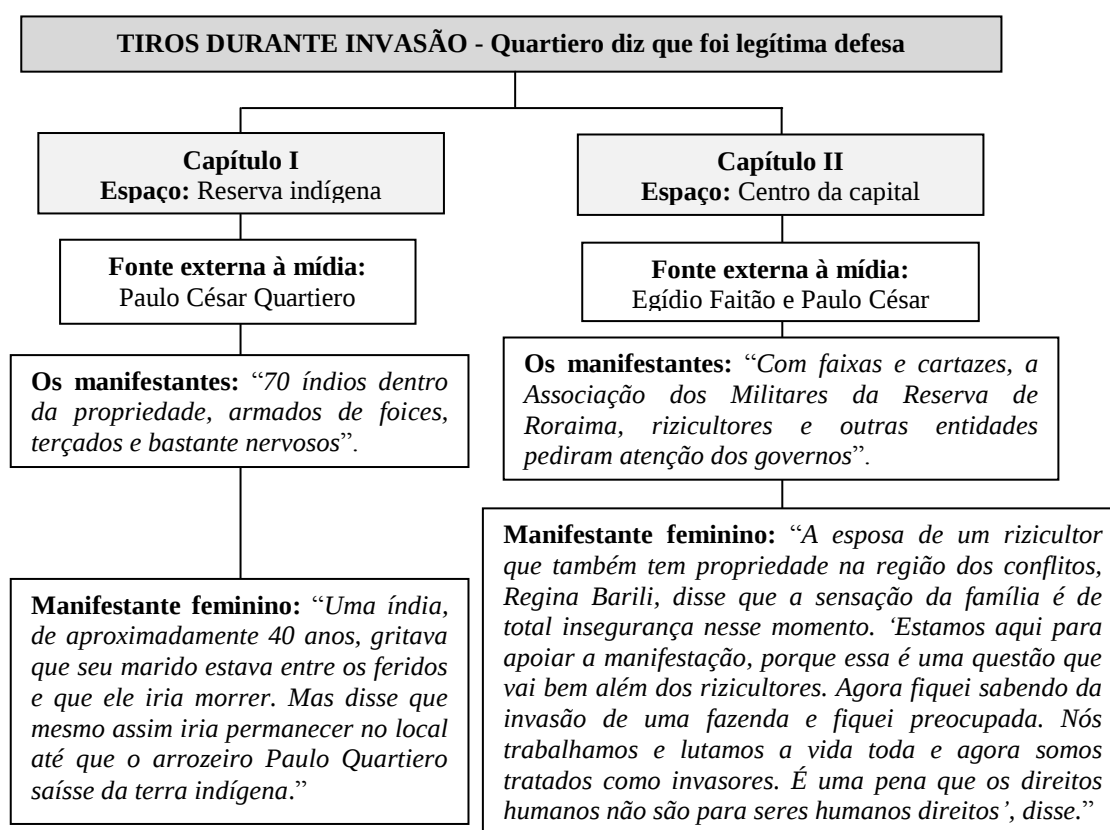
Interessante também é o título dado pelo narrador midiático: “Rizicultores ficam sabendo de invasão durante manifestação”. Por que não dizer dessa forma: “Rizicultores ficam sabendo da agressão aos índios”. Charaudeau (2007) diz que um acontecimento para ser noticiado deve apresentar um *caráter de novidade*, ou seja, que apresente um elemento novo, desconhecido pelo público. No *lead* da matéria jornalística A1, o tema principal, o caráter de novidade, era a agressão que os indígenas sofreram. Porém, após leitura das duas matérias, veiculadas no mesmo dia, surgem alguns questionamentos, tais como: Para as matérias analisadas, onde estaria o caráter de novidade? No fato de que um grupo de indígenas foi ferido de modo desleal? Ou no fato de que os indígenas “invadiram” uma das maiores fazendas que fica localizada dentro da reserva?

Conforme observado na **matéria jornalística A1**, a progressão referencial continua com a mesma dinâmica, sem nenhuma alteração, pois os indígenas são retomados como indígenas novamente e nesta matéria (A2) reforça-se o estereótipo de indígena.

Ao fim da análise desta matéria jornalística, percebemos que, para os dois espaços (reserva indígena/ centro da cidade), existem pontos em comuns, tais como: a presença de *fontes externas à mídia* para ambos os espaços; a descrição dos locais das manifestações; e a menção e fala de manifestantes femininos para ambos os

espaços. Porém, esse paralelismo não é sinal de igualdade de tratamento, sendo que as *fontes externas à mídia* representam a voz não-indígena; na descrição dos locais das manifestações, de um lado, os instrumentos utilizados simbolizam atitude de guerra, e do outro lado, simbolizam atitude de manifestação pacífica; na menção dos manifestantes femininos tem-se tratamento diferente para ambas. Ponto negativo para a instância midiática é o fato de novamente não recorrer a nenhuma *fonte externa à mídia* que tenha ligação com o movimento indígena.

Visualizemos por meio do esquema abaixo:



Esquema 2

Dessa forma, constatamos que, mais uma vez, o tratamento dado, na construção da notícia, para indígenas e não-indígenas tem uma grande diferença. Isso faz com que a instância midiática seja considerada como uma elite simbólica que exclui as minorias, segundo palavras de Van Dijk (2008).

4.2.3 Matéria jornalística B1

As próximas duas matérias comentam a visita extraordinária do então ministro da Justiça, Tarso Genro. O ministro encontrava-se em Manaus e, ao saber do ocorrido

na Fazenda Depósito, resolveu visitar a reserva indígena em litígio. A partir desse momento, o *fato/mundo a comentar* passa a ser a visita do ministro. Mas esse fato tem a sua origem naquele fato de que índios foram feridos por pistoleiros, durante ocupação da fazenda. Porém, em ambas as matérias, o narrador midiático continua a classificar o fato ocorrido como um conflito entre indígenas e funcionários da fazenda, em decorrência da “invasão” dos indígenas.

Na **matéria jornalística B1**, intitulada “*FAZENDA DEPÓSITO – Ministro negocia saída de indígenas*”, destacamos como *abertura de narrativa* o primeiro parágrafo:

1. Na rápida visita a Roraima para verificar os desdobramentos do conflito dentro da terra indígena Raposa Serra do Sol, que resultou em nove indígenas baleados, o ministro da Justiça, Tarso Genro, pediu ontem aos indígenas que invadiram a fazenda Depósito que esperassem a decisão do Supremo Tribunal Federal, uma vez que todos estão submetidos às decisões judiciais.

Esse parágrafo pode ser considerado o *lead* da notícia também. Vejamos:

(a) O que?

“o ministro da Justiça, Tarso Genro, pediu ontem aos indígenas que invadiram a fazenda Depósito que esperassem a decisão do Supremo Tribunal Federal, uma vez que todos estão submetidos às decisões judiciais.”

(b) Quem?

Tarso Genro, ministro da Justiça.

(c) Quando?

“Na rápida visita a Roraima para verificar os desdobramentos do conflito dentro da terra indígena Raposa Serra do Sol, que resultou em nove indígenas baleados”.

(d) Onde?

Terra Indígena Raposa Serra do Sol, Roraima.

(e) Por quê?

Ele foi até o local do incidente para “*verificar os desdobramentos do conflito dentro da terra indígena Raposa Serra do Sol, que resultou em nove indígenas baleados*” e também para pedir “*aos indígenas que invadiram a fazenda Depósito que esperassem a decisão do Supremo Tribunal Federal, uma vez que todos estão submetidos às decisões judiciais.*”

Os indígenas mais uma vez são colocados em situação negativa, pois são invasores e são infratores da lei: *“pediu ontem aos indígenas que invadiram a fazenda Depósito que esperassem a decisão do Supremo Tribunal Federal, uma vez que todos estão submetidos às decisões judiciais.”* O ministro situa-se na narrativa midiática como um mediador entre a sociedade envolvente e os povos indígenas. Reforça-se também aquele aspecto de tutela que o Estado exerce sobre os povos indígenas, pois, segundo a jornalista, ele foi “verificar os desdobramentos do conflito” e pedir para que os indígenas esperem a decisão do STF. Mas, por que não construir uma narrativa em que o ministro possa ter ido ao local do atentado se solidarizar com os povos indígenas e dessa forma orientá-los para que tenham paciência?

A nosso ver, dizer que ele veio verificar os desdobramentos do conflito é já colocar na ação do ministro o pressuposto de ele ter conhecimento que indígenas e pistoleiros viveram um embate, enquanto que o vídeo (já esquecido) diz o contrário: não teve embate, mas um ataque desleal. Em outras palavras queremos dizer: os desdobramentos do conflito, que o ministro veio verificar, são enquadrados, pela instância midiática, na “invasão” feita pelos indígenas e não no atentado violento e unilateral, conforme o registro do vídeo. Onde está o conflito aí? No atentado ou na invasão? Por que inculcar no leitor que o resultado de indígenas feridos é devido à ação deles de terem invadido uma propriedade? Estipula-se assim a lei de causa e consequência: indígenas são feridos porque são invasores, ou seja, porque são invasores eles foram feridos.

A *reconstituição do fato*, a visita do ministro, é construída entre os parágrafos 2 e 7:

2. A informação foi prestada à imprensa no final da tarde de ontem pelo superintendente da Polícia Federal, José Maria Fonseca, que acompanhou o ministro durante sua passagem por Roraima. Além de pedir paciência aos índios e apresentar argumentos, Genro teria convencido os que invadiram a fazenda para deixarem a área.
3. “Eles (indígenas) estavam próximos das margens da rodovia e, depois de conversar com o ministro, concordaram em levantar acampamento e aguardar a decisão do Supremo. Nós estivemos lá, o ministro pediu e houve uma negociação com a coordenação local da Upatakon. Eles se comprometeram em desocupar o local”, disse Fonseca.
4. A fazenda é de propriedade do prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero, o maior produtor de arroz da região, que defende a revisão da homologação da terra indígena, excluindo as áreas de plantio de arroz. Os índios que ocuparam a propriedade são ligados ao Conselho Indígena de Roraima (CIR), que defende a demarcação contínua da área e a retirada dos produtores de arroz e de todos os não-índios.

5. Outro pedido do ministro, conforme o superintendente da PF, foi para que nenhum dos índios tomasse qualquer “iniciativa ou retaliação”, mas que deixassem as ações policiais para a Polícia Federal e Força Nacional de Segurança.
6. Segundo Fonseca, a orientação do ministro foi para que a ação policial dentro da reserva seja pautada no cumprimento da lei, evitando confronto de um lado e de outro, para que a paz seja estabelecida até uma decisão do STF. “A recomendação dele [ministro] é que não haja exageros, mas que seja feito o uso, tão somente, do necessário para conter a situação e manter a paz”.
7. O ministro Genro, que estava em Manaus (AM) participando da posse do novo superintendente do Amazonas, falou sobre o conflito registrado na última segunda-feira e declarou que a PF abriu inquérito para apurar o atentado à bala aos indígenas, e que os responsáveis serão punidos. O ministro sobrevoou a área na companhia do diretor-geral da PF.

Como *fonte externa à mídia*, na categoria *institucional*, temos José Maria Fonseca, superintendente da Polícia Federal. Por meio dele, podemos reconstituir a visita do ministro, que foi até o local do atentado e dialogou com os indígenas:

- O ministro pediu aos indígenas para que tenham paciência e apresentou argumentos que teriam convencido os “invasores” a deixar a fazenda ocupada;
- O ministro pediu aos indígenas para que não tomassem nenhuma iniciativa ou retaliação, deixando as ações para a Polícia Federal e Força Nacional de Segurança;
- O ministro orientou a ação policial dentro da reserva, para que se evite confronto e se estabeleça a paz;
- O ministro declara que a Polícia Federal abriu inquérito para investigar o atentado contra os indígenas, para punir os responsáveis;
- Por fim, o ministro sobrevoou a reserva indígena.

Destacamos que a instância midiática apresenta dois *comentários explicativos*. O primeiro, no parágrafo 4, para explicar ao leitor o porquê da ocupação da Fazenda Depósito:

A fazenda é de propriedade do prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero, o maior produtor de arroz da região, que defende a revisão da homologação da terra indígena, excluindo as áreas de plantio de arroz. Os índios que ocuparam a propriedade são ligados ao Conselho Indígena de Roraima

(CIR), que defende a demarcação contínua da área e a retirada dos produtores de arroz e de todos os não-índios.

O segundo comentário, no parágrafo 7, seria para explicar a vinda rápida do ministro Tarso Genro a Roraima:

O ministro Genro, que estava em Manaus (AM) participando da posse do novo superintendente do Amazonas, falou sobre o conflito registrado na última segunda-feira...

A **matéria jornalística B1** é composta por duas partes. A segunda parte da matéria intitula-se “STF autoriza diligências na Raposa e Quartiero é preso”. Em continuidade com o tema abordado no oitavo parágrafo da primeira parte da matéria, os fatos comentados aqui são: a atuação futura da Polícia Federal e Força Nacional de Segurança e a prisão de Quartiero, o proprietário da Fazenda Depósito. Vejamos:

1. A pedido da Advocacia-Geral da União (AGU), o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou a Polícia Federal e a Força Nacional de Segurança (FNS) a entrarem em todas as áreas da Raposa Serra do Sol, para manter a tranquilidade, coibir abusos, garantir a paz, a ordem e evitar novos conflitos. Os policiais, que se deslocaram para a área na madrugada de ontem, aguardavam apenas a autorização judicial para entrar nas propriedades.
2. O superintendente da PF, José Maria Fonseca, negou que houvesse mandado de prisão contra o rizicultor e prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero, mas confirmou a prisão. Quartiero seria trazido para Boa Vista.
3. “O que tem é uma autorização para entrar em todas as áreas da reserva, em qualquer que seja ela, porque é território da União, então está autorizado pelo STF entrar em qualquer ponto daquela reserva e, se houver armas, que sejam apreendidas, retiradas do local e presas em flagrante as pessoas que forem encontradas armadas ou qualquer explosivo”.
4. Ainda em Manaus, o ministro da Justiça, Tarso Genro, confirmou que o ministro do Supremo Tribunal Federal, Ayres Brito, autorizou as diligências dentro da terra indígena, a fim de “evitar novos confrontos”.
5. “Ele (ministro) sabe que o pedido não se trata de qualquer desrespeito à determinação tomada pelo Supremo”, disse Genro, que esteve em Roraima motivado pelo conflito desta semana. (RL)

Consideramos essa segunda parte como a *conclusão da narrativa*. As falas reportadas, que comentam tanto a prisão de Quartiero quanto a autorização do STF para as diligências dentro da reserva indígena, são manifestadas em discurso direto e podemos caracterizá-las como *comentários explicativos* para as ações comentadas:

- Prisão de Quartiero: *“O que tem é uma autorização para entrar em todas as áreas da reserva, em qualquer que seja ela, porque é território da União, então está autorizado pelo STF entrar em qualquer ponto daquela reserva e, se houver armas, que sejam apreendidas, retiradas do local e presas em flagrante as pessoas que forem encontradas armadas ou qualquer explosivo”.*
- Diligências na reserva indígena: *“Ele (ministro) sabe que o pedido não se trata de qualquer desrespeito à determinação tomada pelo Supremo”, disse Genro, que esteve em Roraima motivado pelo conflito desta semana.*

O clima de suspense, muito presente nas narrativas, é suscitado, na narrativa midiática, pela movimentação da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança, descrita nos parágrafos que consideramos a *conclusão da narrativa*. Assim sendo, essa narrativa midiática continua em aberto, pois a sua conclusão não quer dizer necessariamente que o fato foi concluído. Salientamos, também, que essa tensão apresentada na narrativa midiática reforça a idéia de conflito e sabemos que a situação, o fato em si, não é uma situação de conflito entre indígenas e pistoleiros (funcionários da fazenda), mas é uma situação de desrespeito contra os povos indígenas.

De modo geral, partindo do título da matéria, a temática principal é a propriedade invadida. O narrador midiático, ao comentar a visita extraordinária do ministro da Justiça, apresenta elementos de que a novidade a ser apresentada ao leitor é a invasão da Fazenda Depósito por indígenas ligados ao Conselho Indígena de Roraima. A reconstituição da visita do ministro gira em torno do convencimento dos indígenas para que saiam da fazenda. Vejamos quais seriam esses elementos:

- O título da matéria, o qual é constituído de um título de abertura e mais um subtítulo: *“FAZENDA DEPÓSITO – Ministro negocia saída de indígenas”*;
- O narrador midiático ao falar dos indígenas envolvidos no fato do dia 05 de maio de 2008, na maioria das vezes, identifica-os como aqueles que invadiram uma propriedade privada: *“indígenas que invadiram a fazenda Depósito”* (parágrafo 1); *“Genro teria convencido os que invadiram a fazenda para deixarem a área”* (parágrafo 2); *“Políciais no local onde índios ligados ao CIR invadiram a fazenda Depósito, em Surumu”* (legenda de uma foto da matéria);
- A descrição da referida fazenda, evidencia a invasão de propriedade: *“A fazenda é de propriedade do prefeito de Pacaraima”* (parágrafo 4).

Após ler a matéria jornalística, poderíamos nos perguntar: e o vídeo que registrou o fato? Onde foi parar no discurso midiático?

4.2.4 Matéria jornalística B2

A quarta matéria a ser analisada é uma narração mais completa, reúne os dados já citados anteriormente, na *reconstituição do fato* da matéria analisada antes, e adiciona, à narrativa, trechos dos diálogos entre o ministro e os indígenas que ocupavam a fazenda.

De certo modo, como a instância midiática articula a narração, o leitor é “transportado” até a reserva e acompanha os passos do ministro e o seu encontro com a comunidade indígena.

A matéria tem como título “RAPOSA SERRA DO SOL – Ministro diz que veio investigar tiroteio”. Se a instância midiática levasse em conta o vídeo registrado no dia 05 de maio, talvez o título da matéria poderia ser outro: “*Ministro veio apurar o atentado*”, por exemplo.

Essa matéria está dividida em quatro partes e apresenta os seguintes sub-títulos: “Indígenas narram confronto com funcionários de fazenda”, “Ocupação ganha reforço, mas é desfeita pela Federal”, “Quartiero pede reintegração de posse e intervenção do Exército” .

Os sub-títulos já apontam para o foco principal da instância midiática: a luta pela terra. Mas o seu foco não acaba por ser imparcial, tornando-se tendencioso para um dos lados da luta, os não-indígenas. O indígena é colocado em situação de infrator, são eles a criarem confusão. O primeiro sub-título, “Indígenas narram confronto com funcionários de fazenda”, parece dar destaque aos indígenas, mas a palavra “narram” é tendenciosa em dizer que eles contam a sua versão do fato, o que é estranho, dado que já são dois dias após o atentado, e ainda não foi comentado a fundo que indígenas foram atacados de forma desleal. Enquanto Paulo César **diz** que seus funcionários agiram em legítima defesa (cf. matéria jornalística A2), os indígenas **narram** o ataque que sofreram.

Destacamos o primeiro parágrafo como a *abertura da narrativa*:

1. O ministro da Justiça, Tarso Genro, esteve ontem na terra indígena Raposa Serra do Sol. Ele visitou o acampamento instalado por indígenas ligados ao Conselho Indígena de Roraima (CIR), na fazenda Depósito, do rizicultor e prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero. No local, nove indígenas foram feridos à bala na última segunda-feira. Ele disse que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sai em 15 ou 30 dias.

Nesta *abertura de narrativa* identificamos também o *lead* da matéria. Assim, temos:

(g) O que?

Ministro da Justiça visita a Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

(h) Quem?

Ministro da Justiça.

(i) Quando?

“ontem” [06/05/08].

(j) Onde?

Terra Indígena Raposa Serra do Sol, na Fazenda Depósito.

(k) Por quê?

Porque, no local visitado, *“nove indígenas foram feridos à bala na última segunda-feira”*.

As informações contidas nesse parágrafo são como um pequeno quadro-geral de toda a narrativa que se seguirá. Usando a metáfora do quadro, ou seja, de uma tela pintada, a primeira e a última frase seriam a moldura desse quadro: *“O ministro da Justiça, Tarso Genro, esteve ontem na terra indígena Raposa Serra do Sol...”* e *“Ele disse que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sai em 15 ou 30 dias.”* As outras informações seriam o corpo do quadro: *“Ele visitou o acampamento instalado por indígenas ligados ao Conselho Indígena de Roraima (CIR), na fazenda Depósito, do rizicultor e prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero. No local, nove indígenas foram feridos à bala na última segunda-feira.”* E a ação observada no quadro é a mesma para esses mais de 500 anos de “descobrimento” do Brasil.

Novamente, os indígenas são “desenhados” como apenas indígenas, com o máximo do reconhecimento que estão ligados a uma entidade indígena, o Conselho Indígena de Roraima; e, novamente, o não-indígena é “desenhado” como alguém que tem nome e sobrenome (Paulo César Quartiero), tem papel social (rizicultor, prefeito de Pacaraima), em outras palavras, alguém que tem um rosto.

Para a *reconstituição do fato*, a visita do ministro a Roraima, destacamos que tal reconstituição se desenvolve entre os parágrafos segundo e nono:

2. A visita do ministro foi rápida. Ele chegou à Vila Surumu em helicóptero da Polícia Federal e seguiu de carro até o local da ocupação. Ele estava acompanhado do diretor-geral da Polícia Federal, Luis Fernando Corrêa, e do superintendente da PF em Roraima, José Maria Fonseca.

3. Tarso Genro disse que comunicou ao ministro Carlos Ayres Britto, do STF, a sua vinda a Roraima. Ayres Britto é o relator das 33 ações que questionam a demarcação da Raposa Serra do Sol.
4. Com forte aparato de segurança, ele disse aos cerca de 300 indígenas que veio a Roraima para fazer a investigação do ataque e responsabilizar as pessoas que cometeram este “incidente grave”.
5. O ministro pediu calma aos indígenas. “Fiquem tranquilos, não caiam em provocação e aguardem a decisão do Supremo. Quero que vocês saibam que a Polícia Federal e a Força Nacional de Segurança estão aqui para trazer estabilidade e tranquilidade”, disse.
6. Segundo ele, o governo está usando sua força institucional para suspender a proibição da retirada dos fazendeiros, dentro da lei, com ordem e tranquilidade. “Acredito que em 15 ou 30 dias saia a decisão do Supremo”, completou.
7. Genro foi recebido pelo tuxaua do Maturuca, Dejacir Melkior da Silva, 38 anos, que estava na coordenação da ocupação da fazenda de Quartiero. O tuxaua não sabia quem era o ministro. “Quem é o senhor e qual é o seu nome?”, perguntou.
8. Depois que Tarso Genro se identificou, foi a vez do tuxaua discursar: “O sangue de dez de nós foi derramado, mas não é o fim, mas sim a nossa conquista. Queremos que se cumpra a lei, de acordo com o decreto de homologação da terra indígena”.
9. O tuxaua disse que não se deixaria intimidar e que não desistirá de lutar pela posse da reserva. “Estamos dispostos a recuperar a terra-mãe que foi banhada pelo sangue dos nossos irmãos na lei ou na marra até o último índio”, afirmou.

Extraíndo dos parágrafos as ações, temos:

- Em visita rápida, o ministro foi para a Vila Surumu, que fica dentro da reserva indígena, de helicóptero;
- Ele estava acompanhado do diretor geral da Polícia Federal, Luis Fernando Corrêa, e do superintendente da PF em Roraima, José Maria Fonseca;
- Da Vila Surumu, de carro, o ministro foi até o local da ocupação;
- A sua visita a Roraima era de conhecimento do ministro do STF, Carlos Ayres Britto, o qual é relator das 33 ações impetradas contra a homologação da terra indígena em questão;
- Ele foi escoltado por um forte esquema de segurança;
- Sob esse esquema de segurança, ele encontra os cerca de 300 indígenas e diz a eles que a sua vinda a Roraima foi para investigar o ataque,

“incidente grave”, e responsabilizar aqueles que cometeram tal ataque aos indígenas;

- O ministro tenta acalmar os indígenas: pede para que fiquem tranquilos, sem entrar em provocações e esperem a decisão do Supremo;
- Ele diz que a presença da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança é para trazer estabilidade e tranquilidade;
- O ministro diz aos indígenas que o Governo está usando a sua força institucional para que continue a operação de desintrusão dentro da reserva. Tudo dentro da lei e com ordem e tranquilidade, é questão de 15 a 30 dias para que saia a decisão do Supremo;
- O ministro foi acolhido pelo tuxaua do Maturuca, o qual chama-se Dejacir Melkior da Silva, 38 anos, e coordenava a ação de ocupação da fazenda;
- O tuxaua não conhecia o ministro, mas após apresentação do ministro ele começa a “discursar” sobre a situação de seu povo;
- O tuxaua alerta que a comunidade indígena não se intimidaria e nem deixaria de lutar pela posse da reserva.

Sintetizando mais ainda, temos: por um lado, a Justiça pede paciência, calma, tranquilidade e ordem; por outro lado, tem-se o alerta da não intimidação e da luta a qualquer custo pelo direito à terra.

No quarto parágrafo, destacamos a seguinte frase: “Com forte aparato de segurança, ele disse aos cerca de 300 indígenas”. Pelo fato da instância midiática situar o fato como conflito, e tendo em vista que foi acionado o estereótipo de indígena “selvagem” na Matéria Jornalística A2, a frase reforça a idéia de perigo que os indígenas representam. Dessa forma, acentua-se, mais uma vez, o estereótipo de índio como rebelde.

Entre o sétimo e nono parágrafos, teríamos um novo quadro apresentado pelo narrador midiático: um ritual de interação. O ministro Tarso Genro encontra-se com um dos líderes da comunidade indígena, o “tuxaua do Maturuca, Dejacir Melkior da Silva, 38 anos, que estava na coordenação da ocupação da fazenda de Quartiero”. O narrador midiático parece retornar no tempo, no tempo dos primeiros encontros entre colonizadores e indígenas: “Quem é o senhor e qual é o seu nome?” Uma pergunta que ainda resta na garganta dos povos indígenas no Brasil. Uma pergunta que, sem dúvida alguma, foi colocada para aquele outro que chegava a suas terras.

O ministro vive essa interação ao identificar-se. Após a sua identificação, o tuxaua Dejacir também diz quem ele é: “O sangue de dez de nós foi derramado, mas não é o fim, mas sim a nossa conquista. Queremos que se cumpra a lei, de acordo

com o decreto de homologação da terra indígena”. Ou seja, ele é o próprio rosto e a única voz dos indígenas.

O narrador midiático, consciente ou não, apresentou ao leitor um pequeno simulacro de nosso descobrimento, nesse ritual de apresentação e identificação. Mas ele apresenta também a história sofrida desses mais de 500 anos: “O tuxaua disse que não se deixaria intimidar e que não desistirá de lutar pela posse da reserva. ‘Estamos dispostos a recuperar a terra-mãe que foi banhada pelo sangue dos nossos irmãos na lei ou na marra até o último índio’, afirmou.” De todas as matérias jornalísticas, esse é o único momento em que o índio tem rosto e voz.

A segunda parte da matéria jornalística, com o título “*Indígenas narram confronto com funcionários da fazenda*”, é continuação da reconstituição da visita do ministro:

1. As mulheres eram as que mais choravam, ontem, pelos ferimentos de seus maridos, filhos e irmãos. Janete Luis Pedro, 47 anos, mulher de uma das vítimas que foi levada para o hospital de Pacaraima na última segunda-feira, mostrou o local onde o marido foi ferido e disse ainda que ele foi espancado com o cabo de uma espingarda.
2. Segundo relato dos indígenas que estavam no local na hora do confronto com os funcionários de Quartiero, o ataque foi feito por dez homens, que deixaram as motos e uma caminhonete afastadas e foram a pé até onde o grupo estava reunido. Eles teriam chegado atirando e arremessado três bombas de fabricação caseira.

No parágrafo 1, dessa segunda parte, é apresentado o cenário de tensão por causa do atentado no dia 05 de maio. Diferentemente do que ocorreu na Matéria Jornalística A2, as personagens indígenas são apresentadas com mais detalhe, por nome, idade e parentesco: “*Janete Luis Pedro, 47 anos, mulher de uma das vítimas que foi levada para o hospital de Pacaraima na última segunda-feira, mostrou o local onde o marido foi ferido e disse ainda que ele foi espancado com o cabo de uma espingarda.*”

No parágrafo 2, é apresentada a versão dos indígenas quanto ao atentado praticado por funcionários da fazenda: “Segundo relato dos indígenas que estavam no local na hora do confronto com os funcionários de Quartiero, o ataque foi feito por dez homens, que deixaram as motos e uma caminhonete afastadas e foram a pé até onde o grupo estava reunido. Eles teriam chegado atirando e arremessado três bombas de fabricação caseira.” Para as outras vozes das personagens, temos as expressões: “Segundo Eguchi” (cf. matéria jornalística A1), “Conforme Quartiero” (cf. matéria jornalística A2), “Segundo Fonseca” (cf. matéria jornalística B1).

Tais expressões dão certo respaldo ao narrador midiático de que ele está reportando para o seu texto a opinião de alguém. Dizer “Segundo relato dos indígenas” é diferente de dizer “Segundo os indígenas”, praticamente o narrador coloca em seu texto a opinião (o discurso) de alguém, mas não assume um compromisso com o dito, como se colocasse no final do discurso a pergunta “será mesmo?”.

Ainda que o narrador midiático tenha aberto espaço para que as personagens indígenas pudessem atuar não mais como coadjuvantes, devemos considerar que possivelmente essa abertura tenha sido causada pela visita inesperada do ministro da Justiça. O que queremos dizer é que o fato acontecido ganha destaque a partir da visita do ministro, porém, ainda falta uma coisa: por que esquecer o vídeo que registrou tudo? Ainda que este estivesse em mãos da Polícia Federal como elemento que reforçaria a versão dos indígenas, sabemos que a instância midiática poderia ter informações sobre o mesmo, caso tivesse interesse, ou ao menos mencionaria mais vezes, ao tratar do acontecimento.

As duas últimas partes da matéria, intituladas “*Ocupação ganha reforço, mas é desfeita pela Federal*” e “*Quartiero pede reintegração de posse e intervenção do Exército*”, perdem de foco o fato comentado inicialmente e que se destaca no título da matéria, que seria a vinda do ministro da Justiça a Roraima. Passa-se a comentar sobre a ocupação feita pelos indígenas, a atuação dos policiais na questão indígena.

Em “*Ocupação ganha reforço, mas é desfeita pela Federal*”, podemos enquadrá-la ainda como parte da *reconstituição do fato*, mas com o foco na ocupação realizada pelos indígenas. Vejamos:

1. A ocupação da fazenda de Quartiero ganhou reforço ontem, mas foi desfeita no final da tarde, após acordo das lideranças do movimento com a Polícia Federal. O grupo de cem índios que ocupou a área na segunda-feira aumentou para 300 ontem, entre homens, mulheres e crianças.
2. Eles construíram mais dez barracos de lona, somando dezesseis, e levaram telha para iniciar a construção de casas. Também começaram a queimar uma área para plantar mandioca e frutíferas.
3. Apesar do objetivo inicial de fixar moradia no local até a retirada dos não-índios, no final da tarde os indígenas saíram de dentro da fazenda, conforme informações do delegado Fernando Segóvia, coordenador da Operação Upatakon, que negociou a saída. Eles teriam transferido o acampamento para o outro lado da rodovia, conhecida como Estrada do Arroz. Da fazenda de Quartiero, foram cortados cerca de 300 metros de cerca.

Como dissemos antes, o foco já não é mais o fato principal, que seria o atentado aos indígenas, e nem o fato extraordinário que dele resultou, que seria a visita do ministro da Justiça. O foco passou a ser a propriedade invadida, tanto é que o próximo tópico da matéria B2 é o pedido de reintegração de posse da parte de Quartiero, não nem o fato de que ele foi preso e o motivo de sua prisão.

Consideramos como *conclusão da narrativa* o último tópico da matéria em questão: “*Quartiero pede reintegração de posse e intervenção do Exército*”. Vejamos:

1. O prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero (DEM), despachou ontem normalmente da Subprefeitura no Surumu, antes de ser preso no final da tarde pela Polícia Federal. Em entrevista à Folha, ele informou que pediu a reintegração da posse de sua fazenda na Justiça Federal de Roraima e que também encaminhou ofício ao comandante-geral do Exército pedindo a intervenção dos militares na área.
2. Seu argumento é que a Polícia Federal e a Força Nacional de Segurança estariam “desqualificadas” para fazer a segurança pública no Surumu, “porque eles perderam a imparcialidade”. “Eles são guardas particulares do CIR [Conselho Indígena de Roraima]”, argumentou.
3. Ao apresentar sete flechas com ponta de metal que teriam sido disparadas contra seus funcionários no incidente de segunda-feira, que deixou nove índios feridos, ele disse que a responsabilidade é da Polícia Federal. “Eles é que vieram implantar o conflito no meu município”.
4. Na opinião do rizicultor, a Polícia Federal teria sido aliada da invasão que os índios fizeram à sua fazenda, já que os policiais nada teriam feito para impedir a ocupação ou pelo menos acompanhar os indígenas quando cortaram a cerca. Além disso, a presença dos policiais no local poderia ter evitado o conflito.
5. Segundo Quartiero, os disparos foram feitos porque seus funcionários não podiam recuar. “Se nós fôssemos recuar, não estaríamos mais aqui, nem em Roraima. Quando a gente abraça um conflito e ele foge do controle, não se sabe o resultado. Há vítimas dos dois lados. Estamos recuando há trinta anos. Agora é a hora da reação. Nós não atacamos, apenas reagimos”, disse.
6. A própria PF admite que mantinha apenas vinte policiais no Surumu anteontem, mas moradores da vila dizem que havia só dois agentes federais e quatro da Força Nacional de Segurança. Questionado sobre isso, o coordenador regional da Operação Upatakön 3, delegado Fernando Romero, disse que foi uma “surpresa” a ocupação feita pelos índios do CIR.

Se compararmos este tópico com aquele intitulado “*Indígenas narram confronto com funcionários da fazenda*”, podemos dizer que a personagem não-indígena Paulo

César Quartiero tem maior participação na narrativa, com certo destaque das personagens indígenas:

- Ele é o prefeito de Pacaraima;
- Tem a sua função social descrita dentro da narrativa: *“despachou ontem normalmente da Subprefeitura no Surumu”*; ele concedeu entrevista ao jornal *Folha de Boa Vista*; *“pediu a reintegração da posse de sua fazenda na Justiça Federal de Roraima”*; *“encaminhou ofício ao comandante-geral do Exército pedindo a intervenção dos militares na área”*;
- Ele tem argumento e opinião: *“Seu argumento é...”*; *“Na opinião do rizicultor...”*; *“Segundo Quartiero...”*;
- Ele emite um parecer quanto à atuação da Polícia Federal: *“Seu argumento é que a Polícia Federal e a Força Nacional de Segurança estariam ‘desqualificadas’ para fazer a segurança pública no Surumu, ‘porque eles perderam a imparcialidade’.”*
- Ele avalia a questão indígena em Roraima: *“Segundo Quartiero, os disparos foram feitos porque seus funcionários não podiam recuar. ‘Se nós fôssemos recuar, não estaríamos mais aqui, nem em Roraima. Quando a gente abraça um conflito e ele foge do controle, não se sabe o resultado. Há vítimas dos dois lados. Estamos recuando há trinta anos. Agora é a hora da reação. Nós não atacamos, apenas reagimos’, disse.”*

No parágrafo 3, temos outro acionamento do estereótipo de indígena, aquele primitivo com arco e flecha: *“Ao apresentar sete flechas com ponta de metal que teriam sido disparadas contra seus funcionários no incidente de segunda-feira, que deixou nove índios feridos, ele disse que a responsabilidade é da Polícia Federal.”*

De um modo geral, a postura da personagem não-indígena, Quartiero, é como a de um bandeirante, no tempo da colonização. É o que constatamos nessa sua fala, reportada em discurso direto pela instância midiática: *“Segundo Quartiero, os disparos foram feitos porque seus funcionários não podiam recuar. ‘Se nós fôssemos recuar, não estaríamos mais aqui, nem em Roraima. Quando a gente abraça um conflito e ele foge do controle, não se sabe o resultado. Há vítimas dos dois lados. Estamos recuando há trinta anos. Agora é a hora da reação. Nós não atacamos, apenas reagimos,’ disse.”*

É interessante observar que, no todo da narrativa midiática, esta é, praticamente, a última fala de uma das personagens. Nessa narrativa, ao final de tudo, quem se saiu bem foi a personagem não-indígena, pois a sua fala é como um esclarecimento ao leitor, como uma sensibilização e apelo. A voz não-indígena teve a

última palavra e mais espaço para explicar o atentado e para justificá-lo. O argumento levantado por Quartiero é retomado pela instância midiática: “A própria PF admite que mantinha apenas vinte policiais no Surumu anteontem, mas moradores da vila dizem que havia só dois agentes federais e quatro da Força Nacional de Segurança.”

Esta é a última matéria a ser analisada. Praticamente, é a última matéria que compõe o quadro de matérias que comentaram o fato do dia 05 de maio. A partir de então, o fato comentado inicialmente será esquecido e o debate em torno da questão indígena Raposa/Serra do Sol se articulará a temas ligados à prisão de Quartiero, à soberania nacional, ao progresso econômico na Amazônia, à internacionalização da Amazônia por meio de ONGs. Inicia-se o embate emblemático que o STF julgará: reconhecer ou não as regiões da Raposa e da Serra do Sol como terra indígena.

4.3 O mundo interpretado

A análise do *corpus* foi delimitada em três etapas, seguindo os processos de transformação transação da notícia, indicados por Charaudeau: *mundo a descrever/a comentar*, *mundo descrito/comentado*, *mundo interpretado*. Este tópico seria a última etapa, ou seja, o *mundo interpretado*. Com base nos dados da análise, queremos apresentar três pontos interpretativos da mesma. Os três pontos que emergiram dos dados são: 1) acionamento e manutenção do estereótipo de indígena; 2) apagamento do rosto indígena; 3) o silenciar da voz indígena.

4.3.1 Acionamento e manutenção do estereótipo de indígena

Lippmann (2008), em sua visão crítica quanto ao papel do jornalismo para com a sociedade, já afirmava que o jornalismo não só informa como forma indivíduos e tende a ser um péssimo educador para o público leitor, pois a sua visão de mundo, muitas vezes, é uma visão estereotipada. Ele já alertava para o fato de que a mídia faz muito uso de estereótipos.

Na matéria jornalística A2, o narrador midiático apresenta ao leitor, por meio da fala de uma das personagens não-indígenas, Paulo César Quartiero, o estereótipo de indígena: “Como eles foram recebidos a flechadas e estavam em um número menor, reagiram atirando até para salvar suas vidas”, defendeu seus funcionários.

Esse trecho revela o acionamento explícito do estereótipo de indígena, mas percebemos que esse estereótipo foi mantido ao longo da narrativa midiática das quatro matérias jornalísticas, seja pelos comentários de um rizicultor e pela esposa de

um rizicultor, seja pelo próprio narrador que, sob seu olhar onisciente, descreve as ações de indígenas. A conclusão interpretativa que o leitor poderia fazer seria aquela de que porque invadiram uma fazenda e porque usaram da violência (receberam os funcionários a flechadas), os indígenas foram feridos. A situação de feridos é resultado de um combate e não de um ataque. Mas não é isso que o relatório contra a violência aos povos indígenas revela e tanto menos o vídeo registrado pelo jovem indígena, descrito por Rangel (2009).

Percebemos, então, que o estereótipo é usado para amenizar uma situação de violência e acaba por ser uma forma sutil e difundida de influenciar a opinião pública.

Lippmann (2008) diz também que a sustentação de estereótipo se dá como um mecanismo de defesa de nossa posição social, pois o sistema de estereótipo serviria para dizer ao outro quem somos nós e quem são eles. Ao fim da análise, percebe-se que os indígenas, além de serem os *sem terra*, são também os *sem voz e rosto*. E a máquina midiática se revela como aquela que diz quem é a sociedade e qual o seu poder ideológico em vigor, como confirma Van Dijk (2008), ao classificar a mídia como elite simbólica: ela, constituindo-se uma elite simbólica, é capaz de legitimar o poder e ser, ao mesmo tempo, o reflexo do uso abusivo do poder das elites.

4.3.2 Apagamento do rosto indígena

Pudemos observar que, das matérias analisadas, ressalta um apagamento do rosto indígena, pois das quatro matérias, somente uma revela o nome do indígena, seu papel social na comunidade e a sua fala, no diálogo estabelecido com o ministro da Justiça (cf. matéria jornalística B1). Nas outras matérias, o narrador midiático apresenta as personagens indígenas pelo discurso indireto.

Como dissemos antes, a progressão referencial para as personagens da narrativa é desarmônica, apresentando uma grande variedade para os não-índios; ao passo que para os indígenas, pouco se sabe deles, são designados como indígenas e é descrito, em grande parte, seu estado psicológico (nervosos, com ânimos alterados, pois gritavam).

Outro dado, que reforça essa interpretação do apagamento do rosto indígena, é o fato de que a instância midiática, ao recorrer a fontes externas para comentar o acontecimento, recorre a representantes e testemunhas não-índias. E as suas falas são apresentadas em discurso direto e, quase sempre, vai para outro foco que não seja o fato do atentado aos indígenas, ou seja, as suas falas ficam em torno da discussão da luta pela terra, demarcar ou não a reserva indígena Raposa/Serra do Sol.

Tudo isso confirma a questão levantada por Van Dijk (2008), quando ele diz que o discurso da mídia, também evidencia a relação entre poder e discurso, pois, no caso das minorias, acaba por ser um discurso excludente, um discurso capaz de manter, e fazer aderir, o pensamento ideológico daqueles que detêm o poder.

Essa marginalização dos indígenas pode suscitar, e alimentar, o racismo, pois, como diz Van Dijk (2008), muito do que se fala sobre as minorias provém da mídia, como fonte de informação, pois nem sempre a reprodução do racismo se dá pela experiência pessoal.

Então, uma narrativa que tende exclusivamente para uma das partes, no caso da pesquisa em questão, para os não-índios, suscita no imaginário social pensamentos anti-indígenas e tende a homogeneizar o pensamento ideológico, ou seja, o senso comum acaba sendo contra as comunidades indígenas. O discurso noticioso adquire, então, um “tom” anti-indígena e o seu discurso, como discurso de elite simbólica, assume um importante papel no controle social, na construção do “senso comum” das pessoas (cf. Van Dijk, 2008).

Quanto às fontes, Van Dijk afirma que, para as instâncias midiáticas, na pessoa do jornalista, sendo que a maioria pertence ao grupo dominante, seria mais fácil e crível procurar fontes e acreditar naquelas opiniões que são compatíveis com as do grupo e com as suas. Em outras palavras, os jornalistas descreveriam o fato partindo de sua própria visão de mundo, daquilo que já conhecem, como já dizia Lippmann: “Na maior parte dos casos nós não vemos em primeiro lugar, para então definir, nós definimos primeiro e então vemos.” (Lippmann, 2008, p.85)

4.3.3 O silenciar da voz indígena

Outro dado que emergiu da análise é o fato de que a voz índia foi quase uma raridade nos discursos internos da narrativa. Além dos povos indígenas não terem o direito à terra, e além de serem representados como *sem-rosto*, eles ainda não têm voz. Ou seja, o seu discurso, na maioria das vezes, é um discurso ignorado pelas Mídias. Constatamos isso por meio do levantamento dos verbos introdutórios de opinião (ou discurso), nas quatro matérias jornalísticas.

De acordo com Marcuschi (2007), os verbos introdutórios de opinião, muito utilizados pelos jornalistas, são indícios de qualificação de um discurso proferido. Em outras palavras, Marcuschi, por meio do estudo dos verbos introdutórios de opinião, mostra-nos que não existe imparcialidade na apresentação ou citação de um pensamento de alguém, pois na introdução de um discurso (uma opinião), o autor interpretará, selecionará e avaliará o discurso outrem (Marcuschi, 2007, p.146).

Segundo o autor, as formas lingüísticas mais freqüentes de relatar opiniões seriam: (a) mediante um verbo, ou seja, “a opinião é introduzida com algum verbo que antecipa o caráter da opinião relatada” (Marcuschi, 2007, p.147); (b) mediante uma nominalização (exemplo: “As declarações de Jarbas Passarinho sobre a atividade da Igreja...” [Marcuschi, 2007, p.147]); (c) mediante construções adverbiais (“segundo fulano”, “na opinião de...”, “de acordo com...” [Marcuschi, 2007, p.148]); (d) mediante dois pontos ou inserção aspeada no texto, ou seja, o discurso não vem acompanhado de alguma expressão introdutória.

Marcuschi diz ainda que os discursos a serem introduzidos se caracterizam em dois tipos: discurso do poder e discurso de popular. Para o discurso do poder, ele apresenta três níveis de discurso, sendo eles:

- discurso oficial: o discurso do governo, ou seja, dos três poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário), mais o poder militar, e ainda o discurso de membros do partido do governo;
- discurso para-oficial: discurso de opiniões oficiais, sem origem nas fontes citadas anteriormente, mas que se identificam com o Governo (Clero, setores da Indústria, do Comércio, Universidades);
- discurso da oposição: todos os discursos que se opõem ao discurso do Governo.

Já o discurso de populares, “é aquele produzido por pessoas anonimamente lembradas nos noticiários, nas ‘entrevistas’ em delegacias de polícia, por jogadores de futebol e outros.” (Marcuschi, 2007, p.155) O autor comenta que essa estratégia jornalística para o relato de opiniões não é simplesmente uma questão de estilo, “pois as palavras são instrumentos de ação e não apenas de comunicação.” (Marcuschi, 2007, p.168)

A seguir, apresentamos um quadro geral do uso de verbos introdutórios de opiniões das personagens da narrativa midiática. Partimos do pressuposto que a voz índia não tem espaço nos meios midiáticos, e o levantamento dos verbos, nas quatro matérias, confirmaram tal pressuposto. Vejamos:

Verbos introdutórios de discurso					
Personagens		Mat. Jorn. A1	Mat. Jorn. A2	Mat. Jorn. B1	Mat. Jorn. B2
Indígenas	Indígenas		Gritar, dizer		Dizer, narrar e ainda a expressão “Segundo relato dos indígenas”.
	Tuxaua Dejacir				Perguntar, discursar, dizer, afirmar.
Não-indígenas	PF [delegado federal, superintendente da PF]	Dizer, relatar, ressaltar, informar, afirmar, e ainda as expressões: “Segundo o delegado federal”, “Conforme o policial”, “Ainda segundo Eguchi”.		Dizer, negar e ainda as expressões: “Segundo Fonseca”, “Conforme Superintendente da PF”.	
	Secretário de Saúde de Pacaraima [Júlio Jordão]	“De acordo com o secretário de Saúde de Pacaraima”			
	Paulo César Quartiero		Confirmar, defender, dizer e ainda a expressão “Conforme Quartiero”.		Informar, argumentar, dizer e ainda as expressões: “Na opinião do rizicultor”, “Segundo Quartiero”.
	Fonte externa não-institucional [Militares] reservistas, rizicultores]		Dizer, citar, alegar, lembrar e ainda as expressões: “Segundo eles”, “Segundo o reservista Egídio Faitão”.		
	Tarso Genro [Ministro da Justiça]			Pedir, falar, declarar, confirmar.	Dizer, completar e ainda a expressão “Segundo ele”.

Tabela 5

Percebemos que a voz não-indígena esteve presente em todas as matérias analisadas. Já a voz indígena esteve presente somente nas matérias jornalísticas A2 e B2, porém, ao compararmos com a alta quantidade de verbos introdutórios no discurso

dos não-índios, conclui-se que a sua voz foi, de certo modo, silenciada. É muito forte a presença do discurso do poder oficial e para-oficial. Isso reforça a idéia de Van Dijk (2008), quando ele diz que as elites ratificam o seu poder por meio do discurso e que também as elites simbólicas, no nosso caso, as mídias, são restritivas e excludentes das minorias. Ainda em suas palavras: “Quanto menos poderosa for uma pessoa, menor o seu acesso às várias formas de escrita e fala.” (Van Dijk, 2008, p.44) De certo modo, tem-se um controle do discurso e sobre isso, o autor comenta que o controle e a sua produção por aqueles que detêm o poder são formas para exercitar o controle social, pois nem todos podem ou têm direito de falar ou escrever nos espaços públicos do poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim da pesquisa, e pelas análises realizadas, pudemos comprovar que a mídia, como elite simbólica, em seu discurso noticioso, é uma elite simbólica que tende a excluir as minorias, e, no caso de nosso estudo, a minoria conhecida como povos indígenas. Para as perguntas norteadoras da pesquisa²⁹, chegamos à conclusão que o tratamento dado pelo jornal *Folha de Boa Vista*, nas matérias jornalísticas que veicularam fatos envolvendo os povos indígenas da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, é desfavorável para os indígenas e tende a alimentar o estereótipo do indígena rebelde e a reproduzir o racismo na sociedade roraimense. A mídia local reflete, ainda, uma tendência favorável aos não-indígenas e um despreparo para a abordagem de assuntos interétnicos.

Por meio da análise, pudemos perceber uma desigualdade no discurso midiático, pois ao considerarmos as matérias jornalísticas como narrativas midiáticas, as personagens não-indígenas têm maior destaque, mais participação, mais prestígio, são tidas como fontes externas à mídia mais recorrentes que as indígenas.

Em um contexto como o da Amazônia, no qual há uma forte presença de diversidade cultural e étnica, assumir uma postura homogênea é sintoma de racismo. Não é exagero quando dizemos que as mídias podem e tendem a contribuir para a reprodução e/ou manutenção do racismo. O Brasil pluriétnico revela-se, nas entrelinhas dos vários discursos das elites, um país com “feridas invisíveis” que deixa na marginalização minorias como os povos indígenas.

Quanto a essa marginalização, Navi Pillay, Alta Comissária de Direitos Humanos das Nações Unidas, em seu discurso proferido em Brasília³⁰, por ocasião de sua visita ao Brasil, em 13 de novembro de 2009, relatava que permanece ainda no país a situação de marginalização tanto para os indígenas quanto para os negros. No que se refere aos povos indígenas, Pillay expõe:

Uma questão que foi incrivelmente invisível foi a situação dos povos indígenas. Entre todos os funcionários estaduais e federais que encontrei, acho que não tinha uma única pessoa indígena. Isto é muito indicativo de sua contínua marginalização. Houve avanços importantes em termos de

²⁹ As perguntas norteadoras são: qual o tratamento dado pelo jornal *Folha de Boa Vista*, nas matérias jornalísticas, que comentam o fato do dia 05 de maio de 2008, envolvendo os povos indígenas da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol e as elites locais e grupos de interesse? No tratamento dado, há manifestação de racismo?

³⁰ Discurso de Navi Pillay, Alta Comissária de Direitos Humanos das Nações Unidas por ocasião de sua visita ao Brasil. Brasília, Nov/2009.

legislação para proteger os direitos dos povos indígenas, mas a implementação desses direitos particularmente em nível estadual parece estar demorando demais. A maior parte dos povos indígenas do Brasil não está se beneficiando do impressionante progresso econômico do país, e está sendo retida na pobreza pela discriminação e indiferença, expulsa de suas terras na armadilha do trabalho forçado.³¹

Vale ressaltar que esse desfavorecimento aos povos indígenas da Raposa/Serra do Sol não é algo isolado. Ainda hoje, de um modo geral, as mídias abordam de forma negligente essa minoria em nosso país. É o que podemos constatar, por meio do estudo de Ozarias (2008), na área de Comunicação Jornalística. Em seu estudo, a autora apresenta a situação do povo indígena Kaiowá/Guarani, o modo como o mesmo foi abordado pelos jornais *Correio do Estado* (Mato Grosso do Sul) e *Folha de S. Paulo* (São Paulo). Nas considerações finais de seu trabalho, Ozarias diz:

Em muitos casos, os indígenas não são ouvidos, ou as entrevistas concentram-se em algumas lideranças, às vezes imbuídas de interesses políticos. Esse modo de agir, na opinião dos antropólogos Rubens Ferreira Thomaz de Almeida, Fábio Mura e Alexandra Silva, aguça preconceitos latentes na sociedade, que recebe apenas uma versão dos fatos, geralmente estereotipada. (Ozarias, 2008, p.122)

Voltando ao nosso tema, em um contexto tão complexo, como a Amazônia, as mídias têm que rever o seu papel junto à sociedade. Como vimos no capítulo I, conforme apresentado por Lima (2008), a trajetória dos jornais deu-se início para publicar os atos do governo e para publicação de recompensa por escravos fugidos ou bens roubados e perdidos. E poderíamos nos perguntar: *qual o papel do jornal, hoje, em um contexto como o da Amazônia?*

Em um contexto rico de diversidade cultural, arriscaríamos dizer que o papel do jornal seria aquele de dialogar com realidades e mundos diferentes entre si, articulando-se como canal de comunicação intercultural. Tudo isso para que o “meganarrador”, como diz Charaudeau (2007), não seja visto como parcial, portador de uma visão estereotipada e fonte alimentadora de racismo.

O racismo e o preconceito não são inatos, eles são adquiridos, e o discurso oral e escrito são fontes propagadoras dos mesmos (cf. Van Dijk, 2008). Resta para as mídias uma tomada de consciência sobre a manifestação de seus discursos e o peso

³¹ Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/view_news.php?id=8189>.

que eles têm em uma sociedade que vive tensões interétnicas em vários campos sociais. Para nós, o alerta de não fecharmos dentro de nós as *portas* para o conhecimento verdadeiro do outro.

ESPERANÇA

*O que é a vida?
Se sofremos...
Se choramos...
Por que não sorrir?
E deixar o rio de mágoas
Que nos sufoca.*

*Secar ao sol da esperança
Da vontade de viver...
Da vontade de nossa terra.*

Eliane Potiguara

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERT, Bruce. O Massacre dos Yanomami de Haximu. *Povos Indígenas no Brasil* (ISA). Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/yanomami>>. Acesso em: 02/08/2010.

ALMEIDA, Rubens F. Thomaz de; MURA, Fabio. *Enciclopédia Povos Indígenas no Brasil*. Disponível em: < <http://pib.socioambiental.org/> >, 2003. Acesso em: 21/06/2009.

ALVES, André Luis. *A difusão da questão indígena pela imprensa mato-grossense*. Disponível em: <<http://bocc.uff.br/pag/alves-andre-questao-indigena1.pdf>>. Acesso em: 21/06/2010.

BACCEGA, Maria Aparecida, e CITELLI, Adílson Odair. Retórica da Manipulação: os Sem-Terra nos jornais. *Revista Comunicações e Artes*. São Paulo (20): 23-29, abril 1989.

_____. *Palavra e discurso – Literatura e História*. – São Paulo: Editora Ática, 1995.

BALDI, César Augusto. Indígenas: Constituição, racismo e colonialismo. *Ministério Público Federal*. Disponível em: <<http://ccr6.pgr.mpf.gov.br>>. Acesso em: 05/02/2010.

BICUDO, Hélio Pereira. *Violência: o Brasil cruel e sem maquiagem*. – São Paulo: Moderna, 1994.

CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto, III: o mundo fragmentado*. Trad.: Rosa Maria Boaventura. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 – 92.

CCPY – Comissão Pró-Yanomami. *Os Yanomami*. Disponível em: <<http://www.proyanomami.org.br>>. Acesso em: 01/06/2010.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Tradução: Angela S. M. Corrêa. 1. ed.; 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2007.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. *Outros 500: construindo uma nova história*. São Paulo: Salesiana, 2001.

_____. Raposa segue invadida por fazendeiros que agredem os indígenas. *Porantim*, Brasília, n. 296, p.3, Jun/Jul.2007.

CIR – Conselho Indígena de Roraima. *Terra livre Raposa Serra do Sol: resistir até ao último índio*. – Boa Vista: CIR, s.n.. 1 folder.

CIR – Conselho Indígena de Roraima. *Tensão em Roraima leva ao cancelamento de atividades da Semana dos Povos Indígenas*. Disponível em: <<http://www.cir.org.br>>. Acesso em: 20/06/2010.

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Igreja no Brasil: CIMI denuncia violência contra indígenas. *Boletim semanal da CNBB*. Brasília: CNBB, ano XXXIX, n. 13 (1960), p.3, 20 a 26 abr.2008.

DIAS, Ana Rosa Ferreira. *Mídia e interação: estratégias de envolvimento do leitor na construção do discurso da notícia*. In: PRETI, Dino (Org.). *Oralidade em diferentes discursos*. – São Paulo: Associação Editorial Humanitas, pp. 111-127, 2006.

DPF – Departamento da Polícia Federal. *Resumo de operações – DPF 2003/2004*. Disponível em: <http://www7.dpf.gov.br/DCS/Resumo_OP_2003-2004.htm>. Acesso em: 10/08/2010.

FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

_____ e SANTILLI, Paulo. *TI Raposa/ Serra do Sol: fundamentos históricos*. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/inst/esp/raposa/?q=node/79>>, 2009. Acesso em: 07/07/2010.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio. *Os índios*. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br>>. Acesso em: 02/07/2010.

ISA - Instituto Socioambiental. *Terra Indígena Raposa Serra do Sol: Polêmica sobre demarcação, soberania e desenvolvimento na fronteira de Roraima*. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/inst/esp/raposa/>>, 2009. Acesso em: 07/07/2009.

JUNQUEIRA, Carmem. *Antropologia indígena: uma nova introdução*. – 2. ed. - São Paulo: EDUC, 2008.

KOCH, Ingedore Villaça e ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 2. ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008.

LEITE, Gisele. *Considerações sobre legítima defesa*. Boletim Jurídico, Uberaba/MG, a. 3, no 117. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=541>>. Acesso em: 18/05/2010.

LIEBGOTT, Roberto Antonio. O governo Lula e as notícias da mídia sobre os povos indígenas. *Porantim*, Brasília, n. 306, p.6, Jun/Jul.2008.

LIMA, Maria Goretti Leite de. *O índio na mídia impressa em Roraima*. - Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

LIPPMANN, Walter. *Opinião pública*. Tradução e prefácio de Jacques A. Wainberg. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. Título original: *Public opinion* (1922).

LOEBENS, Francisco. Raposa Serra do Sol: A elite brasileira sem argumentos. *Porantim*, Brasília, n. 305, p.3, Mai.2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Fenômenos da linguagem: reflexões semânticas e discursivas*. – Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. *Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo*. 3ª edição, revista e ampliada – São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

OZARIAS, Luciene Câmara. *Os Kaiowá/Guarani de Mato Grosso do Sul como pauta no jornalismo*. São Paulo, 2008. 127 f. Monografia (Especialização em Jornalismo Social) – Programa de Especialização em Comunicação Jornalística, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

PILLAY, Navi. *Discurso de Navi Pillay por ocasião de sua visita ao Brasil*. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/view_news.php?id=8189>, 2009. Acesso em: 18 abr. 2010.

PIRO, Patrick. De qual Amazônia o mundo precisa? *Democracia Viva*, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), n. 41, p.18-23, jan.2009.

POTIGUARA, Eliane. *Metade cara, metade máscara*. São Paulo: Global, 2004, p.34. Série Visões Indígenas.

RAMOS, Sílvia (Org.). *Mídia e racismo*. – Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

_____ e PAIVA, Anabela. *Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. – Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

RANGEL, Lúcia Helena. *Restituir a terra, restaurar a natureza*. In: Seminários regionais preparatório para Conferência Mundial contra racismo, discriminação, xenofobia e intolerância correlata, 2001, Belém. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/ipri/Rodrigo/RACISMO/BELEM%5CPAPERS%5C2%20LUCIA%20RANGEL.rtf>>. Acesso em: 15/06/2010.

_____. *A Violência contra os povos indígenas no Brasil – Relatório 2008*. Brasília: CIMI, 2009.

REBELO, Aldo. *Raposa-Serra do Sol – o índio e a questão nacional*. – Brasília: Thesaurus, 2010.

REUTER, Yves. *A análise da narrativa: o texto, a ficção e a narração*. Trad.: Mario Pontes. – Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil*. – São Paulo: Companhia das letras, 1995.

RICARDO, Beto e RICARDO, Fany. *Povos indígenas no Brasil: 2001-2005*. – São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.

SANTILLI, Márcio. *Os brasileiros e os índios*. – São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. – (Série Ponto Futuro; 1).

SEPLAN – Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima. *Anuário Estatístico de Roraima 2009*. – Boa Vista: CGEES/SEPLAN-RR, 2009.

SILVA, Francisco de Assis; BASTOS, Pedro Ivo de Assis. *História do Brasil: Colônia, Império e República*. – 2.ed. rev. e ampl. – São Paulo: Ed. Moderna, 1983.

TAVARES, Clarissa. Povos de Raposa Serra do Sol continuam aguardando a retirada de invasores. *Porantim*, Brasília, n. 299, p.6, Out.2007.

TAVARES, Clarissa e ROSHA, J.. Raposa Serra do Sol: Resistência dos rizicultores gera tensão em Roraima. *Porantim*, Brasília, n. 304, p.8-9, Abr.2008.

VAN DIJK, Teun A. Nuevo racismo y noticias: un enfoque discursivo. In: NASH, Mary; TELLO, Rosa; BENACH, Núria (Orgs.). *Immigración, género y espacios urbanos. Los retos de la diversidad*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2005, p.33-35. Disponível em: <<http://www.discursos.org/download/articles/index.html>>. Acesso em: 23/09/2009.

VAN DIJK, Teun A. *Discurso e poder*. Judith Hoffnagel, Karina Falcone (Orgs.). - São Paulo: Contexto, 2008.

VAN DIJK, Teun A (Org.). *Racismo e discurso na América Latina*. – São Paulo: Contexto, 2008b.

VAN DIJK, Teun A. (Org.). *Racismo y discurso en America Latina*. - Barcelona: Gedisa, 2007.

VIEIRA, Jaci Guilherme. *Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra (1777-1980)*. - Boa Vista: Editora UFRR, 2007.

Fontes

GOMES, Loide. RAPOSA SERRA DO SOL – Ministro diz que veio investigar tiroteio. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 07 de maio de 2008. *Cidades*. Disponível em:

<http://www.folhabv.com.br/noticia.php?pageNum_editorias=11&editoria=cidades&Id=39740>. Acesso: 26/09/2008.

LOPES, Rebeca. FAZENDA DEPÓSITO – Ministro negocia saída de indígenas. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 07 de maio de 2008. *Cidades*. Disponível em: <http://www.folhabv.com.br/noticia.php?pageNum_editorias=11&editoria=cidades&Id=39739>. Acesso: 26/09/2008.

TRAJANO, Andrezza. RAPOSA SERRA DO SOL - Nove índios feridos em invasão à fazenda. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 06 de maio de 2008. *Cidades*. Disponível em: <http://www.folhabv.com.br/noticia.php?pageNum_editorias=11&editoria=cidades&Id=39683>. Acesso: 26/09/2008.

TRAJANO, Andrezza. TIROS DURANTE INVASÃO - Quartiero diz que foi legítima defesa. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 06 de maio de 2008. *Cidades*. Disponível em: <http://www.folhabv.com.br/noticia.php?pageNum_editorias=11&editoria=cidades&Id=39681>. Acesso: 26/09/2008.

ANEXOS



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO DE 15 DE ABRIL DE 2005.

Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, no Estado de Roraima.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 19, § 1º, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, e 5º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, e

Considerando o imperativo de harmonizar os direitos constitucionais dos índios, as condições indispensáveis para a defesa do território e da soberania nacionais, a preservação do meio ambiente, a proteção da diversidade étnica e cultural e o princípio federativo;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a demarcação administrativa, promovida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, destinada à posse permanente dos Grupos Indígenas Ingarijó, Makuxi, Patamona, Taurepang e Wapixana, nos termos da Portaria nº 534, de 13 de abril de 2005, do Ministério da Justiça.

Art. 2º A Terra Indígena Raposa Serra do Sol tem a superfície total de um milhão, setecentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e quatro hectares, setenta e oito ares e trinta e dois centímetros, situada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, e circunscreve-se aos seguintes limites: NORTE: partindo do marco SAT RR-13=MF BV-0, de coordenadas geodésicas 05°12'07,662" N e 60°44'14,057" Wgr., localizado sobre o Monte Roraima, na trijunção das fronteiras Brasil/Venezuela/Guiana, segue pelo limite internacional Brasil/Guiana, passando pelos Marcos de Fronteira B/BG-1, B/BG-2, B/BG-3, B/BG-4, B/BG-5, B/BG-6, B/BG-7, B/BG-8, B/BG-9, B/BG-10, B/BG-11, B/BG-11A, B/BG-12, B/BG-13, até o Ponto Digitalizado 01, de coordenadas geodésicas aproximadas 05°11'54,8" N e 60°06'32,0" Wgr., localizado na cabeceira do Rio Maú ou Ireng; LESTE: do ponto antes descrito, segue pela margem direita do Rio Maú ou Ireng, a jusante, acompanhando o limite internacional Brasil/Guiana, passando pelos Marcos de Fronteira B/5, B/4, até o Ponto Digitalizado 02, de coordenadas geodésicas aproximadas 04°35'25,5" N e 60°07'42,7" Wgr., localizado na confluência com um igarapé sem denominação; daí, segue pela margem direita do referido igarapé, a montante, até o Ponto-03, de coordenadas geodésicas aproximadas 04°35'44,7641" N e 60°10'45,7776" Wgr., localizado na confluência de um igarapé sem denominação; daí, segue por uma linha reta até o Ponto-04, de coordenadas geodésicas 04°34'40,1683" N e 60°11'24,6414" Wgr., localizado na nascente de um igarapé sem denominação; daí, segue pela margem esquerda do referido igarapé, a jusante, até o Ponto Digitalizado 05, de coordenadas geodésicas aproximadas 04°33'43,1" N e 60°09'32,3" Wgr., localizado na sua confluência com o Rio Maú ou Ireng; daí segue pela margem direita do citado rio, a jusante, acompanhando o limite internacional Brasil/Guiana, passando pelos Marcos de Fronteira B/3 e B/2, até o Ponto Digitalizado 06, de coordenadas geodésicas aproximadas 03°51'56,5" N e 59°35'25,1" Wgr., localizado na confluência com o Igarapé Uanamará; SUL: do ponto antes descrito, segue pela margem esquerda do Igarapé Uanamará, a montante, até o Marco 04, de coordenadas geodésicas 03°55'15,4420" N e 59°41'51,6834" Wgr., localizado na confluência com o Igarapé Nambi; daí, segue por uma linha reta até o Marco 05 (marco de observação astronômica, denominado Marco Pirarara), de coordenadas geodésicas 03°40'05,75" N e 59°43'21,59" Wgr.; daí segue no mesmo alinhamento até a margem direita do Rio Maú ou Ireng; daí, segue por essa margem, a jusante, acompanhando o limite internacional

Brasil/Guiana, até a sua confluência com o Rio Tacutu, onde está localizado o Marco de Fronteira 1, de coordenadas geodésicas 03°33'58,25" N e 59°52'09,19 Wgr.; daí, segue pela margem direita do Rio Tacutu, a jusante, até o Ponto Digitalizado 07, de coordenadas geodésicas aproximadas 03°22'25,2" N e 60°19'14,5" Wgr., localizado na confluência com o Rio Surumu; OESTE: do ponto antes descrito, segue pela margem esquerda do Rio Surumu, a montante, até o Ponto Digitalizado 08, de coordenadas geodésicas aproximadas 04°12'39,9" N e 60°47'49,7" Wgr., localizado na confluência com o Rio Miang; daí segue pela margem esquerda do Rio Miang, a montante, até o Marco de Fronteira L8-82, de coordenadas geodésicas 04°29'38,731" N e 61°08'00,994" Wgr., localizado na sua cabeceira, na Serra Pacaraima, junto ao limite internacional Brasil/Venezuela; daí, segue pelo limite internacional, passando pelos Marcos de Fronteira BV-7, BV-6, BV-5, BV-4, BV-3, BV-2, BV-1 e BV-0=Marco SAT RR-13, início da descrição deste perímetro. Base cartográfica utilizada: NB.20-Z.B; NB.21-Y-A; NB.20-Z-D; NB.21-Y-C; NA.20-X-B e NA.21-V-A - Escala 1:250.000 - RADAMBRASIL/DSG - Anos 1975/76/78/80. As coordenadas geodésicas citadas são referenciadas ao Datum Horizontal SAD - 69.

Art. 3º O Parque Nacional do Monte Roraima é bem público da União submetido a regime jurídico de dupla afetação, destinado à preservação do meio ambiente e à realização dos direitos constitucionais dos índios.

§ 1º O Parque Nacional do Monte Roraima será administrado em conjunto pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e pela Comunidade Indígena Ingarikó.

§ 2º O Ministério da Justiça e o Ministério do Meio Ambiente, ouvidos a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e a Comunidade Indígena Ingarikó, apresentarão, para homologação do Presidente da República, plano de administração conjunta do bem público referido no caput.

Art. 4º É assegurada, nos termos do [Decreto nº 4.412, de 7 de outubro de 2002](#), a ação das Forças Armadas, para a defesa do território e da soberania nacionais, e do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça, para garantir a segurança e a ordem pública e proteger os direitos constitucionais indígenas, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Parágrafo único. As Forças Armadas e o Departamento de Polícia Federal utilizarão os meios necessários, adequados e proporcionais para desempenho de suas atribuições legais e constitucionais.

Art. 5º Fica resguardada a prerrogativa do Presidente da República de, em caso de real necessidade, devidamente comprovada, adotar as medidas necessárias para afetar os bens públicos da União de uso indispensável à defesa do território e à soberania nacional, bem como de exercer o poder de polícia administrativa para garantir a segurança e a ordem pública na Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de abril de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Márcio Thomaz Bastos

INDÍCE DO DOSSIÊ
“QUESTÃO INDÍGENA EM RORAIMA POR MEIO DO
JORNAL FOLHA DE BOA VISTA”
1º sem/2006 – 1º sem/2008

2006

TÍTULOS DAS MATÉRIAS JORNALÍSTICAS

FONTE: *FOLHA DE BOA VISTA*

LOCAL: ESTADO DE RORAIMA

ANO: 2006

SEÇÃO: POLÍTICA

ORGANIZADO POR: ELISANGELA DIAS BARBOSA

1. 25/01 – Juiz manda índios desocuparem fazenda
2. 26/01 – Estado poderá ajuizar nova ação
3. 11/02 – STF definirá a retirada de não-índios
4. 14/03 – Compromisso é buscar solução para despejados das reservas
5. 29/03 – Estado tentar adiar a desintrusão da reserva Raposa Serra do Sol
6. 31/03 – Pacto federativo pode ter sido ferido, afirma Ottomar Pinto
7. 01/04 – Retirada de não-índios inicia dia 17
8. 04/04 – Senado fiscalizará processo de desocupação na área da Raposa
9. 06/04 – Ações jurídicas e políticas tentam adiar a desintrusão
10. 07/04 – Senadores pedem suspensão da Portaria de demarcação de reserva
11. 12/04 – Inquietação pode motivar conflitos
12. 12/04 – Senador defende a permanência de não-índios na área demarcada
13. 12/04 – Incertezas geram temor na área Raposa Serra do Sol
14. 13/04 – General não descarta possibilidade de conflito na desintrusão da reserva
15. 14/04 – Desintrusão não anula processo contra demarcação
16. 14/04 – Senador diz que não haverá ação de violência contra desintrusados
17. 14/04 – Famílias não sairão de imediato
18. 17/04 – Retirada de pessoas não tem como dar certo, diz prefeito
19. 17/04 – Senador afirma que instituições não podem expulsar famílias da reserva
20. 18/04 – Funai prepara demarcação e desocupação de reservas
21. 18/04 – Clima tenso no escritório criado para atender expulsos de reserva
22. 25/04 – Senador denuncia excesso da Federal
23. 26/04 – Desembargador afirma que direito à propriedade tem que ser respeitado
24. 26/04 – Ottomar avalia que impasse na reserva será resolvido no STF
25. 27/04 – Advogado diz que direitos individuais foram violados
26. 27/04 – Rizicultores vão processar União por invasão e danos
27. 28/04 – Políticos reagem e dizem que lutaram por demarcação justa
28. 02/05 – Empresários querem indenização de fazendas e usinas de beneficiamento

29. 04/05 – Incra diz ter terra para reassentamento
30. 05/05 – Como a Funai enganou a todos
31. 05/05 – Gondim: ‘Demarcação foi irresponsável’
32. 06/05 – Arrozeiros pedem iniciativa do MPF contra agentes que invadiram fazendas
33. 18/05 – Governo pagou indenização a 61 famílias da Raposa Serra do Sol
34. 01/06 – Juiz manda suspender qualquer ações de retirada de arrozeiros
35. 06/06 – CIR vai recorrer da decisão e diz que laudo está correto
36. 06/06 – Novas liminares mantêm produtores
37. 06/06 – Gursen diz que reservas só têm validade através de lei
38. 07/06 – CIR abandona radicalismo e prega união de indígenas
39. 14/09 – Indígenas querem recorrer à Justiça contra lei do Município de Pacaraima
40. 05/10 – Indenizações voltarão a ser pagas
41. 05/10 – Secretário diz que Estado não foi omissos, mas que Funai trapaceou [Homologação]
42. 10/10 – Incra assenta retirados da área Raposa Serra do Sol
43. 18/11 – Municípios em áreas indígenas têm dificuldades para receber repasses
44. 25/11 – Retirados da Raposa Serra do Sol também receberam lotes do Incra
45. 01/12 – CIR nega pretensão de comprar armas de fogo e destruir cercas
46. 22/12 – CIR quer desintrusão antes de hidrelétrica

2007

TÍTULOS DAS MATÉRIAS JORNALÍSTICAS

FONTE: *FOLHA DE BOA VISTA*

LOCAL: ESTADO DE RORAIMA

ANO: 2007

SEÇÃO: POLÍTICA

ORGANIZADO POR: ELISANGELA DIAS BARBOSA

1. 30/01 – Funai aguarda liberação de recursos para continuar retirada de não-índios
2. 30/01 – Reabertas ações para retirada dos não-índios de Pacaraima
3. 06/03 – Lotes são demarcados em Murupu para acomodar famílias retiradas da reserva
4. 03/04 – Arrozeiros poderão ser instalados em três pólos
5. 06/04 – Para advogado, arrozeiros não podem sair sem decisão judicial
6. 25/04 – Arrozeiros recorrem contra Funai e União prevendo medida de força
7. 02/05 – Comitê descarta truculência e diz que fará depósito em juízo
8. 02/05 – Arrozeiros dizem que ficarão nas áreas até decisão do STF
9. 05/05 – Ministro do STF manda suspender desocupação de produtores de arroz
10. 09/05 – Deputado vai interpelar União para que cesse as indenizações
11. 11/06 – Quartiero tenta que arrozeiros fiquem na área
12. 19/06 – Deputado denuncia na Polícia Federal agressão de indígenas
13. 19/06 – CIR afirma que ainda não tinha notícias precisas sobre o caso
14. 20/06 – Arrozeiros tentam evitar ação de força
15. 22/06 – Autoridades e arrozeiros também se reuniram com Ricardo Collar
16. 29/06 – Policiais militares dizem que estão sendo impedidos de entrar para a reserva
17. 09/07 – Senador diz que Governo Federal está preparando a retirada de arrozeiros
18. 13/07 – PF NA RAPOSA – Senador denuncia ‘operação de guerra’
19. 17/07 – RETIRADA DE AGRICULTORES – Exército diz que só dará apoio logístico
20. 17/07 – CIR informa que a situação na reserva é de normalidade

21. 17/07 – POLÍCIA FEDERAL – Superintendente abre inquérito e critica declarações de senador
22. 25/07 – Senador propõe Comissão para acompanhar situação na Raposa
23. 28/07 – ALE pede que governo resolva indenizações antes de retirada
24. 03/08 – Arrozeiros aderem à campanha e denunciam invasão chapa branca
25. 04/08 – Conselho Federal da OAB deverá se posicionar sobre saída de não índios
26. 04/08 – Notificação da OEA irrita políticos
27. 08/08 – OAB assistirá retirada de não-índios da terra indígena Raposa Serra do Sol
28. 11/08 – TERRAS INDÍGENAS – Senador se antecipa e pede apoio a projeto que autoriza mineração
29. 11/08 – Secretário confirma que Estado vai retirar ações da terra indígena
30. 13/08 – OAB – Comissão do Conselho Federal vai vistoriar área Raposa Serra do Sol
31. 14/08 – Procurador diz que Estado quer evitar conflitos em áreas indígenas
32. 14/08 – Ladislau diz haver excesso na desocupação da Raposa
33. 14/08 – OAB – Presidente e conselheiro negam racha por causa de requerimento
34. 15/08 – OAB acompanhará retirada de não-índios através da CDH
35. 04/09 – Reservas se submetem a regras da faixa de fronteira, diz Jobim
36. 11/09 – Senador espera que operação não ocorra
37. 11/09 – OAB acompanha possível retirada
38. 11/09 – Produtores encerram protesto mas vão continuar na reserva
39. 14/09 – Deputados criticam governo por ‘comprar’ entidades indígenas
40. 15/09 – Liderança comenta que indígenas não serão dependentes do governo
41. 15/09 – Arrozeiros dizem que não vão sair e criticam que Estado virou governo de pequenas causas
42. 15/09 – Movimento aponta impactos da demarcação
43. 15/09 – Acordo não foi para convencer índios, diz presidente da Funai
44. 18/09 – Lideranças não avançaram além do acordo de paz, diz Adalberto
45. 20/09 – OPERAÇÃO UPATAKON – Criada comissão para acompanhar senador
46. 21/09 – Comissão inicia levantamento de não-índios na área Raposa
47. 26/09 – Não há data para retirada de rizicultores da reserva
48. 27/09 – Comissão diz que situação na reserva indígena é desoladora
49. 27/09 – Emoção marca audiência sobre desocupação de terra indígena
50. 28/09 – Arrozeiro diz que ação é para desqualificá-los
51. 28/09 – Comissão começa relatório sobre Raposa Serra do Sol
52. 29/09 – Funai depositará em juízo valores das indenizações
53. 29/09 – Incra já tem área para arrozeiros
54. 01/10 – Arrozeiros vão vistoriar área
55. 03/10 – Retirada agora só depende da Federal
56. 06/10 – Incra tem terras para os arrozeiros
57. 09/10 – Comissão visita assentados e três comunidades indígenas
58. 10/10 – Famílias retiradas da Raposa dizem que estão abandonadas
59. 11/10 – Comissão ouve produtores de arroz, assentados e lideranças indígenas
60. 12/10 – Entidades indígenas divergem
61. 12/10 – Relatório será finalizado no Senado
62. 12/10 – Relatório preliminar é apresentado na ALE
63. 22/10 – Senador diz que Raposa Serra do Sol é uma jogada internacional
64. 24/10 – Empresários não aceitam sair sem prévia avaliação judicial
65. 03/11 – Políticos acreditam no início do processo de internacionalização
66. 03/11 – Políticos criticam instalação de território indígena em Roraima
67. 06/11 – Senador não vê motivos para retirada imediata de arrozeiros
68. 12/11 – Aprovado requerimento para audiência no Senado sobre a Raposa Serra do Sol

69. 24/11 – ÍNDIOS E NÃO-ÍNDIOS – General diz ser válida presença de produtores em área indígena
70. 26/11 – Declaração do general Barros sobre a desocupação da área divide opiniões
71. 04/12 – Advogado desconhece decisão recente para retirar não-índios

2008

TÍTULOS DAS MATÉRIAS JORNALÍSTICAS

FONTE: *FOLHA DE BOA VISTA*

LOCAL: ESTADO DE RORAIMA

ANO: 2008

SEÇÃO: CIDADES

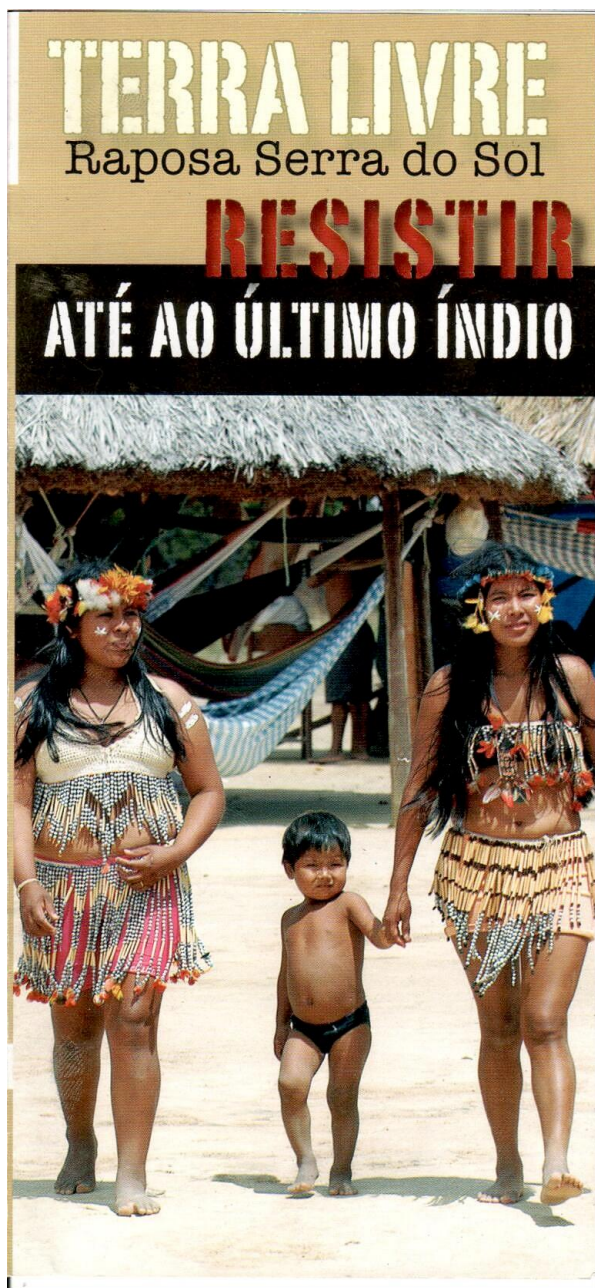
ORGANIZADO POR: ELISANGELA DIAS BARBOSA

1. 15/02 – Superintendente culpa burocracia por problemas dos retirados de reserva
2. 26/02 – PF não esconde mais operação de retirada
3. 01/03 – Força Nacional é convocada para operação
4. 10/03 – Guianenses queimam 11 casas no Mutum
5. 27/03 – UPATAKON 3 – Ministro diz que operação está congelada
6. 29/03 – Federal confirma Operação Upatakon 3
7. 31/03 – Upatakon 3 – PF prende homem suspeito de colocar pregos em pontes e estradas no Surumu
8. 01/04 – Operação Upatakon 3 – Raposa Serra do Sol vive clima de tensão
9. 02/04 – Vítima de explosão continua internada
10. 02/04 – Operação Upatakon 3 – PF está fazendo levantamento de fazendas
11. 03/04 – Dois homens são feitos reféns em Surumu
12. 04/04 – PF faz reforço e índios ampliam bloqueio
13. 04/04 – Manifestação é transferida para Boa Vista
14. 05/04 – Operação Upatakon 3 – Policiais da Força Nacional chegam a Roraima
15. 07/04 – Supremo Tribunal Federal – Liminar pede suspensão de operação
16. 07/04 – Upatakon 3 – Produtores suspendem venda de arroz
17. 07/04 – Upatakon 3 - Detran exige placas em viaturas da PF
18. 08/04 – Upatakon 3 – Protesto chegam à sede de Pacaraima
19. 09/04 – Upatakon 3 – Delegado anuncia prisão de manifestantes
20. 09/04 – Upatakon 3 – PF dá ultimato para não-índios saírem
21. 10/04 – Manifestantes comemoram decisão do STF
22. 15/04 – PF vai desarmar população em Surumu
23. 18/04 – Comitativa vai a Surumu em missão oficial
24. 19/04 – Novo conflito se desenha na Vila Surumu
25. 19/04 – CIR dá prazo até hoje para não-índios
26. 21/04 – Manifestações marcam Dia do Índio no Surumu
27. 25/04 – Conceição do Maú – Índios ocupam fazenda em Normandia
28. 25/04 – Tempestade na Savana – Presa índia que participou de protestos
29. 29/04 – CIR lança campanha e faz carta ao STF
30. 02/05 – Protestos em Pacaraima – MP denuncia índio preso com molotov
31. 03/05 – Faerr colhe assinaturas contra demarcação
32. 05/05 – Militares da reserva protestam em defesa da soberania nacional
33. 06/05 – RAPOSA SERRA DO SOL – Nove índios feridos em invasão à fazenda
34. 06/05 – TIROS DURANTE INVASÃO – Quartiero diz que foi legítima defesa
35. 07/05 – Fazenda Depósito – Ministro negocia saída de indígenas

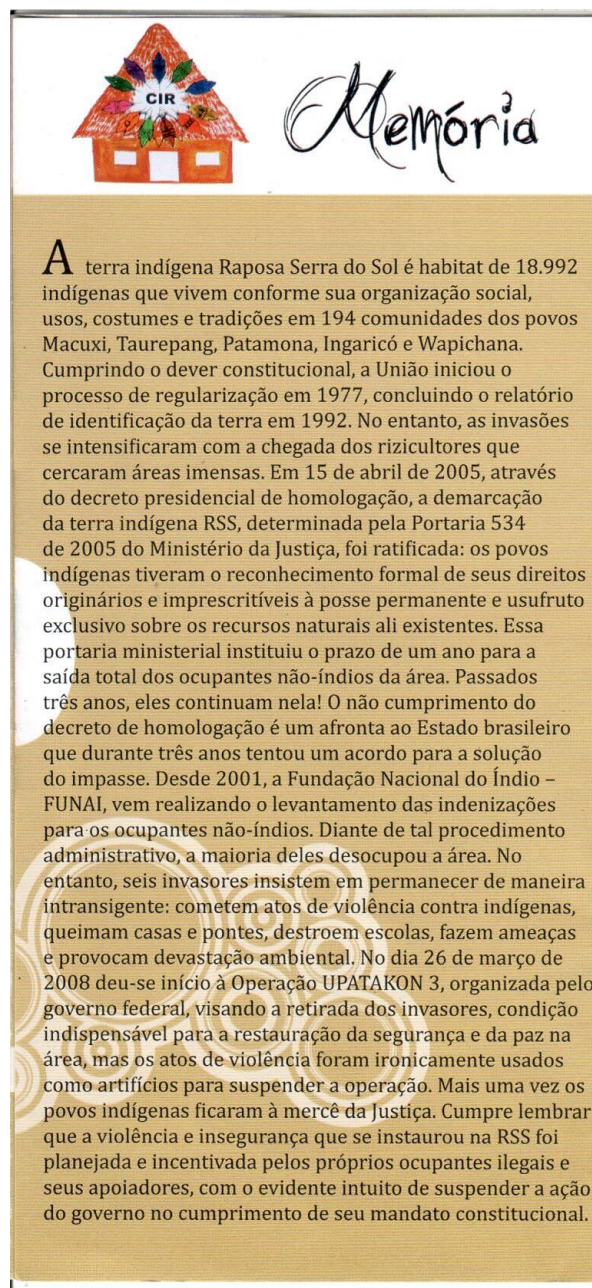
36. 07/05 – RAPOSA SERRA DO SOL – Ministro diz que veio investigar tiroteio
37. 07/05 – Quartiero é preso em Surumu pela PF
38. 07/05 – Índios fecham rodovia transarrozeira
39. 08/05 – Dia de tranqüilidade na Vila Surumu
40. 08/05 – Fazenda Depósito – Funcionários reclamam de excesso policial
41. 08/05 – Quartiero é levado para PF de Brasília
42. 09/05 – CIR é contra novos pelotões
43. 09/05 – Aulas em escolas indígenas são suspensas
44. 09/05 – Advogado pede liberdade de Quartiero
45. 09/05 – Transarrozeira é liberada com restrição
46. 10/05 – Índios voltam a fechar transarrozeira
47. 10/05 – PF anuncia que vai manter apreensão de armas na área
48. 10/05 – Estado questiona decreto de demarcação
49. 10/05 – Manifestante pedem saída da Federal
50. 12/05 – STF recomenda liberação de transarrozeira
51. 13/05 – Índios voltam a bloquear transarrozeira
52. 13/05 – Novo protesto em frente da sede da PF
53. 13/05 – Governo de Estado emite nota sobre Raposa Serra do Sol
54. 13/05 – PRISÃO DE QUARTIERO –Procuradoria se opõe a relaxamento
55. 14/05 – Transarrozeira – Índios insistem em bloqueio de estrada
56. 15/05 – Rizicultores dizem que estrada está bloqueada, mas Federal e CIR negam
57. 16/05 – Rizicultores contestam ministro da Justiça
58. 17/05 – Indígenas do CIR querem ser parte em ação
59. 17/05 – Quartiero recebido com festa após prisão
60. 21/05 – OAB diz que terra indígena é um vulcão
61. 22/05 – Entidades divergem sobre presença do Exército em conflitos na reserva
62. 24/05 – Policiais interceptam munição e armas
63. 26/05 – PF deve mudar tática da operação Upatakon
64. 26/05 – Justiça manda soltar homens presos com armas e munição na Raposa Serra do Sol

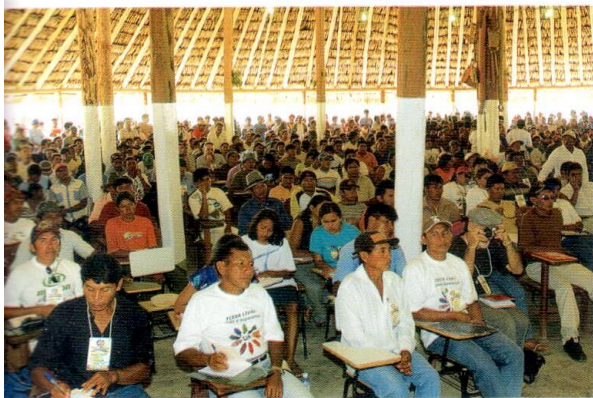
ANEXO 3: Folder do Conselho Indígena de Roraima (CIR).

Folha 1 de 6

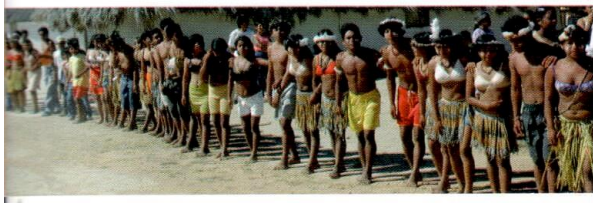


Folha 2 de 6

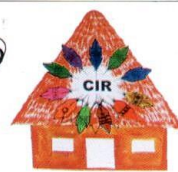




Dionito José de Souza - Coordenador do CIR



Movimento



A terra indígena Raposa Serra do Sol é um caso paradigmático no Brasil, em razão da histórica luta dos povos indígenas por seus direitos fundamentais, começando pelo direito à posse de terra. Neste momento, cabe ao Supremo Tribunal Federal (STF) exercer seu papel fundamental de garantidor da Carta Magna e confirmar os direitos constitucionais, reconhecidos na Constituição Federal de 1988, pelas seguintes razões:

1. A Constituição garante os direitos originários e a imprescritibilidade às terras tradicionalmente ocupadas pelos índios;
2. As áreas ocupadas pelos rizicultores estão em terras tradicionalmente indígenas;
3. O procedimento demarcatório da terra indígena RSS obedeceu a todos os parâmetros legais existentes;
4. Os títulos incidentes em terras indígenas são nulos e é impossível a retenção por benfeitorias em tais terras.

Os direitos à posse de terra, integridade física e vida na RSS se vêem continuamente ameaçados. Além da violência, os índios são vítimas de ataques judiciais e políticos que levam à instabilidade dos seus direitos já estabelecidos ou em processo de consolidação.

As comunidades indígenas da RSS iniciaram o movimento "Terra Livre: resistir até o último índio", com o objetivo de consolidar o decreto de homologação, assinado há mais de três anos pelo presidente da República. Através desse movimento demonstram a vontade de trabalhar para contribuir com o crescimento socioeconômico do Estado de Roraima e do Brasil e pedem a punição dos culpados pelas destruições das comunidades indígenas Jawari, Homologação, Brilho do Sol, Retiro Tai Ta (2004), do Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol (2005), e pelos crimes ocorridos na terra indígena.





Inverdades

1. É muita terra para pouco índio!

A terra indígena Raposa Serra do Sol (RSS) tem uma extensão de 1,7 milhões de hectares. Não resta dúvida de que é uma grande área, pois equivale à cerca de 80% do Estado de Sergipe. No entanto, isso representa menos de 8% do território de Roraima. Apenas somando outras 31 terras indígenas no Estado, obtêm-se os 46% de sua superfície reservada. Nos outros 54% cabem Rio de Janeiro, Espírito Santo e Alagoas, onde vivem 22 milhões de pessoas. A população de Roraima não chega a 400 mil, segundo o IBGE.

2. A demarcação de terras indígenas nas regiões de fronteira coloca em risco a soberania e a integridade do Brasil!

Conforme estabelece a Constituição Federal as terras indígenas são patrimônio da União e destinam-se à posse permanente dos povos indígenas, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. No mesmo Estado e também na fronteira fica a área yanomami, homologada em 1992, seis vezes maior, que nem por isso tornou-se uma nação independente. Ao contrário, as terras indígenas dão mais segurança ao país, pois são duplamente protegidas, por serem propriedade da União e, quando em faixa de fronteira, terem proteção constitucional especial das Forças Armadas.

3. As terras indígenas inviabilizam o desenvolvimento do Estado de Roraima!

O desenvolvimento proposto comporta prejuízos ambientais, sociais e culturais. Os invasores são isentos do pagamento de impostos ao Estado de Roraima até 2018. Não é verdade que as lavouras dos invasores geram muitos empregos, pois os trabalhos são mecanizados e a utilização de mão-de-obra é muito pequena. As terras indígenas são bens de propriedade da União, indisponíveis e inalienáveis, e hoje prestam relevantes serviços ambientais ao País, ao proteger as florestas.



Exigências

As comunidades indígenas, amparadas pela Constituição Federal, Convenção 169 da OIT e Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, reivindicam:

1. Que o decreto presidencial seja mantido, a fim de garantir os direitos constitucionais e a vida cultural das comunidades indígenas e de suas lideranças;
2. Que o Supremo Tribunal Federal -STF, ao analisar as ações, respeite o que determina a Constituição Federal, e não deixe dúvidas que a RSS é de uso exclusivo dos povos indígenas;
3. Que o poder econômico e político que tanto massacró os povos indígenas não prevaleça;
4. Que os direitos dos povos indígenas sejam tratados com respeito e não como objeto de troca;
5. Que os invasores sejam considerados nocivos e perigosos à população indígena, uma vez que os mesmos lideraram atos terroristas em recente mobilização dentro de terra indígena.

NÃO ACEITAMOS A REDUÇÃO DA RAPOSA SERRA DO SOL

Informações: Conselho Indígena de Roraima – CIR
Av. Sebastião Diniz, 2630, São Vicente
CEP 69303-120 – Boa Vista – RR
Tel.: (95) 3224.5761
Email: circom@terra.com.br - Site: www.cir.org.br

ANEXO 4: Fotos na Terra Indígena e do julgamento pelo STF.

Marlene
Bergamo-
11.abr.2008/Folha
Imagem



Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/galeria/album/p_20090129-indios01.shtml>. Acesso em: 18/05/2009.

Sérgio Lima-
07.mai.2008/Folha
Imagem



Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/galeria/album/p_20090129-indios02.shtml>. Acesso em: 18/05/2009.

Sérgio Lima-
26.ago.2008/Folha
Imagem



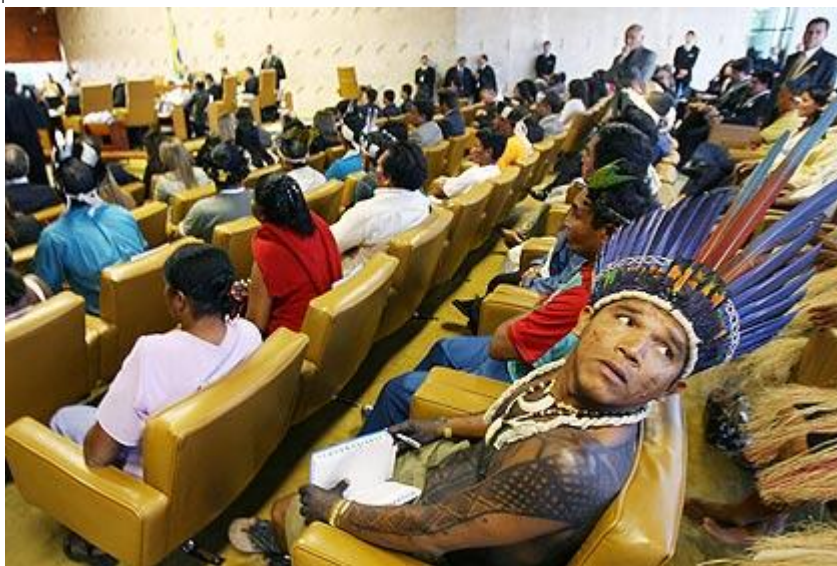
Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/galeria/album/p_20090129-indios04.shtml>. Acesso em: 18/05/2009.

Lula Marques-
26.ago.2008/Folha
Imagem



Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/galeria/album/p_20090129-indios06.shtml>. Acesso em: 18/05/2009.

Alan Marques-
27.ago.2008/Folha
Imagem



Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/galeria/album/p_20090129-indios08.shtml>. Acesso em: 18/05/2009.

Alan Marques-
10.dez.2008/Folha
Imagem



Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/galeria/album/p_20090129-indios15.shtml>. Acesso em: 18/05/2009.

FOLHA DE BOA VISTA [06-05-2008 – VERSÃO IMPRESSA]

Fonte: http://www.folhabv.com.br/noticia.php?pageNum_editorias=11&editoria=cidades&Id=39683

RAPOSA SERRA DO SOL - Nove índios feridos em invasão à fazenda

ANDREZZA TRAJANO

Nove índios ficaram feridos quando ocupavam a fazenda do prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero (DEM), o maior produtor que briga para permanecer na terra indígena Raposa Serra do Sol, a nordeste de Roraima. Eles foram recebidos a tiros por funcionários do produtor.

Cerca de 100 índios ligados ao Conselho Indígena de Roraima (CIR) invadiram uma das propriedades do prefeito, localizada na Vila Surumu, entrada principal da reserva, ontem pela manhã. A Polícia Federal e a Força Nacional de Segurança foram ao local para tentar estabelecer a paz.



Foto: Jader Souza

Os índios feridos à bala foram removidos para Pacaraima e Boa Vista

Segundo o delegado federal Everaldo Eguchi, chefe de operações da Operação Upatakon 3 da base Surumu, era por volta das 8h quando ele estava na sede de Pacaraima e recebeu a informação de que 100 índios estariam se deslocando para a fazenda Depósito, que possui 5 mil hectares, de propriedade de Quartiero.

A manifestação, que seria pacífica, contava inclusive com participação de mulheres e crianças. Ele disse que também recebeu a informação de que pistoleiros a mando do rizicultor estariam chegando do Maranhão para defender a fazenda.

De posse dessas informações, disse que acionou via rádio a equipe que permanece na base fixa na sede da Vila Surumu, sendo 10 homens da Polícia Federal e 10 homens da Força Nacional de Segurança.

Os policiais teriam se deslocado ao local da manifestação, por volta das 9h, já encontrando os nove indígenas feridos. “Os policiais ainda chegaram a ver dois dos homens que atiraram nos índios fugindo em duas motos”, relatou.

Conforme o policial, os índios invadiram a fazenda, como forma de forçar a saída de Paulo César Quartiero da terra indígena. Eles construíram barracões feitos de paus e lona. “Eles [os

índios] avisaram que não vão sair, que vão permanecer na fazenda de Paulo César Quartiero até ele sair da região”, disse o delegado.

Ainda segundo Eguchi, indígenas do CIR teriam dito que 10 funcionários do rizicultor teriam chegado ao local da invasão munidos de espingardas calibre 12 e bombas de fabricação caseira. “Eles já desceram dos veículos atirando e ateando as bombas nos indígenas de forma irresponsável. Essa tragédia poderia ter proporções piores”, ressaltou.

Feridos foram levados para hospitais nas cidades de Pacaraima e Boa Vista

O delegado federal Everaldo Eguchi informou que dos nove índios feridos, seis foram socorridos em um carro da Funai e encaminhados ao Hospital de Pacaraima. Destes seis, cinco estavam feridos à bala e um a coronhadas. Os outros três, que estavam em estado mais grave, foram levados em um avião monomotor da Funai para o Pronto Socorro, em Boa Vista. Um teria levado um tiro no rosto, o outro no abdome e o terceiro foi alvejado na perna.

De acordo com o secretário de Saúde de Pacaraima, Júlio Jordão, no início da tarde outro índio foi encaminhado ao hospital, totalizando sete internados naquela unidade de saúde. Destes, três foram removidos para a Capital de ambulância, por não apresentarem ferimentos graves. Os outros quatro, que inspiravam um cuidado maior, foram encaminhados no final da tarde em avião da Funai e em uma ambulância para a Capital.

O delegado ouviu preliminarmente quatro indígenas do CIR que testemunharam o ocorrido, no posto da PF em Pacaraima e os encaminhou à Superintendência Regional da PF em Boa Vista, para prestarem depoimento em um inquérito que será instaurado.

“Vamos instaurar um inquérito para apurar os crimes que estes homens cometeram. Só com o que ouvi posso enquadrá-los em tentativa de homicídio e formação de quadrilha”, disse. O delegado também informou que toda a ação criminosa foi registrada por um dos indígenas que estava no local com uma câmera filmadora.

Questionado se o efetivo de policiais que permanece no local é insuficiente para o conflito que existe, Eguchi afirmou que o número de policiais era adequado ao clima de tranquilidade que pairava no local. Depois do ocorrido, o número de policiais foi ampliado para 100, podendo aumentar de acordo com a necessidade.

Ele disse ainda, que tem a informação de que mais 500 índios vão chegar para se unir aos outros indígenas na manifestação dentro da fazenda do rizicultor. Mas que sem uma ordem judicial, não podem realizar a retirada dos índios.

Entenda o conflito Raposa Serra do Sol

1998

Em 1998 o Ministério da Justiça publica a Portaria nº 820, de 11/12, que declara como de posse permanente indígena a terra Raposa Serra do Sol, com superfície aproximada de 1.678.800 ha e perímetro de 1.000 km.

A partir de então, a Funai e o Incra iniciam o levantamento das benfeitorias realizadas pelos ocupantes região.

1999

A homologação da Raposa Serra do Sol passa a ser alvo de contestação judicial entre o Estado de Roraima e a União. O Ministério Público Federal pede ao Supremo Tribunal Federal (STF) que se declare competente para julgar as ações de fazendeiros locais contra a portaria 820/98.

2005

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assina decreto que homologa de forma contínua a terra indígena Raposa Serra do Sol. O reconhecimento foi uma reivindicação histórica dos índios da região – etnias Macuxi, Wapixana, Ingarikó, Taurepang e Patamona.

Em abril, o STF extingue todas as ações que contestam a demarcação das terras da reserva.

Um dos principais opositores à demarcação, Paulo César Quartiero, é condenado a 12 meses de prisão por agredir um oficial de Justiça encarregado de citá-lo em processo de desocupação de área indígena.

2006

O STF mantém, por unanimidade, decreto sobre a demarcação da reserva.

2007

Junho - O STF determina a desocupação da Raposa Serra do Sol por parte dos não-índios.

Setembro - Líderes indígenas da reserva e representantes do Governo Federal assinam carta-compromisso para evitar conflitos na região.

No documento, representantes das cinco etnias que vivem na reserva afirmam que não querem mais se envolver nos conflitos pela retirada dos não-índios que ainda permanecem no local.

No final do ano, os rizicultores pedem ao Ministério da Justiça que espere a colheita da safra do arroz para deixarem a terra indígena.

São negadas duas liminares que pedem a suspensão da portaria que demarca terra indígena

O Incra começa o reassentamento dos não-índios da reserva. O órgão pretende reassentar 180 famílias, das quais 130 em lotes de 100 a 500 hectares.

2008

Março - Tendo em vista a escalada de violência no interior da Raposa Serra do Sol, o procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, encaminha recomendação ao presidente da República e ao ministro da Justiça para que promovam a imediata retirada dos ocupantes não-indígenas. A recomendação é enviada a pedido do Ministério Público Federal em Roraima.

Abril - O STF suspende qualquer operação para retirar os não-índios da reserva, impedindo que a Polícia Federal (PF) dê continuidade à Operação Upatakon 3. A decisão é unânime e vale até que a Corte julgue o mérito das ações principais que versem sobre a demarcação da reserva indígena.

Fonte: Ministério da Justiça

FOLHA DE BOA VISTA [06-05-2008 – VERSÃO IMPRESSA]

Fonte: http://www.folhabv.com.br/noticia.php?pageNum_editorias=11&editoria=cidades&Id=39681

TIROS DURANTE INVASÃO - Quartiero diz que foi legítima defesa

ANDREZZA TRAJANO

Em entrevista à Folha, o prefeito de Pacaraima e rizicultor Paulo César Quartiero (DEM confirmou a informação de que os índios do Conselho Indígena de Roraima (CIR) foram feridos por seus funcionários, no entanto disse que eles agiram em legítima defesa.

“Dei a recomendação para que não deixassem ninguém invadir a fazenda e dei ordens para que atuassem conforme a situação. Como eles foram recebidos a flechadas e estavam em um número menor, reagiram atirando até para salvarem suas vidas”, defendeu seus funcionários.



Foto: Divulgação

Entrada principal da fazenda Depósito, de Paulo César Quartiero, é vigiada

Conforme Quartiero, caso a ordem e segurança pública não sejam instaladas, ele mesmo irá ao local da invasão para impedir a ação dos indígenas.

“As polícias Federal, Civil e Militar dizem que nada podem fazer para conter as ações dos índios que estão invadindo a minha propriedade. Mas se preciso for, eu mesmo irei proteger as minhas terras”, disse.

Há a informação extra-oficial de que centenas de índios que defendem a permanência dos produtores de arroz na Raposa Serra do Sol estariam se deslocando hoje para fazenda Depósito para defender a propriedade de Paulo César Quartiero.

Índios permanecem na fazenda

A Folha chegou à região do conflito por volta do meio-dia, em um carro próprio. Já dentro da terra indígena, a poucos quilômetros da Vila Surumu, a equipe de reportagem cruzou com o carro da Fundação Nacional do Índio (Funai) que socorria os indígenas e com o veículo da Polícia Federal que levava quatro índios do CIR para prestar declarações no posto da PF em Pacaraima.

Depois de presenciar o embarque da aeronave da Funai que socorria os índios, ao chegar em Surumu, a equipe seguiu para a região do conflito, distante 6 quilômetros da sede da vila, onde

foi realizada a invasão, nos fundos da fazenda Depósito, a maior localizada na terra indígena Raposa Serra do Sol.

No local havia aproximadamente 70 índios dentro da propriedade, armados de foices, terçados e bastante nervosos. Uma índia, de aproximadamente 40 anos, gritava que seu marido estava entre os feridos e que ele iria morrer. Mas disse que mesmo assim iria permanecer no local até que o arrozeiro Paulo Quartiero saísse da terra indígena. Também havia sangue no local e em uma das viaturas da PF.

Os índios, que já haviam levantado três barracões, construíram mais quatro até às 15h. Ao mesmo tempo, um caminhão se deslocou três vezes até a sede da vila trazendo mais índios para o local da ocupação.

Apenas três homens da Força Nacional de Segurança e um policial federal permaneciam no local do conflito, em duas viaturas. Por volta das 13h, outros 16 homens chegaram em mais viaturas para reforçar o policiamento.

A equipe de reportagem se deslocou até a sede de Pacaraima onde entrevistou o delegado Everaldo Eguchi e o secretário municipal de Saúde, Júlio Jordão. Ainda registrou a remoção dos feridos do Hospital de Pacaraima para Boa Vista na aeronave da Funai.

Militares da reserva e rizicultores fazem manifestação no Centro Cívico

Com faixas e cartazes, a Associação dos Militares da Reserva de Roraima, rizicultores e outras entidades pediram atenção dos governos para as ações praticadas por Organizações Não-Governamentais (ONGs) que, segundo eles, ameaçam a soberania nacional.

Segundo o reservista Egídio Faitão, a manifestação não tem o objetivo de demonstrar nenhum tipo de revanchismo, mas explicitar que a categoria está atenta para os problemas ocorridos no Estado nos últimos meses e que podem vir a afetar a soberania nacional.

“Estamos usando o princípio da liberdade, da vigilância cívica e patriótica”, disse complementando que um dos organismos responsáveis pelos conflitos que estão acontecendo do Estado são as Ongs que atuam na Amazônia. “É vergonhoso como as Ongs sopram a discórdia e a segregação social. Elas criam conflitos e plantam hoje sementes para fragmentar e facilitar a intervenção dos países europeus e da América no Brasil”, disse.

Ele citou como exemplo fatos que já estariam ocorrendo em países como a Bolívia, onde alguns estados estão pedindo independência. Faitão acredita que a intenção dos organismos internacionais é dividir a Amazônia em blocos (que seriam as reservas indígenas) para facilitar a intervenção e o domínio da Amazônia.

“Desde a época da colonização esses países já demonstravam cobiça sobre essa região. Com essa fragmentação, fica bem mais fácil uma intervenção internacional, assim como eles fizeram com a Iugoslávia, hoje dividida em vários países”, disse.

Outro militar da reserva, Paulo César, alegou que muitas comunidades indígenas estão se julgando acima da lei, pois mesmo com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de suspender a retirada de não-índios da reserva Raposa Serra do Sol, até o julgamento do mérito da questão, uma fazenda foi invadida por indígenas, armados de flechas.

“Se é para cumprir a lei, então que cumpramos todos. Os índios por acaso estão acima da lei? A Polícia Federal tem que agir nessa situação. Hoje estamos perdendo o direito de ir e vir em nosso Estado, porque os indígenas já param o cidadão na estrada, proibem a entrada, ameaçam com flechas”, disse.

Rizicultores ficam sabendo de invasão durante manifestação

O rizicultor Agenor Faccio lembra que a questão da retirada dos não-índios da Raposa Serra do Sol não é só dos rizicultores, e sim de toda a sociedade. “Por isso viemos aqui unir forças nessa manifestação”, disse. Ele cultiva arroz há 30 anos na região do Surumu e disse ter ficado preocupado com a notícia recebida durante a manifestação de que uma fazenda foi invadida por índios na região de Surumu, entrada principal da terra indígena.

“Esperamos que a Polícia Federal esteja lá realmente para manter a ordem. Nós estamos aguardando a decisão da Justiça, só que os indígenas não estão”, disse.

A esposa de um rizicultor que também tem propriedade na região dos conflitos, Regina Barili, disse que a sensação da família é de total insegurança nesse momento. “Estamos aqui para apoiar a manifestação, porque essa é uma questão que vai bem além dos rizicultores. Agora fiquei sabendo da invasão de uma fazenda e fiquei preocupada. Nós trabalhamos e lutamos a vida toda e agora somos tratados como invasores. É uma pena que os direitos humanos não são para seres humanos direitos”, disse.

FOLHA DE BOA VISTA [07/05/2008 – VERSÃO IMPRESSA]

FONTE: http://www.folhabv.com.br/noticia.php?pageNum_editorias=11&editoria=cidades&Id=39739

FAZENDA DEPÓSITO - Ministro negocia saída de indígenas

Rebeca Lopes

Foto: Arquivo/Folha

Na rápida visita a Roraima para verificar os desdobramentos do conflito dentro da terra indígena Raposa Serra do Sol, que resultou em nove indígenas baleados, o ministro da Justiça, Tarso Genro, pediu ontem aos indígenas que invadiram a fazenda Depósito que esperassem a decisão do Supremo Tribunal Federal, uma vez que todos estão submetidos às decisões judiciais.



Policiais no local onde índios ligados ao CIR invadiram a fazenda Depósito, em Surumu

A informação foi prestada à imprensa no final da tarde de ontem pelo superintendente da Polícia Federal, José Maria Fonseca, que acompanhou o ministro durante sua passagem por Roraima. Além de pedir paciência aos índios e apresentar argumentos, Genro teria convencido os que invadiram a fazenda para deixarem a área.

“Eles (indígenas) estavam próximos das margens da rodovia e, depois de conversar com o ministro, concordaram em levantar acampamento e aguardar a decisão do Supremo. Nós estivemos lá, o ministro pediu e houve uma negociação com a coordenação local da Upatakon. Eles se comprometeram em desocupar o local”, disse Fonseca.

A fazenda é de propriedade do prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero, o maior produtor de arroz da região, que defende a revisão da homologação da terra indígena, excluindo as áreas de plantio de arroz. Os índios que ocuparam a propriedade são ligados ao Conselho Indígena de Roraima (CIR), que defende a demarcação contínua da área e a retirada dos produtores de arroz e de todos os não-índios.

Outro pedido do ministro, conforme o superintendente da PF, foi para que nenhum dos índios tomasse qualquer “iniciativa ou retaliação”, mas que deixassem as ações policiais para a Polícia Federal e Força Nacional de Segurança.

Segundo Fonseca, a orientação do ministro foi para que a ação policial dentro da reserva seja pautada no cumprimento da lei, evitando confronto de um lado e de outro, para que a paz seja estabelecida até uma decisão do STF. “A recomendação dele [ministro] é que não haja exageros, mas que seja feito o uso, tão somente, do necessário para conter a situação e manter a paz”.

O ministro Genro, que estava em Manaus (AM) participando da posse do novo superintendente do Amazonas, falou sobre o conflito registrado na última segunda-feira e declarou que a PF abriu inquérito para apurar o atentado à bala aos indígenas, e que os responsáveis serão punidos. O ministro sobrevoou a área na companhia do diretor-geral da PF.

REFORÇO - Mais de 300 policiais federais estão no Estado, mas esse número deve aumentar. O superintendente confirmou que estão aguardando reforços, principalmente da Força Nacional, mas preferiu não quantificar. A chegada depende apenas da liberação do secretário nacional de Segurança Pública. (RL)

STF autoriza diligências na Raposa e Quartiero é preso

A pedido da Advocacia-Geral da União (AGU), o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou a Polícia Federal e a Força Nacional de Segurança (FNS) a entrarem em todas as áreas da Raposa Serra do Sol, para manter a tranquilidade, coibir abusos, garantir a paz, a ordem e evitar novos conflitos. Os policiais, que se deslocaram para a área na madrugada de ontem, aguardavam apenas a autorização judicial para entrar nas propriedades.

O superintendente da PF, José Maria Fonseca, negou que houvesse mandado de prisão contra o rizicultor e prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero, mas confirmou a prisão. Quartiero seria trazido para Boa Vista.

“O que tem é uma autorização para entrar em todas as áreas da reserva, em qualquer que seja ela, porque é território da União, então está autorizado pelo STF entrar em qualquer ponto daquela reserva e, se houver armas, que sejam apreendidas, retiradas do local e presas em flagrante as pessoas que forem encontradas armadas ou qualquer explosivo”.

Ainda em Manaus, o ministro da Justiça, Tarso Genro, confirmou que o ministro do Supremo Tribunal Federal, Ayres Brito, autorizou as diligências dentro da terra indígena, a fim de “evitar novos confrontos”.

“Ele (ministro) sabe que o pedido não se trata de qualquer desrespeito à determinação tomada pelo Supremo”, disse Genro, que esteve em Roraima motivado pelo conflito desta semana. (RL)

FOLHA DE BOA VISTA [07/05/2008 – VERSÃO IMPRESSA]

FONTE: http://www.folhabv.com.br/noticia.php?pageNum_editorias=11&editoria=cidades&Id=39740

RAPOSA SERRA DO SOL - Ministro diz que veio investigar tiroteio

LOIDE GOMES

O ministro da Justiça, Tarso Genro, esteve ontem na terra indígena Raposa Serra do Sol. Ele visitou o acampamento instalado por indígenas ligados ao Conselho Indígena de Roraima (CIR), na fazenda Depósito, do rizicultor e prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero. No local, nove indígenas foram feridos à bala na última segunda-feira. Ele disse que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sai em 15 ou 30 dias.



Foto: Jader Souza

Ministro Tarso Genro quando conversava com índios que ocuparam fazenda

A visita do ministro foi rápida. Ele chegou à Vila Surumu em helicóptero da Polícia Federal e seguiu de carro até o local da ocupação. Ele estava acompanhado do diretor-geral da Polícia Federal, Luis Fernando Corrêa, e do superintendente da PF em Roraima, José Maria Fonseca. Tarso Genro disse que comunicou ao ministro Carlos Ayres Britto, do STF, a sua vinda a Roraima. Ayres Britto é o relator das 33 ações que questionam a demarcação da Raposa Serra do Sol.

Com forte aparato de segurança, ele disse aos cerca de 300 indígenas que veio a Roraima para fazer a investigação do ataque e responsabilizar as pessoas que cometeram este “incidente grave”.

O ministro pediu calma aos indígenas. “Fiquem tranquilos, não caiam em provocação e aguardem a decisão do Supremo. Quero que vocês saibam que a Polícia Federal e a Força Nacional de Segurança estão aqui para trazer estabilidade e tranquilidade”, disse.

Segundo ele, o governo está usando sua força institucional para suspender a proibição da retirada dos fazendeiros, dentro da lei, com ordem e tranquilidade. “Acredito que em 15 ou 30 dias saia a decisão do Supremo”, completou.

Genro foi recebido pelo tuxaua do Maturuca, Dejacir Melkior da Silva, 38 anos, que estava na coordenação da ocupação da fazenda de Quartiero. O tuxaua não sabia quem era o ministro. “Quem é o senhor e qual é o seu nome?”, perguntou.

Depois que Tarso Genro se identificou, foi a vez do tuxaua discursar: “O sangue de dez de nós foi derramado, mas não é o fim, mas sim a nossa conquista. Queremos que se cumpra a lei, de acordo com o decreto de homologação da terra indígena”.

O tuxaua disse que não se deixaria intimidar e que não desistirá de lutar pela posse da reserva. “Estamos dispostos a recuperar a terra-mãe que foi banhada pelo sangue dos nossos irmãos na lei ou na marra até o último índio”, afirmou.

Indígenas narram confronto com funcionários de fazenda

As mulheres eram as que mais choravam, ontem, pelos ferimentos de seus maridos, filhos e irmãos. Janete Luis Pedro, 47 anos, mulher de uma das vítimas que foi levada para o hospital de Pacaraima na última segunda-feira, mostrou o local onde o marido foi ferido e disse ainda que ele foi espancado com o cabo de uma espingarda.

Segundo relato dos indígenas que estavam no local na hora do confronto com os funcionários de Quartiero, o ataque foi feito por dez homens, que deixaram as motos e uma caminhonete afastadas e foram a pé até onde o grupo estava reunido. Eles teriam chegado atirando e arremessado três bombas de fabricação caseira.

Ocupação ganha reforço, mas é desfeita pela Federal

A ocupação da fazenda de Quartiero ganhou reforço ontem, mas foi desfeita no final da tarde, após acordo das lideranças do movimento com a Polícia Federal. O grupo de cem índios que ocupou a área na segunda-feira aumentou para 300 ontem, entre homens, mulheres e crianças.

Eles construíram mais dez barracos de lona, somando dezesseis, e levaram telha para iniciar a construção de casas. Também começaram a queimar uma área para plantar mandioca e frutíferas.

Apesar do objetivo inicial de fixar moradia no local até a retirada dos não-índios, no final da tarde os indígenas saíram de dentro da fazenda, conforme informações do delegado Fernando Segóvia, coordenador da Operação Upatakon, que negociou a saída. Eles teriam transferido o acampamento para o outro lado da rodovia, conhecida como Estrada do Arroz. Da fazenda de Quartiero, foram cortados cerca de 300 metros de cerca.

Quartiero pede reintegração de posse e intervenção do Exército

O prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero (DEM), despachou ontem normalmente da Subprefeitura no Surumu, antes de ser preso no final da tarde pela Polícia Federal. Em entrevista à Folha, ele informou que pediu a reintegração da posse de sua fazenda na Justiça Federal de Roraima e que também encaminhou ofício ao comandante-geral do Exército pedindo a intervenção dos militares na área.

Seu argumento é que a Polícia Federal e a Força Nacional de Segurança estariam “desqualificadas” para fazer a segurança pública no Surumu, “porque eles perderam a

imparcialidade”. “Eles são guardas particulares do CIR [Conselho Indígena de Roraima]”, argumentou.

Ao apresentar sete flechas com ponta de metal que teriam sido disparadas contra seus funcionários no incidente de segunda-feira, que deixou nove índios feridos, ele disse que a responsabilidade é da Polícia Federal. “Eles é que vieram implantar o conflito no meu município”.

Na opinião do rizicultor, a Polícia Federal teria sido aliada da invasão que os índios fizeram à sua fazenda, já que os policiais nada teriam feito para impedir a ocupação ou pelo menos acompanhar os indígenas quando cortaram a cerca. Além disso, a presença dos policiais no local poderia ter evitado o conflito.

Segundo Quartiero, os disparos foram feitos porque seus funcionários não podiam recuar. “Se nós fôssemos recuar, não estaríamos mais aqui, nem em Roraima. Quando a gente abraça um conflito e ele foge do controle, não se sabe o resultado. Há vítimas dos dois lados. Estamos recuando há trinta anos. Agora é a hora da reação. Nós não atacamos, apenas reagimos”, disse.

A própria PF admite que mantinha apenas vinte policiais no Surumu anteontem, mas moradores da vila dizem que havia só dois agentes federais e quatro da Força Nacional de Segurança. Questionado sobre isso, o coordenador regional da Operação Upatakon 3, delegado Fernando Romero, disse que foi uma “surpresa” a ocupação feita pelos índios do CIR.